



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

LUZIVAN DOS SANTOS GONÇALVES FERREIRA

**GÊNERO DE VIDA RIBEIRINHO NA AMAZÔNIA:
reprodução socioespacial na região das ilhas de Abaetetuba-PA**

Belém - PA

2013

LUZIVAN DOS SANTOS GONÇALVES FERREIRA

**GÊNERO DE VIDA RIBEIRINHO NA AMAZÔNIA:
reprodução socioespacial na região das ilhas de Abaetetuba-PA**

Dissertação de mestrado em Geografia para a obtenção do título de mestre em Geografia pela Universidade Federal do Pará, Programa de Pós Graduação em Geografia (PPGEO).

Orientador: João Santos Nahum

Belém - PA

2013

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Ferreira, Luzivan dos Santos Gonçalves, 1987-
Gênero de vida ribeirinho na amazônia:
reprodução socioespacial na região das ilhas de
Abaetetuba-PA / Luzivan dos Santos Gonçalves
Ferreira. - 2013.

Orientador: João Santos Nahum.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal
do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia,
Belém, 2013.

1. Geografia. 2. Vida ribeirinha - Abaetetuba
(PA). I. Título.

CDD 23. ed. 910

LUZIVAN DOS SANTOS GONÇALVES FERREIRA

**GÊNERO DE VIDA RIBEIRINHO NA AMAZÔNIA:
reprodução socioespacial na região das ilhas de Abaetetuba-PA**

Dissertação de mestrado em Geografia para a obtenção do título de mestre em Geografia pela Universidade Federal do Pará, Programa de Pós Graduação em Geografia (PPGEO).

Banca Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. João Santos Nahum (PPGEO/UFPA)

Examinador externo: Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz (UFAM)

Examinador interno: Prof. Dr. Carlos Alexandre Leão Bordalo (PPGEO/UFPA)

Resultado: _____

Belém, 02de julho de 2013.

Aos meus pais Luzinal Gonçalves Ferreira e Maria Adalgisa dos Santos que, neste ano de muita dor e provações, me ensinaram mais uma grande lição: como lutar pela vida e pelo amor.

AGRADECIMENTOS

Nenhum pedaço de papel ou palavra escrita é capaz de expressar a gratidão que tenho para algumas pessoas que contribuíram direta e indiretamente para a realização deste trabalho, por isso, já peço de antemão os mais sinceros pedidos de desculpa as pessoas que não estão escritas aqui, mas com certeza estão escritas em meu coração.

Agradeço primeiramente a meu pai, Luzinal, que sempre contribuiu muito com minhas pesquisas, pois é profundo conhecedor da realidade dos ribeirinhos de Abaetetuba, mas que neste ano, infelizmente, por graves problemas de saúde que quase o levaram, não esteve tão presente. E a minha mãe, Adalgisa, simbiose perfeita de força e amor, é a pessoa que mais me incentivou a concluir este mestrado, e mesmo sobre situações tão estressantes, problemáticas e muitas vezes aterrorizantes, não mediu esforços para me dar o mínimo de condições psicológicas e materiais para terminar essa pesquisa. Essa vitória também é deles.

A minha esposa Érika Paloma Ferreira que dividiu e deu sentido aos últimos dez anos de minha vida. Obrigado pelo amor, carinho, companheirismo, compreensão, incentivo, amizade, ajuda nos trabalhos de campo e na obtenção de informações. Obrigado também por compreender minhas faltas e ausências nestes últimos 15 meses. Estamos diariamente juntos diante de batalhas e desafios e somente com sua força e seu amor, eu posso enfrentá-los.

A todos os meus familiares (especialmente meus irmãos) e amigos de longa e curta data, da graduação, do mestrado, da Pastoral da Juventude da Paróquia de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e da Comunidade Jesus Misericordioso. Um agradecimento particular para grandes amigos como Isabela (minha irmã postiça e do coração, a quem eu devo vários favores que jamais terei como pagar), Carlos Alberto, Juci, Flávio, Edson, Emanuellem e tantos outros.

Entre estes, um agradecimento especial ao casal Leonardo e Cyntia Alves a quem eu tenho orgulho de chamar de amigos. Obrigado pela primorosa ajuda nos trabalhos de campo e pela confecção do material cartográfico desta pesquisa e desculpem pelos incômodos e transtornos que lhes causei.

Ao meu professor e orientador Dr. João Santos Nahum pelas competentes e valiosas contribuições na elaboração deste trabalho. Obrigado também pela paciência e compreensão de entender meus problemas e atrasos e respeitar meu tempo.

Aos ribeirinhos de Abaetetuba que com sua simplicidade e sabedoria me ensinaram tanto quanto qualquer livro ou aula. Obrigado pela recepção, informações, conhecimento e pelas inúmeras xícaras de café.

E agradeço finalmente a Deus e a Jesus Misericordioso por terem colocado todas essas valiosas pessoas em minha vida. Sei que este trabalho, como a grande maioria das minhas conquistas, aconteceu mais por graça de Deus do que propriamente por méritos meus.

Os homens fazem sua própria História, mas não a fazem como querem e sim sob as circunstâncias que encontram, legadas e transmitidas pelo passado

Karl Marx

RESUMO

O objetivo desta dissertação é analisar a reprodução socioespacial dos ribeirinhos da região das ilhas de Abaetetuba, com base em seu gênero de vida, frente às recentes transformações ocorridas nas últimas três décadas na região, advindas do processo de modernização e inserção da Amazônia na lógica do capitalismo global. A noção de gênero de vida foi cunhada na geografia clássica por autores como Herder e La Blache e corresponde, genericamente, a um conjunto de práticas materiais e imateriais pelas quais um grupo é capaz de utilizar os recursos de seu meio físico para a sua reprodução socioespacial. Apesar de ter uma grande importância epistemológica para a geografia, essa noção foi renegada ao esquecimento em função de preconceitos arbitrários. Partimos do pressuposto de que a noção de gênero de vida pode ser trabalhada com comunidades rurais do mundo subdesenvolvido, como é o caso dos ribeirinhos da Amazônia, possibilitando o entendimento dos processos pelos quais os ribeirinhos se reproduzem espacialmente. Nessa região, a relação entre a sociedade e o ambiente sempre se constituiu no elemento principal no processo de produção do espaço. Essa relação com o ambiente contribuiu para o desenvolvimento de um gênero de vida peculiar dos ribeirinhos da Amazônia. No entanto, a região amazônica vem passando nos últimos anos por transformações que são políticas, econômicas, sociais e geográficas e que envolvem o município de Abaetetuba e sua região das ilhas e estão ligadas diretamente a um processo de inserção total da Amazônia em uma lógica capitalista de produção aos moldes do chamado mundo globalizado. Nesse sentido, o gênero de vida ribeirinho tem sido alvo constante das transformações advindas deste processo. Portanto, há nessa discussão uma importante variável concernente à relação existente entre as atuais transformações sociais em curso na região e a reprodução socioespacial dos ribeirinhos da região das ilhas de Abaetetuba, principalmente no que concerne ao seu gênero de vida. Observamos, então, que existe uma relação dialética entre a reprodução socioespacial dos ribeirinhos de Abaetetuba, que se materializa em um lugar por intermédio de seu gênero de vida, e as formas de produção social e espacial, ligadas a lógica do capitalismo global. Essa relação, entretanto, não é somente de submissão e/ou destrutiva, mas também de resistência e de reprodução do gênero de vida dos ribeirinhos da região das ilhas de Abaetetuba.

Palavras – chave: ribeirinho, gênero de vida, reprodução socioespacial e Amazônia.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to analyze the socio-spatial reproduction of riverine people from the islands region of Abaetetuba, based on their genre of life, in the face of recent transformations in the last three decades in the region, resulting from the process of modernization and integration of the Amazon in the logic of global capitalism. The notion of the genre of life was born in the classical geography and was coined by authors such as Herder and La Blache and it corresponds generally to a set of tangible and intangible practices by which a group is able to use the resources of your physical environment for their reproduction socio-spatial. Despite this notion has a big epistemological importance for geography, it was left to forgetfulness due to prejudices arbitrary. We assume that the notion of genre of life can be worked with rural communities in the underdeveloped world, as is the case of the Amazon riverine, enabling the understanding of the processes by which they reproduce spatially. In this region, the relationship between society and the environment has always constituted the main element in the process of production of space. This relationship with the environment contributed to the development of a genre of life peculiar of the Amazon riverine. However, the Amazon region has experienced in recent years by changes that are political, economic, social and geographical and they involve the city Abaetetuba and its Islands region and they are connected directly to a process of full insertion of the Amazon in a capitalist logic the production as the model of globalized world. In this sense, the riverine people's genre of life has been a constant target of the changes resulting from this process. Therefore, there is an important variable in this discussion concerning the relationship between the current social transformation in the region and the socio-spatial reproduction of the riverine people from the islands region of Abaetetuba, especially with regard to their genre of life. We observed that there is a dialectical relationship between the socio-spatial reproduction of riverine from Abaetetuba, which materializes in a place through their genre of life, and forms of production social and spatial connected to the logic of global capitalism. However, this relationship is not only submission and/or destructive, but it is also of resistance and reproduction of the genre of life of the riverine from the islands region of Abaetetuba.

Keywords: riverine, genre of life, socio-spatial reproduction and Amazon.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|-----|
| Mapa 1: Localização da área de estudo..... | 20 |
| Mapa 2: Aldeamentos religiosos nas proximidades de Abaetetuba..... | 64 |
| Mapa 3: Localidades visitadas durante os trabalhos de campo..... | 82 |
| Mapa 4: Densidade populacional das localidades visitadas..... | 83 |
| Mapa 5: Espacialização das principais atividades econômicas das ilhas de Abaetetuba | 98 |
| | |
| Figura 01: Orla da cidade de Abaetetuba..... | 75 |
| Figura 02: Movimento de embarcações em frente à orla de Abaetetuba | 75 |
| Figura 03: Produtos das ilhas sendo revendidos no comércio da cidade | 76 |
| Figura 04: Padrão da casa dos ribeirinhos..... | 77 |
| Figura 05: Rio Arumanduba, alto nível das casas..... | 78 |
| Figura 06: Rio Tucumanduba, ao fundo os açazeiros..... | 78 |
| Figura 07: Crianças se banhando no rio Ajuai..... | 79 |
| Figura 08: Barro sendo moldado pela maromba..... | 87 |
| Figura 09: Tijolos secando..... | 87 |
| Figura 10: Forno de cozimento..... | 87 |
| Figura 11: Olaria que fabrica telhas, rio Quianduba..... | 88 |
| Figura 12: Olaria que fabrica tijolos, rio Ajuai..... | 89 |
| Figura 13: Estaleiro no rio Maracapucu..... | 90 |
| Figura 14: Barco pesqueiro no rio Paramajó..... | 92 |
| Figura 15: Uso de rede de pesca no rio Ajuai..... | 92 |
| Figura 16: Matapis, objetos usados na pesca de camarão..... | 93 |
| Figura 17: Ribeirinho manejando o açazeiro..... | 95 |
| Figura 18: Colheita do açai..... | 96 |
| Figura 19: Ribeirinho levando rasas de açai..... | 96 |
| Figura 20: A imponência do miritizeiro..... | 97 |
| Figura 21: Ribeirinhos pisoteado o barro na maromba..... | 113 |
| Figura 22: A maromba..... | 113 |
| Figura 23: Rabetas e rabudos na frente da cidade..... | 117 |
| Figura 24: Escola de ensino fundamental, médio e superior no rio Quianduba..... | 125 |
| Figura 25: Poste de transmissão de energia elétrica no rio Sirituba..... | 127 |
| Figura 26: Antena parabólica no rio Caripetuba..... | 128 |
| Figura 27: Rio Açacu, destaque para as caixas d'água..... | 129 |
| | |
| Gráfico 1: Crescimento demográfico de Abaetetuba..... | 108 |
| Gráfico 2: Produção de açai em Abaetetuba..... | 122 |
| | |
| Tabela 1: População do município de Abaetetuba..... | 73 |
| Tabela 2: População residente nos PAE's da ilhas de Abaetetuba por sexo..... | 74 |
| Tabela 3: Localidades visitadas durante os trabalhos de campo..... | 80 |
| Tabela 4: Produção extrativa e silvícola do município de Abaetetuba em 2011..... | 94 |
| Tabela 5: Crescimento da população de Abaetetuba..... | 107 |
| Tabela 6: Produção de açai em Abaetetuba..... | 121 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMIA: Associação dos moradores das ilhas de Abaetetuba

CAGROQUIVAIA: Conselhos das Associações Agroextrativistas Quilombolas Nossas Várzeas e Grupos Afins das Ilhas de Abaetetuba

CEB: Comunidade Eclesial de Base

CENTRILHA: Encontro do Centro e Ilhas de Abaetetuba

CPT: Comissão Pastoral da Terra

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MORIVA: Movimentos dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba

SEPOF: Secretaria de Estado, Planejamento Orçamento e Finanças do Estado do Pará

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO..... | 12 |
| CAPÍTULO I – CAMINHOS E DESCAMINHOS DA NOÇÃO DE GÊNERO DE VIDA EM GEOGRAFIA..... | 29 |
| 1.1 - A gênese do Gênero de vida..... | 31 |
| 1.1.1 – A filosofia de Herder..... | 32 |
| 1.1.2 – O gênero de vida na geografia regional de La Blache..... | 35 |
| 1.1.3 – As contribuições de Marx e Engels..... | 39 |
| 1.2 - O gênero de vida na atualidade..... | 41 |
| 1.2.1 - Max Sorre: gênero de vida e o complexo geográfico..... | 42 |
| 1.2.2 - As contribuições de Ruy Moreira..... | 45 |
| CAPÍTULO II – O RIBEIRINHO E SUA REPRODUÇÃO SOCIOESPACIAL..... | 50 |
| 2.1 – A geografia do ribeirão..... | 51 |
| 2.2 – Reprodução histórica dos ribeirinhos da Amazônia..... | 58 |
| CAPÍTULO III – GÊNERO DE VIDA RIBEIRINHO EM ABAETETUBA..... | 71 |
| 3.1 – Caracterização geral da região das ilhas de Abaetetuba..... | 73 |
| 3.2 – Atividades econômicas na construção da relação com o ambiente..... | 85 |
| 3.2.1 – Olarias..... | 85 |
| 3.2.2 – Carpintaria naval..... | 89 |
| 3.2.3 – Pesca..... | 91 |
| 3.2.4 – Produção Agroextrativista..... | 93 |
| 3.3 - As atividades econômicas na constituição do gênero de vida ribeirão..... | 99 |
| CAPÍTULO IV - AS (RE)CONFIGURAÇÕES DO GÊNERO DE VIDA RIBEIRINHO EM ABAETETUBA..... | 103 |
| 4.1 - Panorama das transformações em curso..... | 103 |
| 4.2 - As consequências para os ribeirinhos de Abaetetuba..... | 109 |
| 4.3 - O espaço ribeirão: lugar de re-produção e r-existência do gênero de vida..... | 130 |
| CONCLUSÕES..... | 137 |
| REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO..... | 143 |

INTRODUÇÃO

A multiplicidade de atores, ações e relações que produzem e reproduzem o espaço amazônico ao longo do tempo engendraram na região uma heterogeneidade peculiar, que é fundamental para o entendimento do espaço regional em sua totalidade. Partimos do pressuposto de que a Amazônia está longe de ser homogênea, contrariando dessa forma uma concepção que ainda está presente no imaginário de parte de nossa sociedade que vê a Amazônia como selva, rica em recursos naturais como a água, abundância e diversidade de fauna e flora, vazio demográfico, ou seja, uma visão extremamente naturalista da região. Uma visão que, no todo, não é completamente arbitrária, porém perigosamente reducionista.

Observa-se um esforço na geografia e nas ciências humanas, em tentar romper com esse imaginário naturalista. Trabalhos como o de Trindade Jr. e Rocha (2002), Chagas (2009), Palheta (2009), dentre outras, contribuíram com essa ideia com suas propostas de entender a produção do espaço amazônico a partir das suas transformações mais recentes ligadas a exploração em grande escala de dos recursos naturais para o mercado. Nesse sentido, essas pesquisas analisam a região como uma fronteira aberta à exploração do capital, polo de grandes projetos econômicos e de colonização, espaço passivo as ações da modernidade e da globalização. O que se abstrai disso, em nosso entendimento, é que nessa visão, o espaço geográfico da Amazônia é resultados da ação desses novos agentes e implantação dessas variáveis externas, a serviço da produção e do mercado global.

Não obstante, ainda é muito válido o entendimento das formas mais antigas de produção do espaço amazônico advindos de seus primeiros habitantes aos quais foram somando-se outros agentes sociais numa justaposição de temporalidades e gêneros de vida formando um padrão sócio-espacial que Gonçalves (2005) denominou de *rio-várzea-floresta*. Esse padrão está centrado em um elemento natural fundamental: o rio (canal fluvial). Por intermédio destes, a maioria das populações locais, sobretudo as ribeirinhas, desenvolveram historicamente uma cultura e uma economia peculiar de uso desses canais fluviais que, ainda hoje, estão relacionados basicamente à circulação, transporte e extração de recursos indispensáveis a sua sobrevivência.

Dentro desse contexto, corroborando com Tocantins (1961), o elemento que ganha maior destaque é o rio, pois, segundo o autor, a relação cotidiana entre homem e o rio, característica dos ribeirinhos, é a base fundamental da construção do espaço amazônico. Em suas palavras:

O homem e o rio são dois mais ativos agentes da geografia humana na Amazônia. O rio enchendo a vida do homem de motivações psicológicas, o rio imprimindo à sociedade rumos e tendências, criando tipos característicos na vida regional (TOCANTINS, 1961, p. 251).

Nesse sentido, o ribeirinho é um personagem da Amazônia, pois quando se fala em populações da Amazônia, o ribeirinho é uma das primeiras imagens que nos vem à cabeça. Cruz (2008) argumenta que a representação cultural do ribeirinho em relação à Amazônia mostra em parte a importância do rio para o desenvolvimento da região.

Quando se fala de identidade das populações amazônicas, inevitavelmente a imagem do ribeirinho é lembrada como uma espécie de personificação daquilo que se considera como mais típico da cultura amazônica. A força dessa imagem construída no imaginário social mostra a importância do rio para a história, a geografia e a cultura da região (CRUZ, 2008, p. 49).

Então, a relação do ribeirinho com o rio não é apenas de proximidade, mas também econômica e cultural, pois a partir do rio, os ribeirinhos se apropriam dos principais recursos básicos para o desenvolvimento das suas atividades produtivas, o que permite a eles construir uma cultura peculiar de utilização dos recursos da natureza, como já investigamos em trabalhos anteriores (FERREIRA, 2008). Além disso, as relações cotidianas com o rio também constroem laços de afetividade e identidades, como foi bem investigado por Cruz (2006). A partir de suas relações sociais, de suas relações como o meio (tendo o rio como elemento principal) e de sua evolução histórica, os ribeirinhos da Amazônia desenvolveram um gênero de vida singular que lhes garantiu ao longo da história o seu desenvolvimento econômico, técnico e cultural.

Não podemos negar que as transformações políticas, econômicas e sociais pelas quais a Amazônia passa já algum tempo têm reestruturado profundamente os processos de produção do espaço na região. Porém, isso não implica dizer que as formas mais antigas de se produzir o espaço, como a forma de produção ribeirinha, tenha desaparecido ou mesmo que tenham perdido sua essência. Nesse sentido, é de fundamental importância procurar entender este significativo fragmento da realidade da região que está relacionado como o espaço ribeirinho, pois além de uma forma de (re)produção socioespacial ainda muito presente em nossa realidade, este influencia decisivamente em outras formas de se produzir o espaço da região. O presente trabalho pretende contribuir um pouco com essa discussão.

Nossa contribuição parte do pressuposto de que a noção de gênero de vida pode ser trabalhada para a análise dessas sociedades ribeirinhas da Amazônia e das transformações

pelas quais elas veem passando nos últimos anos. Genericamente, essa noção corresponde ao conjunto de condições técnicas, institucionais, materiais e culturais necessárias à produção e reprodução da vida e do espaço geográfico de um determinado povo. Conforme Gomes (2003), o gênero de vida foi pensado no século XVIII pelo filósofo alemão J. Herder (GOMES, 2003) e introduzido na geografia pelo geógrafo francês Vidal de La Blache (1954), transformando-o num dos principais conceitos dessa ciência.

Alguns autores como Max Sorre (2002) trabalharam na atualização dessa noção. Resgatando as ideias de La Blache, Sorre (2002) imprime ao gênero de vida a característica de evolução, sendo assim, o gênero de vida é visto como algo dinâmico e em constante integração com outros gêneros de vida. Para Sorre (2002), esta noção pode ser trabalhada tanto para entender as sociedades eminentemente abertas quanto àquelas relativamente fechadas, pois para este, o gênero de vida deve ser entendido como substrato do ecúmeno.

Partimos do pressuposto de que a noção de gênero de vida pode ser trabalhada, por exemplo, com as comunidades rurais do mundo subdesenvolvido, como é o caso dos ribeirinhos da Amazônia, possibilitado o entendimento dos processos pelos quais os ribeirinhos se reproduzem espacialmente. Nessa região, a relação sociedade-natureza sempre se constituiu em um elemento principal no constante processo de (re)produção do espaço. Não obstante a isso, o rio se apresenta como um elemento da natureza fundamental para a estruturação da vida *societal*. De acordo com nossas hipóteses, essa relação com o rio contribuiu para o desenvolvimento de um gênero de vida peculiar dos ribeirinhos da Amazônia, gênero de vida este que será a base de nossa análise.

Estudiosos da Geografia e de outras ciências humanas tais como Loureiro (1989), Becker (1991), Pinto (1992), Gonçalves (2005), Mello (2006), Acevedo Marin e Castro (1998), Hébette (1991), Trindade Jr e Rocha (2002), Monteiro e Coelho (2004), Nahum (2011) empenharam-se em compreender a região a partir das transformações ocorridas em virtude do processo que iniciou por volta da década de 1960 de inserção total da Amazônia na dinâmica da mundialização econômica. Esse processo trouxe para a região uma série de objetos, ações, agentes e eventos exógenos que tem como finalidade facilitar a exploração dos recursos em uma escala maior de produção a serviço do mercado global. Dessa forma, as últimas cinco décadas foram período de intensas transformações econômicas, culturais, sociais e espaciais.

No entanto, provavelmente os impactos mais graves dessa dinâmica pesam sobre as formas de produção e reprodução locais do espaço constituídas em um longo processo histórico de construção e estabelecimento na região, como a dos ribeirinhos. Esse processo

impõe aos diversos lugares da Amazônia uma lógica externa a eles, que conseqüentemente se apropria de seus modos de organização social para a reprodução da mesma, ou então desenvolvem esses modos de organização, construindo outros que sigam a lógica de acumulação capitalista atual. Isso ocorre porque, de acordo com Oliveira (1987), o processo de expansão e desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo atual produz, contraditoriamente, relações não capitalistas de produção, já que a “expansão do modo de produção capitalista, além de redefinir antigas relações, subordinando-as à sua produção, engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a sua reprodução” (OLIVEIRA, 1987, p. 67).

Essas transformações têm reestruturado profundamente os processos e produção do espaço e o gênero de vida ribeirinho que se desenvolveu na região. Os autores citados acima contribuem ao investigar as transformações na região, pontuando a profundidade e magnitude das conseqüências em vários aspectos da geografia regional. O que buscamos aqui é analisar essas transformações e seus impactos no gênero de vida dos ribeirinhos haja vista que se torna importante entender a dinâmica territorial amazônica em sua totalidade, levando em consideração a produção do espaço ribeirinho.

A opção de se escolher o município de Abaetetuba (PA) como área de estudo para essa discussão está relacionada com dois pontos: o primeiro é de caráter mais pessoal, pois o pesquisador é nativo do município e sua família ainda carrega heranças culturais muito fortes dos antepassados ribeirinhos, principalmente nos hábitos alimentares e na forma de falar. Porém, o que determinou nossa escolha foi o fato de Abaetetuba ser um dos mais importantes e dinâmicos municípios da região do Baixo Tocantins, com um peso muito grande dessa importância atribuído a população ribeirinha que corresponde a quase metade da população do município. De acordo com a SEPOF-PA (2008), a grande dinâmica econômica e cultural de Abaetetuba se deve em parte a sua posição geográfica estratégica na foz do rio Pará¹ o que permitiu com que historicamente a cidade desenvolvesse uma função de entreposto comercial, se tornando parada obrigatória de pessoas e produtos que desciam o rio Tocantins em direção a capital Belém. Dentre esse produtos destacavam-se o pescado, as peles de animais silvestres, a cana-de-açúcar, a castanha-do-pará, o mel, produtos oleiros, cachaça, açúcar mascavo, entre outros, sendo o transporte fluvial o principal elemento distribuidor desse comércio e os ribeirinhos os principais produtores da região. Essa característica também

¹ De acordo com Lima (et all, 2001), o rio Pará não é propriamente um rio, mas um conjunto hidrográfico sem nascente própria, formado por vários outros rios que tem nele sua desembocadura, dando origem a uma sucessão de baías e enseadas que se estendem ao longo de toda a costa sul da ilha de Marajó, a baía de Marapatá, é parte do conjunto do rio Pará e banha as ilhas de Abaetetuba à noroeste do município.

permitiu o desenvolvimento de uma manufatura artesanal na cidade que era responsável pela produção de sapatos, bolsas, roupas, sabões, velas e bebidas em geral destinados não somente ao comércio no Baixo Tocantins, como em Belém e no Baixo Amazonas.

A importância do transporte fluvial para a formação e colonização do município de Abaetetuba e de toda a região do Baixo Tocantins está no seu papel de intercâmbio comercial, tecnológico e cultural. O fluxo de ideias, pessoas e mercadorias contribuiu para a produção de uma dinâmica socioespacial na região que é fruto do cruzamento de influências endógenas e exógenas, o que explica o caráter dinâmico do comércio do município. Além disso, de acordo com Lara (1991, apud GONÇALVES, 2005) esse intercâmbio contribuiu para a formação de comunidades representadas por seus homens ribeirinhos que se constituíam enquanto sujeitos na sua relação com o rio, relação esta que é a base de sua economia, mesmo quando de subsistência. Nesse sentido, o rio se tornou um elemento importante para o desenvolvimento político, econômico e cultural do município, permitindo dessa forma que Abaetetuba apresente todas as condições geográficas para a reprodução socioespacial dos ribeirinhos.

O desenvolvimento econômico de Abaetetuba também se deve ao trabalho dos ribeirinhos, pois as principais atividades que deram sustentação econômica ao município até a metade do século XX foram aquelas desenvolvidas pelos ribeirinhos, tais como os engenhos de açúcar, as olarias, a pesca, a carpintaria naval, o extrativismo vegetal e animal, com destaque para a região das ilhas. Algumas vezes, esses ribeirinhos não se beneficiavam plenamente do fruto de seu trabalho, pois a maior parte das riquezas advindas de suas atividades ficava com atravessadores, donos de regatões, donos de barracões de aviamento e o Estado que se aproveitavam do isolamento dos ribeirinhos para explorar seu trabalho.

Atualmente o município compreende a sede municipal, localizada às margens dos rios Maratauíra (afluente do rio Tocantins) à oeste, Rio Abaeté ao sul e Rio Jarumã ao norte e a Vila de Beja localizada ao norte da sede municipal, às margens do rio Pará, ou como é conhecido entre os habitantes, Baía do Capim. O município faz parte da microrregião de Cametá, e da mesorregião do Nordeste do Pará. A sede municipal tem como ponto de referência as coordenadas de 1° 43'24" S e 48° 52' 54" W. Limita-se ao norte com o rio Pará e o município de Barcarena, a leste com Moju, a sul com Igarapé-Miri e Moju, e a oeste com Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, e Muaná (Mapa 1).

A zona rural, segundo a Lei Orgânica do Município é dividida em duas partes: a área das Colônias, parte mais continental interligada à cidade por estradas e ramais que as entrecortam, por onde se distribuem uma série de localidades e comunidades rurais que se

sustentam basicamente de um sistema agrícola itinerante de subsistência, mas que também serve para o abastecimento da cidade; e a Região das Ilhas a que compreende a uma área insular localizada a margem esquerda do rio Maratauíra, que corresponde a aproximadamente 40% do território de Abaetetuba, totalmente recortada por vários rios, furos, igarapés e paranás, localizada a noroeste da sede municipal (Mapa 1).

É na região das ilhas que se concentram a maior parte dos ribeirinhos de Abaetetuba. Esta região, de acordo com Lima (*et al*, 2001) se enquadra na categoria de várzeas flúvio-marinhas do estuário do rio Pará, ou seja, estas áreas estão sob influência direta da dinâmica das marés. Aliado a isso, apresenta uma riquíssima e vasta hidrografia, composta por rios, furos, igarapés e lagos que são navegáveis em quase toda a sua extensão, fato que se explica por um clima úmido e chuvoso que favorece a formação de água superficial e de uma geomorfologia que condiciona a formação de cursos d'água grandes e caudalosos (LIMA, et al, 2001). Este complexo hidrográfico situa-se a jusante do rio Tocantins com predominância de águas barrentas devido à grande quantidade de sedimentos inorgânicos (areia e argila, principalmente) em suspensão. Em Abaetetuba, o rio Tocantins recebe as águas do rio Maratauíra (também conhecido como Meruú), pela margem direita. O rio Maratauíra é engrossado pelas águas do rio Abaeté passando a constituir um só rio a partir desse ponto, indo desaguar no estuário do rio Pará. O rio Maratauíra separa a sede municipal situada a sua margem direita da região das ilhas, à esquerda. Pela sua margem direita, os principais afluentes são: rio Piraquirana, rio Acaraqui, rio Arapapu, rio Genipaúba, rio Abaeté, rio Jarumã, rio Guajará, entre outros. Pela margem esquerda do Maratauíra, vêm os rios que compõe a região das ilhas com destaque para: rio Tucumanduba, Rio Ajuai, rio Quianduba, rio Maracapucu, rio Arumanduba, rio Paramajó, rio Caripetuba, dentre outros. Estes rios da margem esquerda do Maratauíra supracitados são os mais representativos em termos de quantidade de população e de objetos técnicos por isso foram selecionados como amostras representativas para a análise do gênero de vida e da reprodução socioespacial dos ribeirinhos do município. Além disso, são as localidades mais conhecidas da região das ilhas com grande concentração de atividades produtivas, manifestações culturais, comunidades e ações do poder público. São todos rios e furos de grandeza média na hierarquia fluvial, grande largura e vazão, e são interconectado através de outros pequenos furos, igarapés e rios, recebendo suas águas e desaguardo no rio Maratauíra.

Essa grande quantidade de rios dá a região das ilhas um aspecto de mosaíco fluvial, tal é a insinuação dos cursos d'água que ainda hoje representam o principal meio de comunicação e circulação entre as povoações de ribeirinhos que se formam as suas margens.

Toda essa grandeza hídrica propiciou à população a possibilidade de desenvolver historicamente uma cultura de uso desses recursos que se manifesta materialmente em atividades como a pesca, a carpintaria naval, as olarias, agricultura, entre outras, mostrando ser o rio o principal elemento do meio físico no processo de produção e reprodução do espaço dos ribeirinhos (FERREIRA, 2008).

Este é o principal motivo que justifica a escolha da região das ilhas do município de Abaetetuba como recorte espacial para a análise da reprodução socioespacial do gênero de vida dos ribeirinhos da Amazônia. As localidades selecionadas como amostras representativas estão entre as mais povoadas da região e variam em termos de condições socioeconômicas, atividades produtivas e distancia da sede municipal. Destacam-se entre as atividades econômicas desenvolvidas pela população ribeirinha: a pesca, a carpintaria naval, a agricultura, as olarias, mas o maior destaque vai para a produção de açaí, como atividade que mais gera renda. Também existe nessas localidades um comércio varejista desenvolvido que proporciona a população compra a maior parte dos produtos básicos, sem a necessidade de se deslocar a sede municipal. A disponibilidade de energia elétrica varia de acordo com a proximidade da sede municipal e de acordo com as condições econômicas de cada família que pode ou não dispor de geradores de energia.

As condições e a qualidade de vida ainda estão longe de serem as ideais, apesar disso a população não demonstra interesse de sair, com raras exceções, pois considera que tem uma vida satisfatória no local e, principalmente, por manterem uma ligação afetiva e de identificação como o lugar.

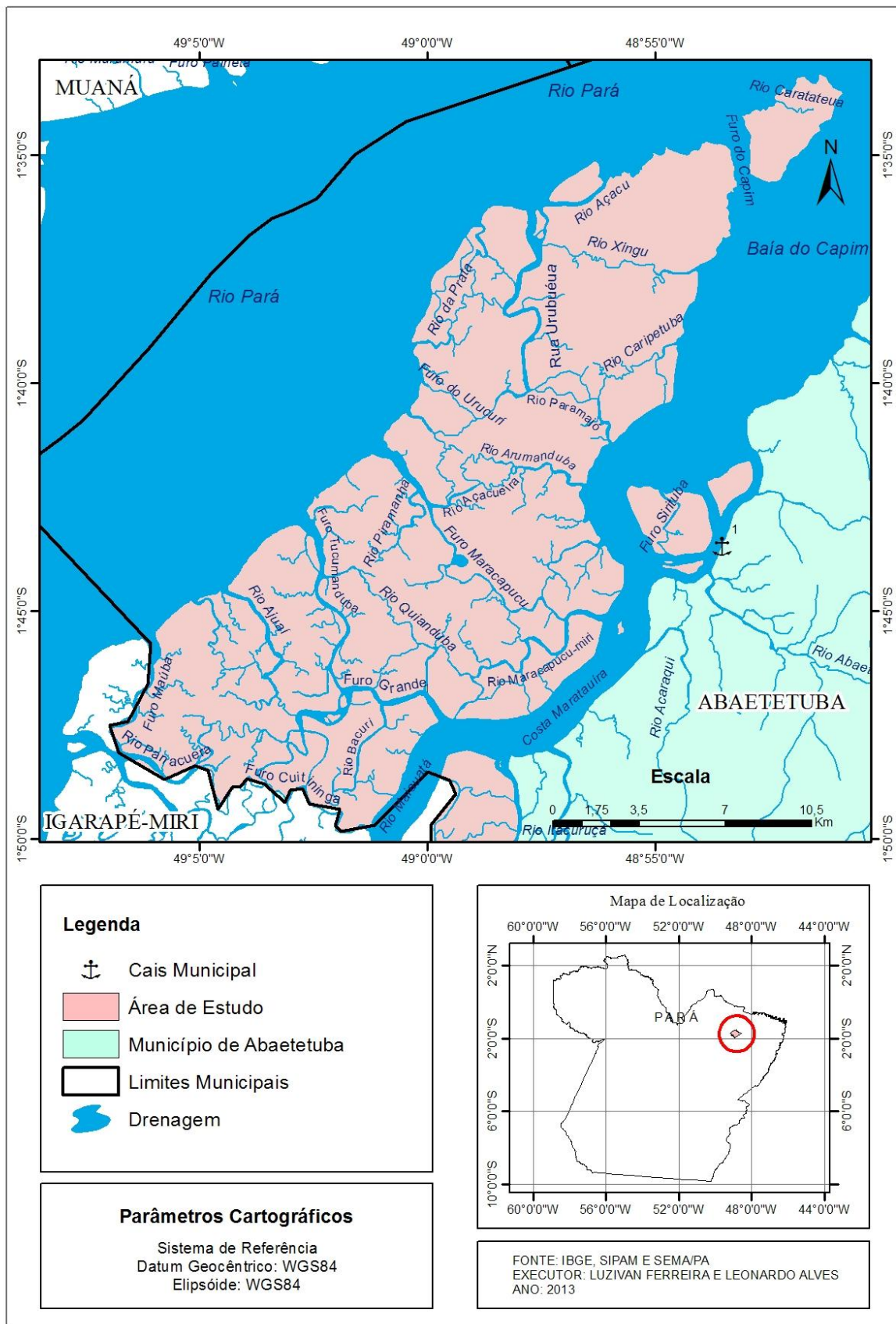
Além disso, tais localidades tem sido alvo constante das ações do poder público. Existem escolas de Ensino Fundamental completo, Ensino Médio e, no caso do Quaianduba, já dispõe de cursos de nível superior; projetos de inclusão digital como cursos de informática e manutenção de microcomputadores; trapiches e pontes construídas como atracadouro das grandes embarcações que levam e trazem produtos da sede municipal e de outras localidades. Aliado a isso, a grande maioria da população dessas localidades recebem benefícios de programas sociais do governo federal como o Programa Bolsa Família.

Pela quantidade de objetos e ações exógenas presente nas localidades a partir da penetração das empresas, estradas e todas as transformações advindas da inserção da região na lógica de exploração e acumulação capitalista moderna e pela manutenção de algumas estruturas espaciais locais e tradicionais, a localidades dos rios Quianduba, Ajuai, Maracapucu-miri, Maracapucu, Tucumanduba, Arumanduba, Paramajó, Urubuéua, Açacu, Rio da Prata, Sirtuba, dentre outras, constituem um significativo leque representativo e

interessante foco de análise espacial para se entender a reprodução do gênero de vida da população ribeirinha das ilhas de Abaetetuba e seu papel na produção do lugar enquanto materialização da relação dialética entre o local e o global, frente as transformações socioespaciais em curso na região que vem redefinindo o papel geográfico do ribeirinho não somente em Abaetetuba, mas em toda a Amazônia.

Vale ressaltar que nosso recorte espacial compreende a região das ilhas de Abaetetuba e que essa amostra de rios e localidades não é fechada e de forma alguma engessa a análise deste trabalho somente a elas, pois o objetivo aqui é construir uma área de estudo relacional, ou seja, o recorte espacial está mais centrado em seus aspectos comuns buscando apresentar as características que representam as ilhas como um todo do que buscar caracterizá-las individualmente, apesar de correr o risco de certa generalização. A ideia é criar uma visão ampla e geral da região das ilhas de Abaetetuba, salientando as características em comum dos ribeirinhos das diversas partes. Dessa forma, também serão utilizadas ao longo desse trabalho informações colhidas em outras localidades que possam nos dá um embasamento empírico conciso para a nossa análise.

É importante lembrar também que a análise abordará o período pós 1980, quando foi instaurada em Abaetetuba e por toda a região do Baixo Tocantins a malha rodoviária que foi o ponto de partida da fase de integração da região com o mercado externo e também quando começaram a se instalar na região empresas de médio e grande porte interessadas em aumentar a escala de exploração dos recursos e dinamizar o mercado consumidor interno, já que tais eventos representaram mudanças significativas na produção do espaço e organização econômica de Abaetetuba e municípios vizinhos. Porém, isso não impede de, no decorrer do trabalho, voltar um pouco mais no tempo, buscado entender as origens de processos importantes.



Mapa 1: Localização da área de estudo

A problemática aqui discutida, então, estrutura-se em torno do fato de que, a partir de meados do século XX, a Amazônia atravessa uma fase de intensas transformações ligadas à inserção da região em uma lógica capitalista de produção, aos moldes do chamado mundo globalizado. Nesse sentido, a região apresenta um enorme potencial de recursos naturais e saberes necessários à reprodução dessa lógica capitalista e, por isso, tem sido alvo do interesse de vários agentes sociais ligados a essa lógica. Entre os vetores desse processo podemos destacar: a implantação de grandes projetos econômicos e de colonização como o projeto Albrás-Alunorte, Projeto Trombetas e a Usina Hidrelétrica de Tucuruí; construção de meios de integração, comunicação e circulação como as estradas e portos como a PA-151, o porto de Vila do Conde e a Alça-Viária; o surgimento de cidades como consequências das frentes de expansão econômica, o aumento da população em toda a região causada pela migração em massa nos últimos trinta anos.

Nesse sentido, trabalhamos com a hipótese de que o gênero de vida ribeirinho tem sido afetado direta e indiretamente pelas as transformações advindas do processo acima mencionado, por dois motivos principais. Primeiramente, destacamos o fato de que este gênero de vida não estar adequado às atuais formas de produção e circulação capitalista implantadas na Amazônia, pois foi constituído a partir de outra temporalidade, outra cultura de relação com o meio e outro grau tecnológico, diferente deste que embasa a sociedade urbano-industrial dos dias de hoje. Em segundo lugar, observa-se cada vez mais a necessidade do sistema produtivo atual de se apropriar formas tradicionais de organização social para reutilizá-las segundo a lógica do capital.

A população da região das ilhas do município de Abaetetuba se inclui dentro desse processo maior. Isso se deve, além do fato do município estar localizado numa área de influência direta das novas frentes econômicas, como também pelo fato da região das ilhas de Abaetetuba se caracterizar do ponto de vista espacial, como um lugar construído historicamente por uma relação singular e cotidiana estabelecida entre os ribeirinhos e meio. Entretanto, há nessa discussão sobre a reprodução do gênero de vida na Amazônia, uma importante variável concernente à relação entre as transformações sociais em curso na região e algumas mudanças observadas na reprodução socioespacial dos ribeirinhos da região, principalmente no que se refere à introdução cada vez maior de elementos materiais e imateriais externos ao seu gênero de vida, como energia elétrica, informática, relações trabalhistas com base em características do capitalismo moderno, cursos que ensinam atividades não relacionadas ao local, introdução da produção em escala para atender a demanda das empresas que veem chegando, programas de fomento e assistência social, dentre

outros. A chegada desses elementos técnicos e objetos espaciais são, de acordo com nossas hipóteses, uma das causas das transformações do gênero de vida ribeirinho, pois a partir destes elementos, se estabelece o contato entre o gênero de vida local e a reprodução da modernidade global.

Vale ressaltar que essas transformações ocorridas em âmbito regional estão inseridas no contexto histórico-geográfico pós década de 1980 do século XX, quando se intensificou o processo de integração territorial e econômico da Amazônia ao mercado brasileiro e global, fruto de uma política de modernização imposta pelos grandes empresários e subsidiadas pelo Estado, a qual se manifesta espacialmente através da implantação dos grandes projetos econômicos que visavam a exploração em grande escala dos recursos da região e da construção das estradas e outras vias de integração que permitiam maximizar o aproveitamento dos recursos. Juntamente com todo esse aparato técnico, cresceram na região também ideologias ligadas ao consumo em massa e necessidade de se adequar a um estilo de vida produzido pelo capitalismo global que Milton Santos (2006) chama de cultura de massas. Essa cultura passou a ser fortemente propagada pela região com o crescimento dos meios de mídia e telecomunicações, fornecendo, dessa forma o suporte ideológico necessário.

No intuito de investigar com cuidado essa problemática, uma pergunta nos parece muito pertinente de se responder: De que maneira se estabelece a reprodução socioespacial dos ribeirinhos da região das ilhas de Abaetetuba, com base em seu gênero de vida, frente às recentes transformações em curso na região, pós anos 1980?

Este questionamento de caráter geral, por sua vez, se desdobra em três questões mais específicas:

- Quais são as condições materiais sobre as quais se reproduz o gênero de vida dos ribeirinhos das ilhas de Abaetetuba?
- Qual a relação entre o gênero de vida e a produção do lugar enquanto reprodução espacial dos ribeirinhos das ilhas de Abaetetuba?
- Qual a relação entre a reprodução socioespacial dos ribeirinhos da região das ilhas de Abaetetuba e as transformações sociais recentes em curso na região, advindas do processo de inserção da Amazônia na lógica moderna do capitalismo global?

O campo de trabalhos e pesquisas desenvolvidas a respeito da temática relacionada a comunidades tradicionais da Amazônia, como os ribeirinhos, quilombolas, quebradores de coco e babaçu, camponeses, é farta. O período em que vivemos é propício para estes trabalhos já que vem se desenvolvendo em várias áreas da sociedade o discurso da ecologia, da necessidade de preservar a diversidade social e ambiental, da sustentabilidade, etc. Na

Amazônia em especial, isso é ainda mais forte já que o modelo recente de desenvolvimento empregado na região, na maioria das vezes, ocasionou a exclusão dessas populações tradicionais (LOUREIRO, 1989).

No caso dos ribeirinhos, isso é muito significativo. O trabalho do Prof. Nahum (2011), por exemplo, se aproxima do nosso na medida em que este busca analisar as consequências da demarcação de terras de remanescentes de quilombo nas comunidades rurais da região das ilhas de Abaetetuba, tendo como base o uso da terra nessas comunidades e o entendimento de que essa demarcação é uma conquista e prova da resistência dessas populações frente às ações empresariais e as políticas de Estado que sempre negligenciaram o modo de vida dos ribeirinhos. Não obstante o autor ressalta que a conquista da posse de terá pelos agora intitulados quilombolas não modifica completamente o seu modo de vida ribeirinho, mesmo diante das recentes vicissitudes geográficas na região.

Outras pesquisas trabalhos focado sua preocupação em compreender a questão da identidade dos ribeirinhos e todas as suas nuances sociais. É o caso, por exemplo, do trabalho de Cruz (2006) que procurou analisar a construção relacional e contratativa da identidade ribeirinha em Cameté (PA), através de um processo de politização da cultura ribeirinha que produziu a emergência de lutas contra as formas de exploração e domínio a nível local, referentes aos impactos dos processos de modernização econômica na região. Outras pesquisas se debruçaram sobre a questão da reprodução atual dos ribeirinhos frente às dificuldades causadas pela modernização capitalista, como é o caso do trabalho de Rodrigues (2006) que analisa as dinâmicas socioespaciais e a organização comunitária dos ribeirinhos no estuário amazônico, particularmente na ilha do Combu(PA), averiguando a organização espacial e a territorialidade das comunidades, ou seja, a produção e reprodução da vida material e econômica.

Ainda na perspectiva da dinâmica territorial dos ribeirinhos, se destacam ainda os trabalhos de Heidtman Neto (2008) que investigou até que ponto a territorialização das políticas públicas considera a territorialidade dos lugares onde elas incidem, em especial, a territorialidade de comunidades ribeirinhas de Santarém e Baião, no estado do Pará; além da pesquisa de Masulo da Cruz (2007) que analisou as transformações territoriais ocorridas na produção de camponeses-ribeirinhos nas últimas décadas, decorrentes da expansão capitalista na Amazônia, tendo como recorte espacial, os ribeirinhos do município de Manacapuru (AM).

Por outro lado, dentro da vertente da reprodução social ribeirinha, se destacam também os trabalhos desenvolvidos pela professora Teresinha Fraxe (2004) e seu grupo na Universidade Federal do Amazonas, no qual procuram analisar a reprodução cultural e

espacial dos caboclos-ribeirinhos a partir de sua relação com a natureza, suas práticas familiares e cotidianas.

Um elemento em comum pode-se tirar desses trabalhos: todos eles relacionam os ribeirinhos, cada qual a partir de sua perspectiva, com as transformações advindas do processo de modernização econômica imposta sobre a região amazônica nas últimas décadas, de forma similar como este trabalho pretende fazer. Vale ressaltar também que a maior parte das pesquisas por nós consultadas, apesar de não expressarem explicitamente, flertam com a temática que envolve o conceito de gênero de vida ribeirinho, mas sem aprofundar. É nesse sentido que o presente trabalho pretende avançar.

Além disso, observamos também que majoritariamente as pesquisas buscam trabalhar mais com a ideia de modo de vida, conceito de origem marxista, muito mais bem aceito dentro das ciências sociais, inclusive na geografia, apesar do gênero de vida ser uma noção cunhada no seio da ciência geográfica. Em alguns trabalhos, como de Boechat (2009)², que são de caráter regional, a ideia de gênero de vida aparece, mas apenas como um elemento histórico-epistemológico para mostrar como a geografia desenvolveu seus estudos regionais no passado, porém com pouca validade para o presente. Cardoso (2001) argumenta que o gênero de vida foi uma categoria largamente utilizada em trabalhos desenvolvidos com ribeirinhos pescadores entre os anos de 1944 e 1960. Porém de lá para cá, caiu em desuso em comparação ao conceito de modo de vida. Ele ressalta ainda que a noção de gênero de vida ainda pode ser usada apenas como reconhecimento de uma fase do esforço do conhecimento geográfico em estabelecer um conteúdo explicativo para analisar a relação sociedade-natureza. Mas o autor ressalva que o conceito pode ressurgir com sutis diferenças e com certa força com a emergência do discurso ecológico atual. A nosso ver, essas são evidências que comprovam o fato de que a noção de gênero de vida tem sido esquecida nos trabalhos desenvolvidos na geografia ultimamente.

Acreditamos que o presente trabalho ganha importância na medida em que se propõe mergulhar nesta temática do gênero de vida que ainda é muito rica e fértil. Dessa forma, nossa investigação também se justifica uma vez que seus resultados poderão contribuir para o entendimento de como um dos mais antigos agentes sociais da Amazônia, os ribeirinhos, em particular os de Abaetetuba, se organizaram socialmente e espacialmente por intermédio de um gênero de vida constituído historicamente, a partir de suas relações sociais e de uma relação com o ambiente no qual e eles estão inseridos.

² Cássio Boerchat (2009) desenvolveu interessante um estudo regional sobre a mobilização do trabalho de camponeses e autonomização do capital em Olímpia, região oeste paulista.

Além disso, uma das finalidades desse trabalho é chamar a atenção para a discussão sobre transformação de formas de organização social tradicionais da Amazônia, em particular a dos ribeirinhos, que tem seu gênero de vida ameaçado frente à expansão de ideologias, modos de produção e organização social impostos pelos atuais padrões de acumulação capitalista. Entendemos, portanto, que este debate é importante haja vista que a produção do espaço ribeirinho – baseada em gêneros de vida, temporalidades e cultura de saberes, construídos entre as gerações - se constitui em uma riqueza social, não somente para eles mais para toda sociedade.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é analisar a reprodução socioespacial dos ribeirinhos da região das ilhas de Abaetetuba, com base em seu gênero de vida, frente às recentes transformações ocorridas nas últimas três décadas na região, advindas do processo de modernização e inserção da Amazônia na lógica do capitalismo global.

A metodologia de realização deste trabalho está baseada, primeiramente, em um levantamento bibliográfico e documental, aliado a uma discussão sobre a literatura produzida a respeito do referencial teórico acerca da problemática, do objeto e da área de estudo em bibliotecas, artigos da internet, periódicos e órgãos de governo. Nesse momento, objetivamos discutir sobre as teorias e noções que mais se aproximam dos objetivos da pesquisa: a noção de gênero de vida, ressaltando suas origens, as idas e vindas de sua evolução teórica, e seu valor epistemológico atual; a noção de reprodução social tendo o espaço geográfico como referência e condição fundamental; e o ribeirinho e sua geografia como foco principal da pesquisa. As informações levantadas nesse processo serão analisadas com o intuito de construir uma base teórico-conceitual que dê suporte ao trabalho.

Também foi feito a construção de um texto explanatório de caracterização da área de estudo com o objetivo de subsidiar o trabalho de investigação acerca dos elementos empíricos da pesquisa que dá suporte a análise. Para tanto foram realizados trabalhos de campo na região das ilhas de Abaetetuba, principalmente nas localidades do Rio Quianduba, rio Arumanduba, rio Maracapucu, rio Maracapucu-mirim, rio Tucumanduba, Rio Ajuai, Rio Juparicuara, Rio Urubuéua, Rio Paramajó e Rio Açacú, Rio da Prata e Rio Caripetuba, onde foram levantadas e registradas informações por intermédio de observações *in loco*, anotações manuais descrevendo a dinâmica da paisagem observada, retirada de registros fotográficos, e de pontos através de aparelhos de GPS para situar a coordenadas geográficas das principais localidades visitadas para a confecção de mapas.

Além disso, foram realizadas visitas a órgãos públicos e privados e também a associações e movimentos sociais dos ribeirinhos como o MORIVA (Movimento dos

ribeirinhos e ribeirinhas das ilhas e várzeas de Abaetetuba), a AMIA (Associação dos moradores das ilhas de Abaetetuba) a Paróquia das Ilhas da Diocese de Abaetetuba, e a Colônia dos Pescadores de Abaetetuba (Z-14) e realizadas nestes lugares entrevistas com as pessoas responsáveis por essas instituições. A finalidade aqui é colher o máximo de informação possível sobre a área de estudo.

Dentre as atividades de campo, realizamos entrevistas informais com os ribeirinhos da região das ilhas, principalmente com os mais antigos, haja vista que estes têm maior vivência com o espaço e podem perceber mais facilmente as transformações ocorrentes nele e no gênero de vida. Essas entrevistas, apesar de semiestruturadas, foram realizadas em conversas informais ao longo de nossas visitas a campo, e as perguntas giram em torno da questão das mudanças na sua realidade social nos últimos anos.

Para identificar essas transformações técnicas e culturais no gênero de vida ribeirinho, usamos de entrevistas que buscavam identificar na memória dos habitantes, especialmente os mais velhos, as principais mudanças que os próprios ribeirinhos veem observando ultimamente no espaço em que eles vivem, na forma como se relacionam com a natureza, e como desenvolvem as suas atividades econômicas. Isto é, buscamos identificar através de seu discurso e da observação empírica guiada pelos próprios ribeirinhos, quais as técnicas e objetos novos que são usados na realização de suas atividades cotidianas como no trabalho, no manejo da terra, na pesca, o deslocamento para a sede municipal, entre outras. Os registros fotográficos também foram importantes ferramentas metodológicas para visualizar materialmente esses aspectos no trabalho.

Vale ressaltar também que a vivência do pesquisador com a área de estudo ajudou muito na construção da pesquisa, o que se torna evidente ao longo do trabalho em que se observa que as informações foram coletadas por entrevistas com os ribeirinhos, mas também pelo conhecimento prévio da realidade local pelo pesquisador, devido ao seu convívio familiar.

Foram selecionadas duas ou três famílias por localidade visitada para realizar as entrevistas. Os critérios para escolhê-las foram baseados no tempo que aquela família mora na localidade, a sua experiência com o trabalho comunitário e a “fama” que algumas pessoas têm na região. Dessa forma, eram entrevistadas as famílias mais antigas da localidade, líderes comunitários, agentes de saúde e as pessoas mais conhecidas e indicadas por todos os ribeirinhos como profundos conhecedores da região.

Foram feitos alguns mapeamentos sobre os principais rios e localidades da região das ilhas de Abaetetuba, as comunidades visitadas, e do percurso feito pelas ilhas durante as

atividades de campo, e a população das ilhas visitadas, com a finalidade de mostrar a representatividade espacial das ilhas escolhidas como amostras para a nossa investigação e também colocar o leitor a par de como foram realizados os trabalhos de campo. Foi realizado, ainda, um mapeamento da espacialização das principais atividades econômicas dos ribeirinhos da região das ilhas, com o intuito de representar cartograficamente a importância dessas atividades para a reprodução espacial dos ribeirinhos e do seu gênero de vida. Os dados cartográficos utilizados neste mapeamento foram obtidos em trabalhos anteriores cedidos gentilmente pelo Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA), que realizou um trabalho de mapeamento da região das ilhas do município, em parceria com a UNESCO como parte do projeto intitulado Nova Cartografia Social da Amazônia (2008). No processamento desses dados, poucas modificações foram feitas, apenas algumas adequações aos objetivos desta pesquisa por meio da filtragem e introdução de novas informações.

Após isso, todo o material e os dados levantados foram sistematizados e, em conjunto com a base teoria-conceitual, foram analisados e interpretados para a obtenção dos resultados da pesquisa.

Essa metodologia tem como objetivo permitir a criação dos instrumentos de análise da forma de reprodução espacial e do gênero de vida da população ribeirinha da região das ilhas do município de Abaetetuba e a sua relação com as transformações ocorrentes em âmbito regional.

A dissertação está dividida em seis partes. Na primeira parte, de caráter introdutório, foi apresentada de maneira geral a problemática, os principais objetivos da pesquisa, a área de estudo e a metodologia com a finalidade de expor ao leitor as características básicas do trabalho.

Na segunda parte, que consiste no capítulo I intitulado Caminhos e descaminhos da noção de gênero de vida em geografia, serão apresentados e discutidos os principais elementos teórico-conceituais que fundamentam a pesquisa, em especial a noção de gênero de vida, entendendo esta como uma noção de análise da Geografia importante para o entendimento da reprodução socioespacial dos ribeirinhos da Amazônia. De acordo com a opção metodológica da pesquisa e com as leituras desenvolvidas, procuramos resgatar a origem do conceito na Geografia Clássica, mas também buscar elementos da atualidade para basear nossa hipótese de que a noção ainda é válida para os estudos em geografia atualmente. Em ambos os momentos, destacam-se a técnica, a cultura e a economia como elementos constitutivos do gênero de vida dos ribeirinhos da Amazônia que produzem seu espaço a

partir de suas práticas cotidianas, construídas e estabelecidas historicamente em sua relação com o meio e com os processos globais de produção do espaço, dando ao gênero de vida ribeirinho um caráter singular.

No capítulo II, intitulado O ribeirinho e sua reprodução, a ênfase da discussão estará centrada no ribeirinho, especialmente o da Amazônia. Buscaremos apresentar o ribeirinho enquanto sujeito social e histórico, as características de seu gênero de vida e de que forma que ele se relaciona com o meio no constante processo de produção e reprodução socioespacial. Nesse sentido, a intenção é mostrar como o ribeirinho da Amazônia vem se reproduzindo espacialmente ao longo da história, a despeito de todas as condições desfavoráveis, em um constante movimento de readaptação, sobrevivência e evolução, mantendo a coesão dos elementos que compõe o seu gênero de vida.

Os resultados da pesquisa serão apresentados nas duas partes seguintes, o capítulo III intitulado Reprodução socioespacial e gênero de vida ribeirinho de Abaetetuba e o capítulo IV intitulado As (re)configurações do gênero de vida ribeirinho em Abaetetuba. Nesses momentos, a análise gira em torno dos ribeirinhos das ilhas de Abaetetuba, dando destaque a análise das condições materiais sob as quais se reproduz o gênero de vida deles, num constante processo relacional dos ribeirinhos com seu meio, tendo como variáveis a técnica, a cultura e a economia que interagem nas suas atividades cotidianas econômicas. Dessa forma, procuramos estabelecer a relação entre o gênero de vida ribeirinho e a produção do lugar enquanto espacialização de sua reprodução social. Com isso, teremos elementos para basear nossa análise sobre as mudanças ocorridas na produção do espaço dos ribeirinhos de Abaetetuba e no seu gênero de vida, após a fase de integração da região ao mercado nacional e internacional, que teve início nos anos de 1980, que tem como principal manifestação material a implantação dos grandes projetos e das rodovias de integração. A intenção é compreender as relações entre o gênero de vida ribeirinho e a nova lógica econômica capitalista que se espacializa nos lugares, buscando incessantemente se apropriar do espaço e/ou excluir populações nativas dos benefícios gerados, reforçando mais ao espaço ribeirinho, produto de seu gênero de vida, a condição de lugar fonte de reprodução e resistência.

Uma síntese conclusiva dos principais resultados da pesquisa será apresentada nas conclusões bem como serão discutidas as principais limitações deste trabalho e apresentadas questões para futuras discussões, pois sabemos que essa problemática não se esgotará apenas com esta pesquisa.

CAPÍTULO I - CAMINHOS E DESCAMINHOS DA NOÇÃO DE GÊNERO DE VIDA EM GEOGRAFIA

O objeto de reflexão deste capítulo é a noção de gênero de vida. Trata-se de uma noção basilar para os propósitos desta dissertação, que analisa a reprodução espacial dos ribeirinhos da Amazônia, em especial os de Abaetetuba, frente às transformações sociais em curso e toda a região amazônica advindas do seu processo de inserção na lógica global capitalista.

A noção de gênero de vida foi muito usada nos estudos de geografia regional da virada do século XIX para o século XX, quando a geografia buscava a descrição de paisagens regionais em busca de elementos e recursos que pudessem legitimar a estratégia imperialista dos países europeus (MORAIS, 2001; LACOSTE, 1988; SANTOS, 2004). Esse era um momento histórico de crescimento vertiginoso da produção industrial na Europa, por isso era necessário criar condições para a expansão do comércio internacional. Aumentaram, assim, as necessidades de matérias-primas, recursos e mercado consumidor para as indústrias europeias e os países pobres foram forçados a adaptar suas estruturas espaciais e econômicas a essa nova dimensão que a divisão internacional do trabalho ganhara. A geografia, então, assumiu um importante papel como instrumento de conquista colonial na medida em que seus estudos serviam de fundamentação teórica para o conhecimento e o desenvolvimento de políticas expansionistas dos países industrializados e sua ideologia tinha a função de esconder o papel do Estado bem como o das classes na organização da sociedade e do espaço (SANTOS, 2004).

Entretanto, na segunda metade do século XX, a chamada renovação crítica que aconteceu no seio da Geografia trouxe novos rumos, tendências e vanguardas para a ciência, o que contribuiu com o salto de qualidade e profundidade que as análises apresentaram desde então (MOREIRA, 2010). No mundo inteiro, mas especialmente na França e no Brasil, surgiram autores como Yves Lacoste (1988) e Milton Santos (2004) que pregavam um rompimento ideológico e metodológico com a estrutura do pensamento geográfico tradicional e propunham uma nova epistemologia.

Não obstante, é comum observar nos movimentos de renovação radicais como este uma necessidade exacerbada de negação do passado. Assim, grande parte das análises da chamada geografia crítica propunha romper totalmente com tudo aquilo que se havia produzido até então por considerar metodologicamente pobre e carregada de uma ideologia

imperialista e repressora. Santos (2004), por exemplo, argumenta que a visão da geografia regional clássica de que as paisagens geográficas são fruto unicamente da interação entre um grupo humano e seu meio geográfico não é mais válido no mundo de hoje onde os progressos realizados nos transportes e comunicação e a expansão de uma economia mundializada atingem todos os lugares do planeta em níveis diferenciados. Dessa forma, nenhuma região pode ser entendida como uma realidade isolada dotada unicamente de uma coerência interna, como faziam os estudos clássicos. Além disso, a geografia radical também criticava os métodos de investigação que eram baseados na descrição, com pouca profundidade de análise, e em analogias, sobretudo em relação às ciências naturais, buscando similaridades entre as leis que regem a natureza e o comportamento da sociedade, empobrecendo assim os estudos humanos (SANTOS, 2004).

Em nossa visão, esses são alguns dos motivos que explicam a grande desvalorização que a conhecida geografia clássica passa nos últimos anos. Usar conceitos, métodos ou ideias dos autores clássicos se tornou sinônimo de anacronismo, conservadorismo e positivismo, em seus sentidos mais pejorativos.

Não obstante, partimos de um pressuposto de que existe uma riqueza teórica e metodológica nos estudos clássicos que ainda pode e deve ser lembrada no desenvolvimento estudos sobre o mundo moderno. Evidentemente, é necessário fazer as devidas adequações e alterações para a atualidade, pois não é mais possível se trabalhar da mesma forma como esses autores trabalhavam em suas épocas em virtude das constantes transformações decorrentes da dinâmica histórico-espacial do mundo atual. Porém, não se pode negligenciar toda a epistemologia da Geografia se desfazendo do todo um arcabouço teórico metodológico ainda muito útil.

Para a nossa pesquisa, um conceito cunhado na Geografia clássica nos parece muito fecundo: o gênero de vida. Ao analisar as comunidades ribeirinhas da região das ilhas de Abaetetuba em trabalhos anteriores, percebemos uma grande riqueza técnica e cultural presente na relação com o meio, ou seja, uma cultura peculiar de uso dos recursos naturais presentes no ambiente que permitiu aos ribeirinhos o desenvolvimento de suas atividades produtivas que historicamente dão suporte a sua produção do espaço (FERREIRA, 2008). Essa riqueza nos instigou a investigar a reprodução socioespacial dos ribeirinhos, tendo como elemento teórico o gênero de vida dessas populações, que se manifesta nas suas práticas técnicas e culturais.

O papel das variáveis técnica e cultura na análise da produção do espaço há muitos anos se constitui em um problema teórico-metodológico na Geografia. Vidal de La Blache

(1954) já alertara, no século XIX, que existia uma falta de rigor científico na análise geográfica, principalmente no que tange a relação do homem com o meio. Para o autor, esta falta de rigor científico se deve muitas vezes ao fato dos geógrafos não levarem em consideração a técnica como um elemento de análise da relação homem meio. Milton Santos (2006) reafirmou essa carência na Geografia, relacionada à negligência da técnica nesses estudos. O conceito de gênero de vida talvez tenha sido a primeira tentativa teórica de cobrir essa carência, na medida em que esta noção parte da variável técnica como elemento mediador da relação homem-meio, sendo essa relação a base da produção espacial.

Nesse sentido, o gênero de vida ganha importância para trabalhos desenvolvidos em comunidades rurais do mundo subdesenvolvido, onde a relação homem meio ainda é mais eloquente na dinâmica espacial, mesmos que estes espaços sejam cada vez mais raros com o processo de mundialização econômica imposta pelo capitalismo global, já que estes lugares não são aptos a receberem as influências mais incisivas da globalização e, por isso, são excluídos.

Podemos admitir que existam ainda espaços geográficos cujas características são o resultado de uma interação íntima entre grupo humano e a base geográfica. Mas estes casos são cada vez menos numerosos; eles parecem ser o resultado de uma falta de dinamismo social frequentemente denominado, na linguagem corrente, dinamismo geográfico. Estes não são mais que o resultado da ausência de resposta às condições do mundo moderno ou de uma inadaptação local às influências dos progressos econômicos, sociais [...]. (SANTOS, 2004, p. 40).

O espaço ribeirinho da região das ilhas do município de Abaetetuba nos parece estar de acordo com a descrição do professor Milton Santos. Longe das condições ideais de receber os benefícios da modernidade global, os ribeirinhos de Abaetetuba se desenvolveram a mercê das condições adversas e por isso seu espaço é também resultado do desenvolvimento desigual do capitalismo.

Dadas essas circunstâncias, o gênero de vida nos parece um bom ponto de partida para a análise da reprodução socioespacial das comunidades ribeirinhas das ilhas de Abaetetuba.

1.1 – A GÊNESE DO GÊNERO DE VIDA

De acordo com Gomes (2003), a origem da noção de gênero de vida está na linha de pensamento filosófico desenvolvida por Herder no século XVIII. As ideias de Herder se

opunham as ideias de racionalidade extrema da ciência e do universalismo da razão desenvolvidas por Kant³ propondo uma alternativa baseada numa filosofia da história centrada sobre a expressão das culturas das nações. A nação, portanto, era a escala de análise da qual partia o pensamento de Herder e também uma noção basilar de sua filosofia.

Herder (apud GOMES, 2003) entendia a nação como um organismo vivo que cria identidade pelas relações entre os meios físicos e os diversos gêneros de cultura. A nação, para Herder, se define a partir de três elementos: as condições físicas do meio, o gênero de vida e as tradições (*ibid*, 2003). Investigando a principal obra de La Blache (1954), intitulada Princípios de Geografia Humana, percebemos a influência da filosofia de Herder sobre as suas ideias, sendo o conceito de gênero de vida, talvez, o exemplo mais eloquente dessa influência.

Por isso, ao analisar o gênero de vida dos ribeirinhos de Abaetetuba, no seu constante processo de reprodução socioespacial, buscaremos alguns elementos de análise presentes no processo de construção epistemológica do conceito de gênero de vida. A intenção aqui é pontuar que contribuições Herder e La Blache deixaram para o entendimento dos elementos constitutivos do gênero de vida.

1.1.1 – A filosofia de Herder

Johann Gottfried Von Herder foi um dos maiores expoentes da filosofia, da arte e da literatura alemã do século XVIII. Nascido na Prússia Oriental (atual Alemanha) em 1744, estudou teologia, filosofia e medicina, se tornando um dos principais alunos de Kant e Hamann, com os quais sempre dialogou em sua obra, principalmente em matéria de linguística, poesia, filosofia e arte. O pensamento de Herder é considerado até hoje a maior influência de um movimento filosófico e artístico conhecido como romantismo alemão. Suas principais ideias estão sintetizadas na sua mais importante obra intitulada *Idées sur La philosophie de l’histoire de l’humanité* (Ideias para uma filosofia da história da humanidade, em tradução aproximada).

De acordo com Gomes (2003), a origem filosófica a noção de gênero de vida está na obra de Herder. Para este, “as sociedades criam sua identidade através de uma dialética entre os gêneros de vida constituídos e o meio no qual habitam e se reproduzem” (HERDER *apud* GOMES, 2003, p. 144). Nesse sentido, os diversos ambientes concentram uma série de

³ KANT, E. Crítica à razão pura. Nova Cultural. São Paulo, 1991.

possibilidades de compor gêneros de vida diferentes, através do quais as sociedades humanas se relacionavam com a natureza na perspectiva da reprodução socioespacial. Assim o gênero de vida só pode ser compreendido se partirmos do meio e da cultura em que ele está submetido.

Dentro desse raciocínio, Herder (*apud* GOMES, 2003) considerava o gênero de vida um meio pelo qual cada sociedade encontra para produzir seu espaço e se enraizar em um determinado ambiente graças às ferramentas e instrumento técnicos que sua cultura produz. Os gêneros de vida se desenvolvem de acordo com um quadro de condições naturais e de acordo com certo repertório cultural de cada nação. O objetivo de Herder era produzir estudos nacionais que mostravam com detalhes os gêneros de vida, suas particularidades, sua relação com o meio e sua evolução histórica de acordo com as necessidades de adaptação e aperfeiçoamento (GOMES, 2003). Portanto, os gêneros de vida seriam elementos fundamentais para se entender a organização social de uma nação. Seu entendimento está circunscrito ao entendimento das condições do ambiente e das tradições culturais.

Herder trabalhava com uma escala definida em suas análises: a nação. Era comum naquela época de descobrimentos geográficos os estudos em níveis nacionais e regionais. Herder entendia que cada grupo social que apresentava uma coerência organizacional e uma cultura coesa e sólida era uma nação, independentemente se constituísse ou não um Estado-Nação. E o seu gênero de vida era produto das relações que se produziam dentro dessa escala.

Para os objetivos do nosso trabalho, uma análise tendo como base essa escala nacional torna-se inviável. No período atual de mundialização da cultura e da economia, entender o gênero de vida dos ribeirinhos de Abaetetuba somente a partir das características desenvolvidas em nível nacional ou regional se torna arbitrário, pois dessa forma, são negligenciadas as influencias produzidos e impostas em nível global que são as principais forças na estrutura espacial do mundo atual. Com a expansão e o domínio dos meios de comunicação e circulação, o gênero de vida sofre influência de fenômenos globais, nacionais, regionais e locais e por isso só pode ser entendido como um produto de relações que se desenvolvem em múltiplas escalas, que interagem entre si e se materializam em um lugar. Todavia, em nossa análise, o entendimento dos fenômenos regionais e locais constitui o pilar fundamental para a compreensão da construção do gênero de vida ribeirinho historicamente produzido, pois é sobre estes fenômenos que agem os elementos de outras escalas, transformando-os e redefinindo-os. E para isso a contribuição de Herder ganha importância.

Para Herder, as condições do ambiente formam a base do gênero de vida, pois a partir dessas condições e de sua cultura, cada nação produz seu construto técnico capaz de se

adaptar à estrutura geográfica. As tradições culturais são um conjunto de valores e costumes desenvolvidos ao longo da história e particulares a cada nação. Seguir uma tradição é como seguir um modelo, mas que não é estanque, pois ela muda, se adapta e se aperfeiçoa (GOMES, 2003).

Este aspecto também ganha significado em nossa pesquisa. Os elementos do ambiente e da cultura dos ribeirinhos de Abaetetuba estão presentes em todas as suas atividades cotidianas, como por exemplo, em suas atividades econômico-produtivas como a pesca, a produção de tijolos e telhas entre outras atividades que são realizadas de maneira peculiar, nas quais são empregadas técnicas diretamente ligadas a uma tradição de uso dos recursos que o ambiente lhes fornece, que são repassadas de geração em geração e aperfeiçoadas ao longo do tempo. Isso significa que a apropriação dos elementos do ambiente e a tradição cultural, envolvida nessa apropriação, se tornam importantes variáveis na análise do gênero de vida ribeirinho, pois as formas de apropriação dos recursos naturais dos ribeirinhos se revelam em uma cultura historicamente desenvolvida de relação dessas sociedades com o meio natural que o cerca.

Outro aspecto importante da obra de Herder, que Gomes (2003) chama a atenção, é que, baseada em sua filosofia histórica e numa espécie de relativismo cultural, Herder sempre buscou identificar particularidades de uma nação, enquanto singularidade diante de uma forçada modernizadora promovida pelos Estados-Nações. Mas o sistema filosófico de Herder também possui um caráter global, ou seja, uma reflexão que busca um sentido maior dentro das diversidades de relações entre o homem e a natureza. Dessa forma, cada cultura seria particular e única, mas possuiriam também uma parte da universalidade, na medida em que cada cultura contém em si a perspectiva do plano global teleológico.

Nesse sentido, podemos dizer que temos na obra de Herder a influência de uma espécie de filosofia corográfica, isto é, ideias baseadas e inspiradas no humanismo iluminista que valorizava muito as descrições humanistas em âmbito regional, dando ênfase às análises das transformações históricas como motor da evolução humana (GOMES, 2003). Dessa forma, ao estudar as sociedades, Herder sempre buscava o singular, o diferencial, pois isso era importante e especial no trabalho de um humanista.

Identificar, demarcar e caracterizar a singularidade das comunidades ribeirinhas de Abaetetuba na atualidade em que os processos de modernização hegemônicos do capitalismo são impostos a todos os lugares se torna uma tarefa muito mais difícil. Porém, o que se busca aqui não é trabalhar de acordo com o mesmo método de Herder. Para nós, a particularidade dos gêneros de vida se assenta na relação dialética entre esses gêneros de vida produzidos

localmente as ações dos processos hegemônicos globais. Esses processos de expansão da produção e do mercado global, de acordo com Santos (2006), se manifestam de diferentes formas nos lugares de acordo com o grau de desenvolvimento técnico, a capacidade organizacional e a resistência de cada lugar. Logo, apesar da unicidade do processo hegemônico capitalista, os lugares são diferentes e reagem de formas diferentes, produzindo dessa forma suas particularidades. Dessa forma, apesar do gênero de vida se transformar ele não perde algo de singular.

1.1.2 – O gênero de vida na Geografia regional de La Blache

Paul Vidal de La Blache foi o grande expoente da geografia francesa na virada do século XIX para o XX. Nascido em 1845, é o fundador da geografia regional francesa e da Escola Francesa de Geopolítica. Também fundou o periódico *Annales de Géographie* do qual foi editor até sua morte. Foi professor da Universidade de Paris e escreveu vários artigos e livros onde tratou de temáticas como o conceito de geografia humana, a relação homem-natureza e geopolítica. Dentre seus escritos destaca-se a obra póstuma *Princípios de Geografia Humana* na qual ele sistematiza sua visão de geografia.

Para Gomes (2003), a obra de La Blache é um cruzamento de influências, onde se observa elementos tanto do humanismo de Herder como do cientificismo de Kant. La Blache, assim como Herder, também tinha a preocupação com o estudo das realidades individuais em âmbito regional. Para isso, seu método de investigação tinha na descrição uma fonte de levantamentos de dados precisos que não somente serviriam para dar suporte a sua teoria, mas também para a elaboração do próprio arcabouço teórico. Nesse sentido, suas contribuições para o desenvolvimento da ciência geográfica são reconhecidos como fundamentais até hoje (GOMES, 2003; MOREIRA, 2010).

Não obstante, La Blache não se preocupava somente em descrever realidades regionais, haja vista que ele, a partir de sua observação e descrição e influenciado pela filosofia da época, também criava categorias de análise que constituíam a base de seu arcabouço teórico. Além disso, La Blache usava uma metodologia de descrição explicativa, ou seja, descrever de uma forma que ao mesmo tempo explica o fato, já, mostrando uma preocupação teórico-metodológica, acima de tudo (GOMES, 2003). Dentre as categorias de análise de La Blache podemos destacar principalmente: o organismo, o meio geográfico, a ação humana e o gênero de vida, categorias estas que ele considerava como fatores geográficos, pois a combinação desses fatores é que dava a feição geográfica do planeta e

marca dos povos sobre a superfície da Terra (GOMES, 2003; MOREIRA, 2010). Nesse sentido, Para La Blache (1954) a geografia humana tem um duplo objeto: entender as transformações ocorridas dentro de um meio geográfico e perscrutar as transformações em curso a partir do estudo da inter-relação entre os fatores geográficos.

Organismo e meio geográfico são categorias complementares no pensamento lablacheano que estão ligados a ideia de natureza mecânica e interligada aplicados a fenômenos naturais e humanos. O meio seria então uma totalidade de componentes geográficos sobre os quais o ser humano disporia para construir sua cultura. A ação humana seria uma força antropogênica capaz de transformar o meio a partir de seus interesses. Para La Blache (1954), os seres vivos se adaptam ao meio de acordo com a faculdade que dispõe, no caso do homem é a capacidade de raciocinar. Entretanto, o homem não é somente um dominador do meio, mas também ao mesmo tempo está submetido a ele, ou seja, o homem é em relação ao meio, concomitantemente, passivo e ativo. Este, na visão de Gomes (2003) é um dos problemas nodais da epistemologia vidaliana “como conciliar o fato de o homem, por sua atividade seja mestre de seu meio, se ele está ao mesmo tempo parcialmente submetido a ele?” (p. 203). Não obstante, La Blache (1954) nos mostra que não há dicotomia ou separação do homem e o meio e sim complementaridade. Homem e meio na verdade formam um novo organismo, uma síntese geográfica, onde a natureza prepara a base e o homem constrói o organismo social, ou como bem resumiu Gomes (2003) “a força natural só tem sentido em relação a cultura e o meio se define somente em função da obra humana que o transforma” (p. 203).

Esta visão de La Blache sobre a relação homem e meio se torna um elemento de análise que ganha importância para esse trabalho. Entendemos os ribeirinhos não como sujeitos separados dicotomicamente de seu meio, mas como sujeitos dialeticamente unidos a ele. O ribeirinho não é somente dominador do meio, pois também é passivo a sua influência, isto é, o ribeirinho é o sujeito de suas ações mais ao mesmo tempo está sujeito as ações do meio. Porém, para este trabalho o meio não será entendido da mesma forma que La Blache e Herder, ou seja, um meio estritamente natural, mas sim como um meio geográfico em que se relacionam e se influenciam elementos e ações socioambientais que se desenvolvem em múltiplas escalas, uma ideia muito próxima daquilo que Sorre (1984) chama de ecúmeno, ou seja, um complexo formado de complexos geográficos, “um todo formado e caracterizado pela superposição e entrecruzamento de diferentes níveis de complexidade” (MOREIRA, 2011, p. 88).

Essa relação entre homem e meio que é para La Blache o cerne da epistemologia da geografia, e o gênero de vida é o elemento mediador. Na visão de La Blache (1954) os gêneros de vida são um conjunto de elementos técnicos produzidos pelo homem no ambiente, mas não de uma só vez, e sim por transmissão entre as gerações de processos e invenções que constitui para a sociedade um arcabouço técnico-cultural que assegura o seu uso e sua própria existência. Nesse sentido, o gênero de vida é o elemento que rege a ação da transformação humana sobre o meio, criando um conjunto técnico-cultural específico em que cada grupo desenvolve sua maneira de ser e de viver. Em suas palavras:

O homem criou para si gêneros de vida. Com o auxílio de materiais e de elementos tirados do meio ambiente conseguiu, não de uma só vez, mas por uma transmissão hereditária e processos e de invenções, constituir qualquer coisa de metódico que lhe assegura a existência e lhe assegura um meio para seu uso (LA BLACHE, 1954, p. 172).

Para o autor, o gênero de vida é constituído de elementos materiais e imateriais que garantem a uma sociedade a sua reprodução em todos os sentidos, mas principalmente, no sentido geográfico. Ou seja, La Blache concerne ao gênero de vida um caráter evolutivo-reprodutivo, já que para ele o que permanece e evolui das civilizações humanas são as formas de agrupamento social produzidas pela relação entre o homem e a natureza que está cada vez mais emancipada da influência direta do meio, isto é, o gênero de vida. Essa evolução dos gêneros de vida se dá através do contato entre diferentes civilizações permitido pelo avanço da circulação em nível mundial, fazendo não somente evoluírem os que já existem, mas também surgirem novos gêneros de vida. Sobre isso, Gomes (2003) destaca que os gêneros de vida atuais são, dessa forma, resultados contingentes dos gêneros de vida anteriores, ao longo de uma cadeia contínua de evolução e contato entre as culturas a partir disso que La Blache chama de circulação. Essa evolução é comandada não somente por uma ideia de necessidade, mas também de possibilidades.

Rui Moreira (2011) nos alerta que La Blache ainda no início do século XX já chamava a atenção para as possibilidades que o desenvolvimento técnico-industrial cria para os gêneros de vida, permitindo o contato e a interação entre eles. Ao contrário do que se possa pensar, este contato entre diferentes gêneros de vida, permitido pelo desenvolvimento dos transportes e dos meios de telecomunicação, não os destrói ou os desestrutura. Pelo contrário, são as civilizações que se prendem em sua própria harmonia e se fecham repetindo sem nenhuma modificação os mesmos processos culturais é que tendem a involução e ao

desaparecimento de seu gênero de vida. As civilizações abertas às inovações evoluem, seus gêneros de vida se adaptam e se transformam, se reinventando a cada novo momento histórico e geográfico. Não obstante, essa adaptação não acontece de forma instantânea ou mesmo tranquila, mas sim por pressão dos elementos externos e principalmente por uma questão de necessidade de sobrevivência das civilizações.

Progridem as civilizações que não se fecham as inovações vindas de fora. Mas mesmo aqui, a absorção não é pacífica. Os gêneros de vida são adversos e a elas se opõe fortemente. Mas cedo a pressão das necessidades age e vence as resistências às novas invenções. (MOREIRA, 2011, p.70)

Este aspecto de evolução e adaptação dos gêneros de vida torna-se o cerne de nossa análise dos ribeirinhos de Abaetetuba e sua reprodução frente às transformações sociais recentes na Amazônia. Estas estão ligadas diretamente ao processo de mundialização econômica e globalização cultural imposta pelo capitalismo a todos os lugares, possibilitada pelo desenvolvimento técnico, científico, informacional dos sistemas de transporte e comunicação (SANTOS, 1996), e a forma como a Amazônia se insere nele, a partir dos anos de 1960. Todo este processo coloca em contato culturas e gêneros de vida diferentes, por intermédio da expansão pelo mundo de uma cultura de massas que é a dos grandes agentes hegemônicos econômicos, produzida de “fora pra dentro” e altamente propagada pela mídia (SANTOS, 2006; 2007). A partir da década de 1960, com a construção dos grandes projetos econômicos de exploração dos recursos naturais e a expansão dos meios de transporte e comunicação como as estradas, televisão e internet, este fenômeno chega de forma mais intensa a Amazônia e vai influenciar de forma decisiva os gêneros de vida locais. Evidentemente, não há comparação da intensidade desse fenômeno no mundo moderno com o qual La Blache observara em sua época, porém o princípio da análise é o mesmo: sob essas condições históricas adversas, o gênero de vida ribeirinho vai sofrer o impacto dessas influências externas, porém, como já afirmara La Blache e Moreira, isso não implica no seu desaparecimento ou desestruturação, mas significa a existência das condições materiais necessárias para a sua adaptação e evolução.

Observa-se que tanto Herder como La Blache revelam dois elementos fundamentais que constituem o gênero de vida: técnica e cultura, que também vão ser elementos importantes para a análise da reprodução socioespacial dos ribeirinhos de Abaetetuba. Moreira (2011), ao analisar a obra de La Blache, também destaca o aparato técnico-cultural

como importantes variáveis na análise e definição dos gêneros de vida, principalmente no que toca a relação homem e meio:

O gênero de vida depende da técnica e do quadro de intercâmbios dos homens entre si e com o meio. Por intermédio da técnica é que os grupos humanos intervêm em seus diferentes meios geográficos, com ela estruturando um gênero e um modo de vida que atua na superfície terrestre como um “novo princípio de diferenciação” (p. 68)

Por esses motivos, técnica e cultura serão variáveis de análise fundamentais para este trabalho sobre o gênero de vida dos ribeirinhos de Abaetetuba. Não obstante, esses elementos não serão compreendidos separadamente, mas como elementos de um mesmo sistema material e imaterial através do qual os ribeirinhos se relacionam com o meio e se reproduzem espacialmente. As contribuições de Herder e La Blache caminham nesse sentido, pois ambos apresentam esta percepção integrada de técnica e cultura, ou seja, ambos compreendem o arcabouço técnico-cultural uma das bases para a compreensão do gênero de vida.

1.1.3 – As contribuições de Marx e Engels

Marx e Engels (2009) também dão uma importante contribuição sobre este debate. Não que os autores tenham se debruçado sobre a noção de gênero de vida, na verdade não é este o foco de suas análises. Mas a perspectiva materialista e histórica de seus estudos a respeito da relação homem e meio e da reprodução das sociedades diante das desigualdades criadas pelo capitalismo pode contribuir muito para nossa pesquisa.

Na primeira parte de sua obra intitulada *A ideologia Alemã* (2009), Marx e Engels expõem a sua concepção materialista da história. Para eles, a evolução e a reprodução das sociedades é um fato histórico, e não somente algo filosófico ou psicológico e sim material. Dessa forma, toda a realidade que rodeia o homem é produto de sua condição histórica e material, inclusive e principalmente a natureza. A relação com a natureza é, então, uma das atividades materiais humanas básicas, pois a partir dela o homem produz os seus meios de subsistência, portanto é primordial.

O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios para a satisfação das necessidades, a produção da própria vida material, e a verdade é que esse é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje tal como a milhares de anos, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos. (MARX;ENGELS, 2009, p. 41)

Neste trecho, Marx e Engels chamam atenção para duas coisas importantes: a reprodução das sociedades humanas como um fenômeno material depende primeiramente da garantia da satisfação das necessidades básicas, ou seja, da produção dos seus meios de subsistência. Além disso, os autores ressaltam que este processo é histórico e por isso é constante, dinâmico, se realiza a todo o tempo. Observar essa condição é base de qualquer concepção materialista da história. Nesse sentido, uma vez que a primeira necessidade foi satisfeita, a ação da satisfação e o instrumento já adquirido da satisfação conduz a novas necessidades, e assim as sociedades humanas se reproduzem e evoluem historicamente e materialmente.

Para esta pesquisa, o gênero de vida é a maneira como as sociedades se relacionam com o meio e entre si para garantir a produção dessas necessidades materiais básicas a partir de um arcabouço técnico-cultural, portanto, a noção de gênero de vida parte das condições materiais de existência e reprodução, assim como prega a visão marxista. De acordo com Marx e Engels, é da reprodução social que resulta um modo de produção e reprodução que garanta as necessidades materiais básicas, o que, em nossa pesquisa sobre os ribeirinhos de Abaetetuba, chamamos de gênero de vida.

Herder e La Blache ao definirem o gênero de vida partem das condições materiais da reprodução humana, assim como Marx e Engels ao definir os modos de produção, portanto, estes autores partem de uma concepção materialista da história. Entretanto, por trabalharem com visões metodológicas diferentes de ciência, cada autor utiliza a teoria materialista de reprodução com objetivos diferenciados. Como Herder e La Blache estão preocupados nas descrições e na compreensão das diferentes sociedades espalhadas pela Terra, as reproduções materiais das sociedades são diferentes em virtude do desenvolvimento cultural e dos meios naturais que são diferentes.

Marx e Engels não estão preocupados em estabelecer diferenciações e descrições regionais. Seus interesses estão centrados no estudo das desigualdades geradas pelo desenvolvimento desigual do capitalismo, que gera condições materiais de reprodução desiguais entre as diferentes sociedades. Se para La Blache, a reprodução material das sociedades acontecem de formas diferenciadas em função dos diferentes gêneros de vida, para Marx e Engels a reprodução é diferente em função das condições desiguais impostas pelo capitalismo.

Esta é a principal contribuição de Marx e Engels para o nosso trabalho. Buscaremos compreender o gênero de vida dos ribeirinhos de Abaetetuba não somente como um produto das condições e características regionais de ambiente, técnica e cultura. Mas, também como um produto do desenvolvimento desigual do capitalismo que historicamente relegou as essas populações da Amazônia condições materiais desfavoráveis, obrigando elas a se reproduzirem materialmente de forma solidária e integrada ao ambiente que as cerca, construindo dessa forma uma técnica e uma cultura peculiar, isto é, um gênero de vida próprio.

Isso nos possibilitará também analisar as transformações no gênero de vida ribeirinho causadas pela expansão das atuais formas de reprodução e acumulação capitalista sobre a região. O capitalismo está impondo seu projeto atual de desenvolvimento desigual para a Amazônia através da entrada de grandes empresas e investimentos nacionais e internacionais que buscam a modernização e a intensificação da exploração dos recursos naturais e da preparação de um novo mercado adequado a nova produção. Dentro desse contexto, novamente os ribeirinhos são negligenciados. Entretanto, de acordo com nossas hipóteses, os ribeirinhos continuam a se reproduzir, baseado no seu gênero de vida, a despeito de todas as dificuldades, pois a própria construção histórica dos ribeirinhos foi dessa forma, talvez não de acordo como eles gostariam, mas de acordo com as circunstâncias históricas e materiais encontradas e seu legado cultural transmitido pelo passado. Assim, o atual gênero de vida das populações ribeirinhas de Abaetetuba, deve ser entendido para além de uma questão de vontade, mas também uma questão de necessidade de sobrevivência diante das adversidades.

As contribuições de Herder, La Blache, Marx e Engels para nossa pesquisa são fundamentais. Herder e La Blache nos fornecem elementos para a compreensão e definição do gênero de vida ribeirinho, enquanto que Marx e Engels nos mostram como este se reproduz materialmente e se relaciona com as adversidades impostas pela modernização capitalista. Porém, todos esses autores escreveram em épocas anteriores a atual, isso nos leva a um questionamento: para os dias atuais, o gênero de vida ainda pode ser considerado uma noção de análise válida para a reprodução espacial de sociedades?

1.2 – O GÊNERO DE VIDA NA ATUALIDADE

Para Rui Moreira (2005), o gênero de vida foi um conceito criado por Vidal de La Blache para analisar formas de organização social de espaços anteriores à revolução industrial. O mesmo autor destaca que alguns estudiosos como Max Sorre, Jean Gottman, Le

Lannou tentaram aplicar essa noção a sociedades pós-industrializadas e urbanas, apesar de muitos julgarem não ser uma ideia que possa ser empregada ao mundo contemporâneo.

De fato Max Sorre nos fornece grandes contribuições para o entendimento do gênero de vida em sociedades abertas a influências externas.

1.2.1 – Max Sorre: gênero de vida e o complexo geográfico

O principal estudioso a se empenhar nesse desafio foi o geógrafo Maximilien Sorre. Nascido na França em 1880 se tornou um dos grandes nomes da geografia do século XX, cujos trabalhos tanto na área de geografia como na área de ecologia humana foram reconhecidos mundialmente. Formou-se professor e lecionou até a primeira guerra mundial. Após isso, dedicou-se a escritos relacionados à integração dos estudos de geografia física aos de geografia humana, mantendo-se dentro da proposta vidaliana, porém buscando aperfeiçoá-la.

Este autor se preocupou em resgatar a importância da noção de gênero de vida para análises contemporâneas, mostrando a relevância atual da noção a partir do momento em que se conhecem as suas características, sua capacidade de adaptação e evolução, das quais La Blache já havia alertado.

Sorre (1984) ao se debruçar sobre a obra de La Blache destacou que o gênero de vida é um conjunto de elementos materiais e espirituais, técnicas transmitidas pela tradição, mediante as quais os homens asseguram o domínio sobre os elementos da natureza de um determinado meio geográfico, um “complexo de atividades habituais característico de um grupo humano e vinculado ao sustento da vida” (SORRE, 2002, p. 16). Estes gêneros de vida só podem ser observados em grupos sociais organizados, pois La Blache já ressaltara que só existe gênero de vida coletivo.

Sorre (2002) argumenta que o gênero de vida é constituído de três elementos básicos: técnicas materiais, ações espirituais e organização social. Nesse sentido, Sorre destaca, além da técnica e da cultura já mencionados por Heder e La Blache, a organização social, interna e externa, como definidora do gênero de vida, bem como, ressalta a importância desse caráter para o entendimento da relação da sociedade com o meio.

Sendo assim, entender a organização social dos ribeirinhos de Abaetetuba, tanto internamente como nas relações externas, torna-se peça chave na análise de seu gênero de vida. Para ter este entendimento, parti-se do pressuposto de que as populações ribeirinhas

possuem uma articulação organizacional socialmente construída, posto esta característica para Sorre é uma condição básica para a existência do gênero de vida.

Sorre (1984) também destaca que os gêneros de vida mais complexos apresentam diferentes traços que os definem. Os chamados traços criadores ou organizadores são atividades sociais que estão na base da organização dos gêneros de vida. Os traços conservadores fixadores são elementos que contribuem para a construção de hábitos e costumes que perenizam a estrutura do gênero de vida. O equilíbrio entre esses traços assegura a coesão interna do gênero de vida garantindo a sua perenidade.

Não obstante, Sorre resgata a idéia de La Blache de que apesar de serem estáveis e perenes, os gêneros de vida não são imóveis. La Blache (1954) mostrou que os gêneros de vida surgem de combinações entre o meio, a cultura e a ação dos indivíduos, e dessas combinações, os gêneros de vida se organizam e se enraízam, deixando marcas nos indivíduos, no sentido físico e mental, em favor de algumas circunstâncias. A partir daí os gêneros de vida estão em constante processo de evolução, se adaptando a novas condições do meio e as influências externas. Esse processo de evolução para Sorre (1984) pode acontecer por questões internas ou externas. Ele pode evoluir a partir das mudanças ocorrentes no meio geográfico (internos) e/ou a partir da introdução de novos elementos externos, sendo que essa introdução está ligada ao processo de circulação, a qual La Blache já alertara. A circulação age no sentido de modificar os gêneros de vida reduzindo as diferenças no interior de cada espaço, na medida em que ela é um instrumento de uniformização do mundo, e que ganha mais força atualmente com o processo de globalização, ou com fala Sorre, com o ecúmeno da circulação.

Não obstante, Sorre (1984, 2002) alerta que a circulação não é apenas transformadora dos gêneros de vida, mas ela é também uma condição de existência, estabilização, coesão e perenidade dos mesmos. A circulação abre possibilidades em todos os sentidos para o desenvolvimento ou regressão dos gêneros de vida. A circulação age também no sentido de fazer surgir novos gêneros de vida que existem por e para ela, como alguns gêneros de vida urbanos.

Nesse sentido, Sorre nos dá elementos para investigar a evolução e a transformações do gênero de vida ribeirinho advindas do contato deste com elementos matérias e culturais, advindos da expansão capitalista pela Amazônia, como por exemplo, a chegada da energia elétrica nas localidades ribeirinhas, das antenas parabólicas que trazem conseguem a cultura de massas, da poluição de resíduos industriais sobrevividos das empresas que se instalaram nas proximidades, das grandes barcas de pesca industrial que concorrem diretamente com os

ribeirinhos pesqueiros, dos produtos industrializados que concorrem com os produtos oleiros dos ribeirinhos, dentre outros. O autor nos aponta um caminho que diz que este contato não causa a destruição deste gênero de vida e sim dá a este a possibilidade de evoluir, se transformar e se adaptar. A intensidade disso que Sorre denomina de circulação ganha muito mais força na atualidade com desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação chegando até aos ribeirinhos de Abaetetuba. Assim, podemos dizer que esse contato é uma condição de existência do gênero de vida ribeirinho.

O autor argumenta que os gêneros de vida clássicos ou antigos são coletivos e autônomos, apesar de quase nunca serem independentes absolutamente. Especializam-se geralmente em uma atividade ou produção e só se definem na sua relação com o meio físico, relação que lhes dá certa estabilidade. Porém, com o aumento da circulação e o crescimento da produção industrial e dos mercados, estes gêneros de vida, principalmente os rurais, precisam se adaptar à essas mudanças e evoluírem ou então irão desaparecer. Essas mudanças se dão a partir de duas perspectivas principalmente: A) Na produção econômica já que deve haver uma transição de uma economia local fechada para uma economia aberta de mercado e o crescimento do comércio que se torna complexo e diversificado, onde a exploração é voltado para as atividades que dão maior rendimento. Isso significa que os gêneros de vida perdem dois atributos: a autonomia e a estabilidade, já que as atividades econômicas dependem do mercado e perdem segurança. B) Nos gêneros de vida mistos que mesclam atividades agrícolas e industriais, em que sua estabilidade depende do equilíbrio entre essas atividades, este equilíbrio vem sendo quebrado com o crescimento das atividades industriais e conseqüente maior dependência com o mercado externo. Entretanto, se mantiveram as bases técnicas e culturais das quais o grupo utiliza os recursos da natureza e produz a sua história e seu espaço, o gênero de vida não perece, apenas se modifica e evolui.

Sorre (1984; 2002) discute também que todo esse movimento de circulação, crescimento da produção industrial, da mecanização das atividades humanas tem feito se expandir os gêneros de vida urbanos. Estes constituem uma série extensa, diversificada pelas condições naturais, pela ocupação e atividade dominante na cidade, pelo seu porte e por sua função geográfica. Nesse sentido, os gêneros de vida urbanos não são mais autônomos, pois dependem do complexo geográfico⁴ no qual estão localizados; existem em função de uma dupla coordenação: interna e externa; os elementos físicos do complexo geográfico são menos significativos que os humanos; estão sempre em processo de modificação e adaptação. Por

⁴ Pelo fato de no organismo urbano existirem muito mais elementos que interferem e tornam complexo o gênero de vida, Sorre prefere usar o termo complexo geográfico à meio geográfico.

essa razão, existe uma certa dificuldade em se identificar gêneros de vida em meios urbanos, porém Sorre diz que isso é possível na medida em que podemos caracterizar um conjunto de usos próprios de uma comunidade urbana e fortemente arraigados.

Portanto, essa é a grande contribuição que Sorre traz para análise do gênero de vida atualmente, em particular para este trabalho: reconhecer a força transformadora da circulação global, que se dá em diversos níveis (econômico, político, cultural e espacial) agindo sobre os gêneros de vida transformando-os, e estes, dialeticamente, se adaptam as novas tendências globais, o que força uma redefinição da noção para a atualidade.

Em vez de se definir como no passado, em relação aos elementos do meio físico e vivo, ele (gênero de vida) ele tende a se definir em relação a um complexo geográfico, econômico e social; muda de plano à medida que a atividade dos homens muda de servitude (SORRE, 2002, p. 52).

Apesar do esforço teórico de Sorre, ainda observamos em sua obra o caráter descritivo e necessidade de diferenciação regional dos estudos de La Blache. Isso não invalida suas contribuições para este trabalho, porém queremos avançar um pouco mais nessa análise e as ideias de Ruy Moreira nos apontam um caminho.

1.2.2 – As contribuições de Ruy Moreira

Moreira (2005) dá outra importante contribuição para a discussão sobre o valor atual da categoria gênero de vida. Este autor considera o gênero de vida uma teoria socioespacial muito próxima da categoria meio técnico proposta por Milton Santos (2006) e de sociabilidade de Lukács (apud MOREIRA, 2005) em função de três componentes essenciais presentes nos três conceitos: o meio, a cultura técnica e a regulação institucional. Para ele, o modo como estes três componentes estruturantes aparecem e se articulam difere aqui e ali nos três conceitos. Estes componentes, por sua vez são fundamentais para o resgate da noção de gênero de vida na fase de expansão do capitalismo atual e suas consequências na organização do espaço geográfico.

Moreira (2005) destaca a característica local e peculiar do gênero de vida vidaliano.

(...) os homens estabeleciam uma forma de relação local com o meio ambiente local, mediada por uma cultura técnica nascida das experiências ambientais locais, tudo organizado numa forma de cooperação regulada por regras e normas nascidas também do âmbito histórico do grupo humano local. (p. 98)

Não obstante, Moreira acredita que nessa atual fase de produção capitalista, onde a engenharia genética é a nova base da natureza produtiva e a financeirização é a nova forma de acumulação, há um redirecionamento da produção mundial, a partir da aglutinação dos setores da economia (primário, secundário e terciário) e dos paradigmas produtivos advindos das revoluções industriais. Nesse contexto, ganha uma importância cada vez maior o papel da natureza e das relações societárias tradicionais no processamento produtivo. Muda-se, dessa forma, o caráter das relações capitalistas do homem com o meio que sempre foram marcadas pela exploração voraz dos recursos naturais e destruição inescrupulosa dos ecossistemas.

No período atual, com a Revolução Técnico-Científica, a exploração capitalista tende a valorizar o caráter informacional dos recursos onde o conhecimento do ambiente é importante. Por isso, as sociedades que apresentam um estilo de relação com o meio baseada na proximidade, no conhecimento e no tradicionalismo são elevadas a um novo naipe dos temas essenciais do capitalismo moderno, no qual o valor de uso e o trabalho são reinventados a partir da lógica capitalista, afetando diretamente assim o espaço geográfico.

Nesse contexto é que os conceitos de gênero de vida e de meio técnico voltam a tona com força, pois eles são de fundamental importância para se entender as relações do homem com o meio, principalmente de populações mais tradicionais e é justamente essas relações que estão sendo revalorizadas pelo capitalismo atual, embasado, ao menos ideologicamente, em paradigmas modernos como a biotecnologia e o desenvolvimento sustentável e a financeirização da produção de capital. Assim se busca a produção e organização de um novo espaço geográfico baseado nesses paradigmas.

O fato é que nessa formatação de espaço que está por vir, tudo parece indicar um retorno da organização geográfica das sociedades ao padrão multifacético e localmente ambientado dos gêneros de vida do tempo de La Blache, mas fazendo-o como o meio técnico-científico captado em seu tempo por Milton Santos. E isto por força da presença nuclear da engenharia genética na construção das novas formas (MOREIRA, 2005, p. 102).

O autor afirma que existe uma tendência atual de complexificar os espaços tornando-os pluriativos. Afirma também que já existe tentativas nesse sentido com o surgimento de modelos de organização espacial baseadas em experiências tradicionais como as reservas extrativistas, agricultura ecológica que resgatam antigas formas de relação com o meio, e pregam uma atitude e uma visão diferente frente à natureza, muito valorizadas atualmente,

pois se baseiam em temas como a biodiversidade e o desenvolvimento sustentável, muito em voga no momento. É nesse contexto que adquirem importância as sociedades dos gêneros de vida descritas por La Blache ainda existentes na contemporaneidade, conservadas a mercê de infindas lutas de resistência à sua extinção diante da avalanche destrutiva trazida pela divisão territorial do trabalho das antigas revoluções industriais, obrigando-as a escolher entre sua incorporação subalterna a serviço de um processo de acumulação capitalista em escala mundial acelerada ou seu desaparecimento sumário como formas de relação societária e técnica ultrapassadas na história, e que agora se tornam objeto de atenção pelo próprio sistema (MOREIRA, 2005). Nas palavras do autor:

E daí o valor estratégico dessas comunidades no reenquadramento dos meios geográficos ora acontecendo, mercê sua experiência, conhecimentos e forma de relacionamento com o meio ambiente, tidos até então como cultura técnica atrasada e desprezados como modos de produção arcaicos, e agora recuperados e valorizados. (p. 103)

Observa-se então que essa valorização de comunidades tradicionais suas formas de relação com o ambiente e suas formas de organização socioespacial acontece em diversos níveis, tanto político, econômico, cultural, social, inclusive acadêmico, fazendo com que teorias com a do gênero de vida que foram criadas para estudarem exatamente estes tipos de comunidades sejam resgatadas com prestígio. Além disso, os gêneros de vida, tanto os simples quanto os complexos, são modos de existência comunitários, formas de organização social e, organizados num modo de produção comunitário, dominante e pluralizado em suas formas no passado, e em muitos lugares e povos ainda hoje presentes, (MOREIRA, 2005) desmentindo assim a ideia de que os gêneros de vida tenham desaparecido completamente no frenesi da globalização.

Os ribeirinhos da Amazônia se encaixam muito bem nesse processo descrito por Ruy Moreira. Há cada vez mais o resgate das questões identitárias ligadas à cultura dos povos tradicionais da Amazônia e o capitalismo vem se apropriando desse resgate para se reproduzir de acordo com sua nova lógica pseudoambiental, isto é, que prega uma lógica moderna de defesa e conservação dos ecossistemas, mas que busca a mesma acumulação voraz de riquezas. Em uma rápida investigação sobre os trabalhos científicos desenvolvidos nas ilhas de Abaetetuba, descobrimos alguns como o de Santos e Coelho-Ferreira (2012) que realizaram um estudo etnobotânico com as comunidades ribeirinhas de Abaetetuba a respeito do aproveitamento social e econômico do miritizeiro, ou do trabalho de Guimarães *et al*

(2004) que pesquisou sobre a produção e comercialização de açaí no município de Abaetetuba. Observamos que a maior parte deles analisa como os ribeirinhos usam seus recursos naturais como madeira, folhas, frutos, pescado e como a indústria pode se apropriar desses conhecimentos para a produção de elementos modernos. Apesar dessa valorização, o intuito do capitalismo não é melhorar as condições de vida e reprodução dessas sociedades, mais sim incorporar subalternamente seus conhecimentos e seu trabalho a uma lógica moderna de produção em escala global.

Essa contribuição de Ruy Moreira não é somente para este trabalho, mas para a geografia na medida em que ele mostra que o mesmo processo de expansão capitalista que durante muito tempo atuou na tentativa de destruir os gêneros de vida locais ou subjugar-los, atualmente os valoriza e busca compreendê-los na perspectiva de poder usar seus costumes, saberes e trabalhos para ajudar na solução de problemáticas características do mundo atual, como a financeirização da produção, a biotecnologia, o desenvolvimento sustentável, a engenharia genética entre outros. E a geografia precisa atentar para esse fato, pois ela tem epistemologia para saber lidar com essa problemática eminentemente atual. Conceitos e noções como o gênero de vida, que foram desenvolvidos no seio da geografia, apresentam valor teórico-metodológico capaz de analisar com profundidade tais questões.

Todavia, por ser uma noção fundada na geografia clássica, a utilização do gênero de vida ainda é alvo de certo receio, sobretudo para as críticas anti-dialéticas, que jogam fora a criança junto com a água suja, como se no pensamento de La Blache, Max Sorre, Herder, dentre outros não houvesse contribuição alguma. Provavelmente nessa atitude dogmática reside a explicação para a fragilidade epistemológica na geografia, tantas vezes apontada por Milton Santos, em *Por uma Geografia Nova* (2005) ou por Ruy Moreira, em *Para onde vai o Pensamento Geográfico Brasileiro* (2011).

A atitude dogmática para com a noção de gênero de vida acontece muitas vezes em virtude de que os geógrafos não reconhecerem o próprio valor epistemológico de sua ciência, já que foram poucos os estudos sobre o pensamento geográfico realizados até hoje. De acordo com Moreira (2011), esse o fator principal que explica a falta de prestígio que a Geografia goza em âmbito acadêmico.

(...) à exceção do esforço teórico de Harshorne, pouco de sistematização de grande fôlego foi feito pelos estudiosos do pensamento geográfico. E nesse terreno, fez-se mais estudos de história do pensamento que de epistemologia. Pode-se mesmo dizer que tem sido esse o pecado capital que pôs a Geografia num estado de prestígio intelectual pobre, sobretudo se comparada às ciências congêneres, nas quais estudos

de história e crítica epistemológica são correntes num evidente contraste com a riqueza discursiva de seus formuladores (p. 186).

Assim, a riqueza teórica produzida pela geografia clássica é deixada de lado já que a própria ciência não busca resgatar esse valor analisando e sistematizando epistemologicamente esses conhecimentos a muito produzidos. Ao invés disso, a geografia vai à busca de conhecimentos estruturados em outras ciências, cujo pensamento é mais estruturado e sistematizado, fazendo com que a geografia acabe dependendo do conhecimento produzido em outros ramos.

(...) na contramão dos outros campos acadêmicos, dispensamos o estudo percuciente e constante dos fundamentos geográficos do mundo real do homem anos a fio formulados pelos clássicos, analisando e sistematizando com paciência de um monge toda a riqueza do pensamento acumulado. E deixamos assim, a Geografia sem rumo e sem alma, sem fôlego discursivo sem vida própria para cair sistematicamente na dependência e cópia dos pensamentos mais prestigiosos e estruturados (p. 187).

Baseada nessas ideias de Ruy Moreira, esta pesquisa parte então do pressuposto de que o gênero de vida ainda é uma noção válida para análises geográficas contemporâneas, principalmente de populações rurais do mundo subdesenvolvido como os ribeirinhos da Amazônia. Mas, para isso, é necessário duas coisas: em primeiro lugar um resgate dos estudos dos autores clássicos, pois não podemos simplesmente negar as incontáveis contribuições desses autores para a geografia atual por causa de julgamentos ideológicos; em segundo lugar é necessário fazer uma redefinição da noção na medida em que não é mais possível fazer um estudo sobre a mesma perspectiva do século XIX, quando os primeiros pensadores começaram a utilizá-lo. Entretanto, as bases epistemológicas que eles construíram ainda são extremamente importantes. Não obstante, para ressaltar o valor atual do gênero de vida é preciso atualizá-lo e adequá-lo as transformações do mundo moderno para não cairmos em anacronismos. Max Sorre e Rui Moreira nos mostram um bom caminho para isso. Porém ainda é preciso avançar muito.

CAPÍTULO II - O RIBEIRINHO E SUA REPRODUÇÃO SOCIOESPACIAL

No capítulo anterior, discutimos sobre os caminhos da noção de gênero de vida na geografia, desde sua origem filosófica, até o seu valor atual para análise da reprodução espacial de populações rurais do mundo subdesenvolvido como os ribeirinhos da Amazônia, que é o objetivo desta dissertação. Para darmos continuidade a esta linha de raciocínio, neste capítulo refletiremos sobre o ribeirinho, em particular o ribeirinho da Amazônia. Trata-se do sujeito principal de nossa pesquisa e que por isso deve ser investigado de maneira especial. Nesse sentido, buscaremos expor suas características principais, a forma como ele produz e reproduz sua história e sua geografia de acordo com as condições sociais e naturais que dispões em cada momento histórico. O ribeirinho é entendido aqui também como um personagem característico da Amazônia e que está sujeito às transformações históricas da região. Estes são, no entendimento deste trabalho, aspectos fundamentais para a compreensão do gênero de vida da população ribeirinha de Abaetetuba.

Historicamente, as sociedades humanas sempre buscaram se estabelecer às margens ou próximos dos cursos d'água. Desde pequenos córregos, até os grandes oceanos e mares, os cursos d'água sempre foram importantes para os humanos em virtude de vários aspectos como: a grande disponibilidade de usos oferecidos pela água, desde o consumo *in natura* até a obtenção de alimentos, como os peixes; a possibilidade da navegação, circulação e de aumento do seu universo espacial; dentre outros motivos. Não é a toa que a maioria das grandes concentrações humanas do mundo está localizada próxima às massas líquidas. Entretanto, Cândido (1987) já nos advertira que a familiaridade do homem com a natureza diminui com o avanço dos recursos técnicos, isto é, com o desenvolvimento científico-tecnológico do capitalismo, cada vez mais o ser humano se “afasta” da natureza e alicerça o seu desenvolvimento material em objetos técnicos e artificiais (SANTOS, 1996). Isso tem mudado a relação com os cursos d'água, que agora, sob alguns aspectos, deixam de ser elementos essenciais para o desenvolvimento da vida para serem mercadorias, as quais a sua apropriação é feita objetivando o lucro. Contudo, ainda existem lugares no globo onde se observa uma relação com os cursos d'água muito mais pautada na reprodução da vida do que na reprodução do capital.

Quando se fala nisso, uma das primeiras imagens que vem à mente é sobre a Amazônia que com sua imensa e rica rede hidrográfica, sempre foi um lócus do desenvolvimento dessas populações. Eidorfe Moreira (1960), já na década de 1960, alertara o governo brasileiro da importância do rio e da floresta como fonte de recursos que permitiam

não somente os ribeirinhos desenvolverem sua economia, mas também toda a região. “Rio e floresta são as duas principais fontes de suprimento da Amazônia, de modo que não só condicionam como até mesmo ritmizam as atividades mais típicas da economia regional, principalmente no campo da produção” (MOREIRA, 1960, p. 89)

Durante séculos, as populações ribeirinhas viveram e se constituíram como sujeitos sociais e históricos numa uma relação muito peculiar como os rios, furos, igarapés e paranás que entrecortam toda a região. Essas populações receberam várias denominações: tapuios, caboclos, ribeirinhos, populações tradicionais, dentre outros; grande parte desses nomes foram impostos sobre eles e não advindos destes. Todas essas denominações têm uma base teórica e/ou histórica que as explica, porém, neste trabalho, concordando com Harris (2006), adotar-se-á a denominação de ribeirinho, pois outros termos não são autoatribuídos e, infelizmente, estão carregados de conotação pejorativa, enquanto que o termo ribeirinho, apesar de ser igualmente insatisfatório, é o qual nos parece ser mais adequado aos objetivos deste trabalho e à realidade vivida por essa população. Não obstante, a ideia aqui não é definir o ribeirinho reduzindo suas diferenças, simplificando sua complexidade, nem o divorciando da Amazônia e da história do expansionismo ocidental (ADAMS, *et.al*, 2006), mas sim criar um termo geral capaz de ajudar na compreensão e na interpretação das diversas forças históricas e sua contribuição para a formação deste rico fragmento da geografia da região.

Dessa forma, não se trata aqui de se definir os ribeirinhos como uma classe social, uma essência ou substância, mas como pessoas inseridas em uma dinâmica social com características específicas (FRAXE, 2004), ou seja, entendemos o ribeirinho como um sujeito social, produtor de seu próprio tempo e espaço, de acordo com as condições materiais e históricas que ele dispõe e seu papel geográfico na estrutura espacial em questão.

2.1- A GEOGRAFIA DO RIBEIRINHO

Um elemento fundamental para o entendimento da noção de ribeirinho é sua relação com o rio. Nesse sentido, Silva e Malheiro (2005) ressaltam que a beira do rio emerge como um lócus para o desenrolar da vida desses sujeitos. De fato, a localização geográfica às margens dos rios é um bom ponto de partida para se entender o que é o ribeirinho, porém não podemos ficar somente nisso. Silva e Malheiro (2005) também argumentam que o ribeirinho não se caracteriza somente por morar a beira do rio, porém este é um elemento essencial sem o qual não é possível pensar o ribeirinho. Cruz (2008, p. 55) ao analisar a identidade ribeirinha na Amazônia, afirma que não é a simples localização que decidiu a construção de

uma identidade ribeirinha, mas sim “os processos, as relações socioespaciais e histórico-culturais que engendram um sentido e um sentimento de pertencimento”.

Nesse sentido, o rio é mais que um mero referencial de localização, pois se trata de elemento no qual e pelo qual se desenvolve a vida e o gênero de vida dos ribeirinhos em sua dimensão cotidiana. É por intermédio da relação com o rio e seus recursos que o ribeirinho produz o seu espaço, sua geografia.

Silva e Malheiro (2005) também destacam o rio como mais do que um simples elemento da paisagem geográfica, mas como um objeto/símbolo para os ribeirinhos. Nesse sentido, “(...) o rio aparece nas relações cotidianas como espelho do movimento, da troca, cujo ritmo em muito nos faz lembrar o tempo da natureza [...] constituído pelo ciclo das águas dos rios, das cheias e das secas” (SILVA; MALHEIRO, 2005, p. 155).

Esta citação revela também outro elemento fundamental no entendimento do ribeirinho, elemento este que está submetido também ao rio: a temporalidade. Rieper (2007), ao se referir às atividades produtivas dos ribeirinhos do baixo São Francisco, afirma que estas atividades representam um estreito vínculo do ribeirinho com o tempo da natureza. Para a autora, estas atividades refletem as formas de relação entre sociedade e natureza ao longo do tempo, como uma espécie de espelho que reflete várias imagens que podem ser reinterpretadas e repetidas várias vezes de acordo com a temporalidade. Partindo dessa ideia, pode-se dizer, então, que a temporalidade dos ribeirinhos está diretamente relacionada com o tempo da natureza (das marés, dos ciclos de cheias e vazantes) e também ao tempo do desenvolvimento histórico dos ribeirinhos que reinterpretam seus padrões temporais de acordo com o ambiente e com suas próprias necessidades.

Para Cruz (2008) a temporalidade ribeirinha é particularmente definida a partir de dois elementos principais: a tradição e a dinâmica da natureza. Segundo o autor é através da inter-relação entre esses elementos que a experiência espaço-temporal, isto é, o ritmo social dos ribeirinhos pode ser compreendido. O autor ressalta, porém, que o sentido relacionado ao elemento da tradição não significa de maneira nenhuma que o ribeirinho esteja congelado no tempo e totalmente estacionado em relação às vicissitudes históricas, ideia esta muito disseminada no senso comum. Pelo contrário, o autor compartilha da ideia de Guiddens (1991)⁵ de que “a tradição não é completamente estática, porque ela tem que ser reinventada a cada nova geração conforme esta assume sua herança cultural dos precedentes” (apud Cruz 2008, p. 55).

⁵ GIDDENS, A. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

Dentro dessa discussão, Harris (2006), ao analisar a forma como os ribeirinhos da Amazônia atravessaram a história, afirma que os ribeirinhos são modernos e seu caráter moderno está baseado na constante renovação do seu passado histórico em tempos presentes. Esta estratégia, que é responsável pelo sucesso reprodutivo dos ribeirinhos, levou estes sujeitos sociais atravessarem diversas condições históricas desfavoráveis sem perder sua essência, num dinâmico processo de re-adaptação. Nesse sentido, o autor afirma que as características essenciais dos ribeirinhos da Amazônia são a sua flexibilidade e resiliência, aspectos que são explicados e justificados pela história. Dessa forma, o autor acredita que os ribeirinhos da região não apresentam esse caráter tradicional tão difundido no senso comum e até mesmo em alguns trabalhos acadêmicos.

(...) a orientação associada a várzea é produzida em consideração ao presente sempre em mudança, a partir de uma abertura à experiência ao invés de um modelo imposto sobre o fluxo da vida. Esse entendimento derruba a proposição elitista (que, ocasionalmente, encontra-se replicada, parcial ou totalmente em textos acadêmicos) de que os caboclos [ribeirinhos] são tradicionais, sem ambição e carentes de modernização (HARRIS, 2006, p. 84)

A ideia de que os ribeirinhos são atrasados surge da visão etnocêntrica, da qual nos fala Cruz (2008), que a sociedade criou sobre esses sujeitos sociais, visão essa baseada na monocultura de um tempo linear que nega aos ribeirinhos um modo de vida, uma racionalidade econômica e uma temporalidade social.

Cruz (2008) propõe, então, elementos que possam superar essa visão reducionista sobre os ribeirinhos. Um desses elementos destacados pelo autor (além da temporalidade já citada) é o entendimento da relação entre os ribeirinhos e a natureza. Nesse sentido, Cruz (2008) destaca que os ribeirinhos se relacionam com os ecossistemas naturais intensamente, o que denota uma relação de simbiose com a natureza, os seus ciclos e sua dinâmica. Para nosso trabalho esta é uma importante contribuição, pois é nessa relação com o rio, a várzea e a floresta que as populações ribeirinhas constroem todo o seu gênero de vida. Nas palavras do autor:

Essa intensa relação com a natureza pressupõe um conhecimento aprofundado da sua dinâmica, de seus ciclos, que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse imenso acervo de conhecimento é transferido por oralidade de geração em geração, através do senso prático que compõe um *ethos* ribeirinho que, junto com um conjunto de simbologias, mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativistas, compõe uma matriz de racionalidade ambiental muito particular de uso-significado da natureza (CRUZ, 2008, p. 54)

Fraxe (2004) também destaca a relação diferenciada do ribeirinho com o ambiente, relação esta que é produto da utilização peculiar dos recursos naturais por esses sujeitos sociais. Para a autora, se estabelece entre os grupos ribeirinhos e o meio ambiente, um equilíbrio fundado na utilização integral deste, representado como contínuo entre o homem e o grupo. Porém, a autora adverte que esse equilíbrio não é fruto de um processo harmonioso e homogêneo entre os ribeirinhos e os recursos da várzea. Para ela, o processo de desenvolvimento civilizatório ribeirinho se dá através de um conflito de apropriação deles sobre o ambiente e deles com outras formas de apropriação e destes conflitos resulta um equilíbrio entre os elementos naturais e o cotidiano dos ribeirinhos.

Este aspecto ganha importância particular para nossa pesquisa haja vista que partimos do pressuposto de que o gênero de vida dos ribeirinhos não é algo dado pela natureza, mas fruto de um processo histórico e dialético de relação entre eles, seu ambiente e outras influências exógenas que são incorporados culturalmente ao seu cotidiano. O gênero de vida ribeirinho é resultado, então, de complexas e dinâmicas estruturas sociais, além de uma contraditória diversidade de processos culturais.

Ora, se partimos do pressuposto de que o gênero de vida é um constructo de técnicas materiais e imateriais produzidas por intermédio da relação entre a sociedade e natureza na busca incessante da garantia dos bens básicos de sobrevivência, essa relação complexa e diferenciada que os ribeirinhos mantêm com o meio produz um gênero de vida muito peculiar. Nesse sentido, o meio ou complexo geográfico com o qual os ribeirinhos se relacionam cotidianamente é o mesmo meio que eles utilizaram para trabalhar, para se locomover ou se transportar, para fins de lazer, totalizando, assim, uma interação muito próxima e inseparável com o rio. Isso mostra o caráter singular do espaço ribeirinho, pois este espaço é o lócus da reprodução do seu gênero de vida, ou seja, o espaço ribeirinho se constitui em um lugar de (re)produção do seu cotidiano.

Dessa forma, podemos pensar que o espaço é produzido pela apropriação da sociedade sobre a natureza. Santos (2006) nos fala que a sociedade se apropria da natureza através do trabalho. No caso dos ribeirinhos, esse trabalho consiste em suas atividades produtivas, que compõe sua economia, que, ao contrário do que muitas vezes acontece na sociedade urbana, não são externas ao seu gênero de vida, mas são intrinsecamente atreladas ao seu cotidiano e, dessa forma, a sua relação com a natureza.

As pesquisas de Canto (2009) também enriquecem a temática no sentido de que elas entendem o trabalho como mediador da relação ribeirinho e natureza, trabalho este

responsável não somente pela transformação do ambiente, mas também pela construção de uma relação indissociável entre eles:

O ribeirinho em geral desenvolve um modo de vida baseado no princípio da indissociabilidade água-terra-trabalho, formando uma espécie de amálgama. Por essa razão, não é possível a existência de um ribeirinho sem uma relação orgânica com o rio e/ou lago (CANTO *et. al*, 2009, p. 228).

Para os autores, o trabalho é uma prática cultural que se traduz na ação organizadora e na estrutura fundamental das relações humanas, dentro de uma constante ação de apropriação e uso do ambiente da qual fazem parte. Dessa forma, o trabalho se torna uma importante ferramenta de organização da vida social, além de permitir a compreensão da dinâmica espacial das sociedades.

Nesse contexto, é sabido que os ribeirinhos são experiente manejadores dos recursos da várzea (GAMA; BENTES-GAMA, 2009) que facilita muito seu trabalho de apropriação. Suas habilidades advêm, além dos já citados conhecimento e integração com o ambiente, da enorme disposição de recursos naturais dos rios e da várzea aliado as condições históricas que relegaram a essas populações o abandono, os forçando a desenvolver sua criatividade como estratégia de sobrevivência. Para Fraxe (2004), o trabalho dos ribeirinhos aproveita-se dos movimentos da natureza. Integrados a ela, eles seguem as nuances de uma natureza monumentalizada pelas suas enormes proporções que deles exigem criatividade, e os instigam a imaginação. Com isso, os ribeirinhos desenvolveram um grande leque de atividades produtivas que vão do extrativismo a agricultura, sempre em função dos recursos disponíveis. Portanto, os ribeirinhos “constituem um modo de vida integrado pela agricultura e extrativismo vegetal e animal, vivendo em função dos produtos da floresta, dos rios e das terras molhadas da várzea amazônica” (FRAXE, 2004, p. 20).

Nesse sentido, Gonçalves (2005) destaca que os ribeirinhos da Amazônia desenvolvem diversas atividades econômicas que estão relacionadas ao uso dos recursos existentes no ambiente. Essa apropriação da natureza é realizada a partir de um entendimento em que todos os elementos do ambiente estão interligados entre si e entre os próprios ribeirinhos.

O interessante é que esses amazônidas têm uma visão e uma prática na qual solo, floresta e rio se apresentam com interligados, um dependendo do outro, dos quais todo um modelo de vida e de produção foi sendo tecido, combinando estas diferentes partes dos ecossistemas amazônicos com a agricultura, o extrativismo e a pesca. São produtores polivalentes (GONÇALVES, 2005, p 155).

Castro (2006), ao analisar as atividades econômicas dos ribeirinhos do baixo Amazonas, afirma que a razão para a variabilidade das atividades produtivas dos ribeirinhos está baseada nos diferentes graus de acesso aos recursos e na capacidade de exploração deles. Isso possibilitou o desenvolvimento de uma flexibilidade econômica dos ribeirinhos que facilita a assimilação de novos elementos a sua economia, fortalecendo-a em momentos de retração. Nas Palavras do autor: “Tal estratégia tem possibilitado uma flexibilidade econômica, favorecendo a rápida assimilação de novas oportunidades no repertório econômico bem como uma resiliência social em períodos de retração e colapso” (CASTRO, 2006, p. 187).

Sobre essa discussão, Rieper (2007), ao analisar as atividades econômicas desenvolvidas pelos ribeirinhos do baixo São Francisco⁶, faz uma relação entre estas atividades e a reprodução cultural destes ribeirinhos. Para a autora, estas atividades são um espelho das formas de relação entre a sociedade e a natureza ao longo do tempo. Essas formas de relação atravessam o tempo porque se reproduzem por intermédio das atividades econômicas que são a sua base material.

A análise do desenvolvimento do cultivo do arroz, da pesca e do trabalho nas embarcações de transporte no baixo São Francisco busca compreender as bases materiais em que se constituíram e se constroem permanentemente as formas de relação com a natureza criadas pela população e a importância destas atividades na elaboração de sua identidade (RIEPEP, 2007, p. 1)

Em nosso entendimento, as formas de relação com a natureza que a autora se refere, constituem em uma cultura de saberes e técnicas de relação com a natureza, reproduzidas através da história por intermédio de seu gênero de vida. Sendo assim, as atividades econômicas são elementos importantes para a compreensão da produção e reprodução do aparato cultural e técnico dos ribeirinhos, isto é, seu gênero de vida.

Bentes e Bentes-Gama (2009) reiteram a importância das atividades produtivas para se entender o desenvolvimento econômico de comunidades ribeirinhas na Amazônia, bem como de suas formas de relação com a natureza, e conseqüentemente, de produção do espaço.

O resgate de informações referentes a socioeconomia local permite a interpretação do desenvolvimento de atividades econômicas, que leva a recompor a

⁶ A autora destaca a agricultura do arroz, a pesca e a fabricação de embarcações como as principais atividades econômicas dos ribeirinhos do baixo São Francisco, ressaltando, ainda, que estas são atividades comuns a maioria dos ribeirinhos do Brasil, não sendo uma característica específica dos grupos por ela analisados.

própria dinâmica de transformação e exploração do meio biofísico que constitui a paisagem e condiciona as performances e estratégia produtivas (p. 28).

Podemos inferir de todo o exposto que o trabalho, além de mediador da relação homem-natureza responsável pela produção do espaço, também se constitui em um importante elemento de análise da reprodução econômica, técnica e cultural dos ribeirinhos, isto é, do seu gênero de vida. Essa importância se deve ao fato de que através das atividades produtivas é possível materializar a reprodução social dos ribeirinhos no e através do espaço, pois nos dá uma condição concreta do processo de reprodução, e através da análise dessa condição, é possível observar a essência dos fenômenos socioespaciais envolvidos.

É nesse sentido que a categoria gênero de vida ganha relevância, pois ela mescla a dimensão social e natural no processo de produção e reprodução do espaço, se tornando, dessa forma, uma importante ferramenta de viabilidade metodológica para estudar a dinâmica espacial dos ribeirinhos da Amazônia (CANTO, *et. al*, 2009).

As atividades econômicas dos ribeirinhos são manifestações concretas do seu gênero de vida, pois envolvem as variáveis técnica e cultura fundamentais em sua constituição. Por outro lado, elas também são atividades cotidianas que por sua vez viabilizam a reprodução socioespacial através da vivência da apropriação dos recursos naturais, do trabalho e da caracterização do ribeirinho.

A produção do espaço de vivência ribeirinha tem como centralidade a apropriação dos recursos naturais pelo trabalho, balizado pelo modo de vida originário das necessidades objetivas que ao longo da história, transformou indivíduos de diferentes grupos nessa categoria chamada ribeirinho. (CANTO *et. all*, 2009, p. 225).

Essas são as principais contribuições dos trabalhos citados acima para o nosso trabalho: levar em consideração as atividades econômicas dos ribeirinhos para a análise de seu gênero de vida, pois estas, além de serem a própria materialização de seu arcabouço técnico-cultural, constituem a base material sobre a qual se reproduz uma cultura singular de relação dos ribeirinhos com a natureza (FERREIRA, 2008). Além disso, as atividades econômico-produtivas são também as principais atividades cotidianas dos ribeirinhos que se materializa no espaço geográfico produzindo seu lugar de reprodução socioespacial.

É esta análise que este trabalho pretende fazer sobre o gênero de vida dos ribeirinhos de Abaetetuba. Buscamos entender este a partir de suas variáveis básicas, além da cultura e da técnica já bastante ressaltadas, a economia também, haja vista que suas atividades econômicas

são instrumentos de reprodução do gênero de vida dos ribeirinhos e vice-versa, em um constante jogo dialético. Além disso, essas atividades econômicas (e também técnico-culturais) são os principais meios de produção do espaço que se expressa na cotidianidade do lugar. Tratar-se-á melhor destas questões nos próximos capítulos.

2.2 – REPRODUÇÃO HISTÓRICA DOS RIBEIRINHOS DA AMAZÔNIA

A reprodução socioespacial dos ribeirinhos da Amazônia se desenvolveu historicamente a partir de uma situação socioambiental, ou seja, de uma situação onde as relações com ambiente resultam das relações entre os ribeirinhos e entre eles e o desenvolvimento desigual e combinado que o capitalismo impõe a todos os lugares. Isso significa que ao longo da história, os ribeirinhos se reproduziram no meio de um conflito dialético entre o gênero de vida tradicional dos ribeirinhos e um modo de produção determinado pela lógica global.

Esse caráter se enquadra em grande parte da reprodução de populações tradicionais espalhadas pelo mundo subdesenvolvido. Bourdieu (1972, *apud* MOREIRA, 2004), por exemplo, ao estudar a reprodução de comunidades rurais de Kabila, na Argélia, destaca três elementos básicos do processo: a reprodução biológica do grupo; produção de bens necessários à subsistência do grupo; reprodução da estrutura das relações sociais e ideológicas nas quais e pelas quais se realizam e legitimam as atividades de produção. Evidentemente, Bourdieu analisava grupos tradicionais estáveis que há muito tempo não passam por grandes transformações, diferentemente, portanto, dos ribeirinhos de Abaetetuba, que como já mencionado, vêm passando por profundas transformações sob a pressão de formas modernas de produção econômico-cultural. Porém, a ideia abordada pelo autor de que a reprodução social passa também pela produção econômica e ideológica dos bens de subsistência ganha importância para a nossa pesquisa da reprodução socioespacial dos ribeirinhos de Abaetetuba, tendo em vista que essa produção é realizada através do trabalho de apropriação dos recursos naturais, balizado pelo gênero de vida, isto é, tem um viés claramente espacial.

Já Garcia Jr (1989) nos dá uma contribuição mais concreta para a análise da reprodução de populações tradicionais que passam por transformações causadas por influências externas. O autor compreende a reprodução social camponesa em choque com novas condições sociais diferenciadas e desse choque resulta uma reação no sentido de criar novas estratégias de reprodução que mantenham o convívio com a modernização, mas sem perder sua essência camponesa.

Esse é um elemento característico do gênero de vida, pois, como já nos alertara Sorre (2002), é através do contato com outros gêneros de vida que estes evoluem e se adaptam mantendo uma relação intensa com o exógeno, mas sem abandonar o endógeno. Os ribeirinhos da Amazônia, em especial os de Abaetetuba, se enquadram no exposto acima, já que sua reprodução socioespacial se dá em constante conflito com a chegada de objetos e ações da modernização, modificando e redefinindo o que se considera necessidades básicas, tornando-as cada vez mais complexas.

Martins (2000) se aprofunda mais nessa discussão ao refletir sobre o pensamento de Lefebvre⁷, relacionando a reprodução social de grupos ao processo de reprodução contraditório do capitalismo. Dessa forma, ele nos aponta um interessante caminho para nossa pesquisa ao qual pretendemos seguir. Para o autor, Lefebvre nos lembrou que a reprodução social:

(...) é a reprodução ampliada do capital, mas é também a reprodução ampliada das contradições sociais: não há reprodução de relações sociais sem uma certa produção de relações – não há repetição do velho sem uma certa criação do novo, mas não há produto sem obra, não há vida sem história(...) (MARTINS, 2000, p.63)

O autor nos indica que a análise da reprodução do gênero de vida dos ribeirinhos de Abaetetuba deve estar pautada com a reprodução ampliada do capital e de suas contradições sociais. Não obstante, deste choque entre formas diferentes de reprodução sociais há a repetição de elementos antigos e a criação de novos. Assim, a reprodução socioespacial se torna cada vez mais complexa na medida em que a sociedade local passa a enfrentar novas dinâmicas econômicas e sociais.

A análise de Moreira (2004) sobre a reprodução de ribeirinhos da comunidade de São João em Porto de Moz (PA) caminhou na mesma direção. Para a autora, a reprodução social passa pela produção dos bens básicos a sua subsistência, como dissera Bourdieu (1972, *apud* MOREIRA, 2004). No entanto, o contato com o capitalismo global tende a incorporar a vida dos ribeirinhos produtos modernos considerados fundamentais atualmente, ou seja, ocorrem mudanças nas aspirações de consumo e, assim, uma redefinição do que é considerado necessário. Martins (1999) ratifica:

⁷ LEFEBVRE, H. Estrutura social: a re-produção das relações sociais. In: La survie du capitalisme. Paris. Anthropos, 1973.

Essas necessidades não são mais apenas materiais, como as de comer, de vestir e de morar. No mundo moderno, as necessidades estão multiplicadas e ampliadas: entre outras, a escola hoje é uma necessidade básica tão importante quanto comer e vestir (...) (p. 84).

De acordo com o exposto, buscamos, então, identificar na reprodução socioespacial dos ribeirinhos da Amazônia ao longo da história elementos que podem nos ajudar a analisar a reprodução atual do gênero de vida dos ribeirinhos de Abaetetuba frente às diversas transformações em curso na região.

Nesse sentido, a reprodução histórica dos ribeirinhos da Amazônia está diretamente ligada à própria história de ocupação da Amazônia através de um elemento principal: o rio. Os rios se constituem para a Amazônia, o principal elemento geográfico de ocupação e povoamento (MOREIRA, 1960), desde a colonização até os dias atuais.

O rio constitui, desse modo, o condensador demográfico por excelência da Amazônia. São as fozes e as confluências, os furos e os barrancos, isto é os acidentes ligados a hidrografia que formam a base das nucleações humanas na região. (MOREIRA, 1960, p 83).

Foi por intermédio dos rios que os colonizadores europeus adentraram a região e iniciaram o processo de conquista por meio de diversas formas de relações estabelecidas entre eles e os povos indígenas que já habitava a região. Apesar de já haver fortes evidências de que estes povos indígenas eram sociedades complexas, na maioria das vezes são entendidos praticamente como invisíveis ou sem importância, entendimento este baseado na visão naturalista de Amazônia, em que seus povos originais não são seres históricos, mas sim elementos da natureza.

Em seu trabalho sobre a formação sociocultural dos ribeirinhos da Amazônia, Karl Arenz (2000) resume o processo de formação histórica dos ribeirinhos em quatro etapas: a primeira relacionada ao momento de conquista e consolidação do domínio português (1616-1639); a segunda é fase dos aldeamentos controlados pelos religiosos e, posteriormente, pelo Diretório de Administração Civil (1653-1798); a terceira é considerada de resistência e de repressão (1798-1853); e finalmente a última fase é a de integração direta ao mercado global (desde 1853).

A primeira fase iniciou em 1616, após a fundação de Belém, quando foram iniciadas as primeiras incursões portuguesas pelos rios Tocantins, Xingu e Tapajós. Geralmente essas incursões eram para procurar os “tesouros” que os portugueses imaginavam que havia na

região, além, é claro, de expandir seu controle pelo território adentro. Entretanto, a demanda pela mão de obra nessa época forçou a escravização dos povos indígenas encontrados pelo caminho. Canto *et. al* (2009) ressalta nesse período a utilização de mão de obra indígena, mais que uma política da coroa portuguesa, era uma necessidade já que os ambientes regionais eram pouco conhecidos, obrigando dessa forma a usar os conhecimentos adquiridos durante anos pelos povos da floresta.

Em pouco tempo (de 1616 a 1639) os portugueses conseguiram consolidar seu domínio sobre a maior parte da atual bacia amazônica. A fundação de fortes em pontos geopoliticamente estratégicos e constantes incursões ao interior garantiram o controle dos principais rios e acesso fácil à mão de obra. Contudo,

Os colonizadores não conseguiram introduzir seu método de produção econômico mercantilista nem seu modelo social. Tampouco conseguiram impor o seu domínio total ao imenso interior que se tornou um refúgio para muitos indígenas que se retiraram das várzeas, anteriormente habitadas por eles. Estas “concessões involuntárias” na área econômica e social são, pois, a base para a formação da população ribeirinha com matriz cultural indígena (ARENZ, 2000, p. 24)

A segunda fase que vai de 1653 a 1798 é marcada pela intensificação da luta interna entre a minoria branca e a maioria indígena e mestiça. É nessa fase que surgiram os aldeamentos missionários dos religiosos, sobretudo de franciscanos, jesuítas e carmelitas (MOREIRA NETO 1992). Segundo Arenz (2000), esses aldeamentos foram fundamentais para a ocupação política e para o aproveitamento econômico, pois serviam como núcleos politicamente autônomos, e também como células economicamente produtivas “garantindo, além da subsistência própria, a exportação de produtos excedentes para a metrópole” (ARENZ, 2000, p. 27). Gonçalves (2005) afirma que os aldeamentos missionários foram os responsáveis pela “descida” dos índios que viviam floresta adentro ou fugiram para lá no início da colonização, para as margens dos rios, revelando assim o caráter importante das ordens religiosas na formação do padrão rio-várzea-floresta e do ribeirão.

Para Arenz (2000), os aldeamentos cresceram economicamente, pois os religiosos conseguiram, aparentemente, que os índios se submetessem à lógica “civilizadora” do trabalho ocidental. O convívio entre grupos indígenas diferentes levou a uma certa “homogeneização linguística” e a um “enquadramento cultural” que não se manifestava somente no modo de vida dos indígenas, mas também em seus cativadores.

Nos aldeamentos com sua pressão interna de homogeneização e sua relativa autonomia, surgiu uma população indígena culturalmente genérica. Economicamente, ela se tornou relevante por juntar os costumes e técnicas indígenas de adaptação a floresta aos métodos usados pelos portugueses (ARENZ, 2000, p. 31)

Desenvolveu-se então na Amazônia um modelo de produção do espaço peculiar, baseado em adaptações aos ambientes naturais encontrados na região. Esse modelo teve como epicentro a apropriação dos recursos naturais, a força de trabalho e os conhecimentos das populações indígenas (CANTO *et. al*, 2009).

Arenz (2000) considera que os aldeamentos eram modelos sociais viáveis, pois se fundamentaram em uma estrutura social de dimensão comunitária e promoviam a autossuficiência baseados na não competitividade, garantido, assim, a satisfação das necessidades básicas do aldeamento, o que para nós é a primeira condição básica para o desenvolvimento de um gênero de vida. Vale ressaltar que os religiosos serviam aos interesses da Igreja e da Coroa, pois, de acordo com Moreira Neto (1992), a principal missão dos religiosos na região tinha características empresariais, ou seja, comprometidas com as operações de produção, comércio e lucro de seus estabelecimentos, assim como qualquer outra agência econômica da coroa.

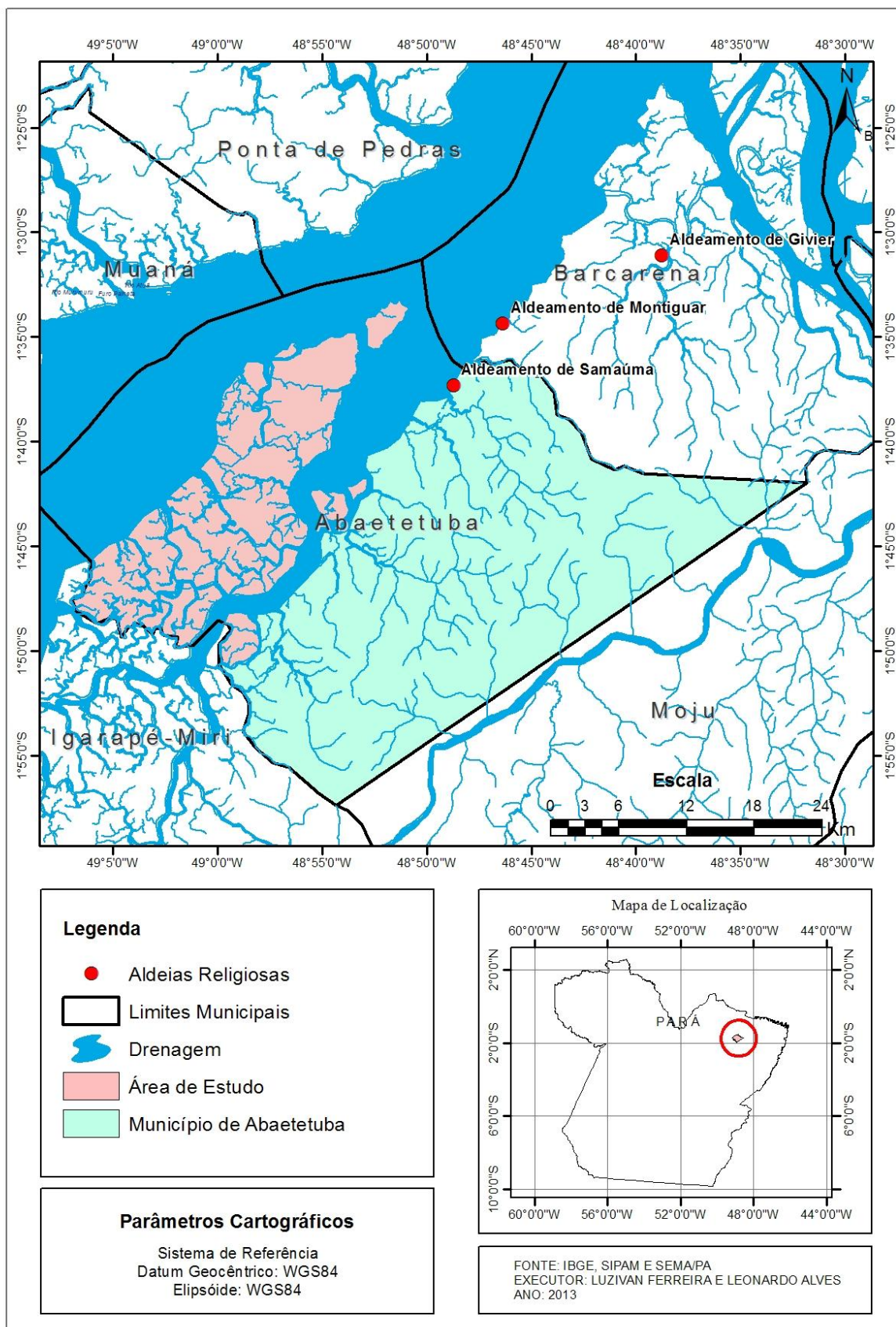
Contudo, apesar da disciplina rígida mantida pelos religiosos, os índios aldeados continuaram a interpretar a vida a partir de seus conceitos culturais próprios. Esse fato mostra que o processo de aculturação homogeneizante não necessariamente significava que os indígenas aldeados reproduziram o sistema imposto pelos religiosos com toda exatidão. Pelo contrário, “houve também espaço para que se criassem a partir de seu próprio imaginário, uma cultura indígena de caráter genérico e não mais especificadamente tribal” (ARENZ, 2000, p. 32).

Costuma-se dizer que o início da história de colonização da Amazônia se deu através da cruz e da espada. A espada representa a presença militar com o objetivo de proteger e controlar o território para o governo português. A cruz simboliza a presença das missões religiosas e seu trabalho de catequese com os índios para o cristianismo e para torna-los mão de obra para a colonização. Para a nossa pesquisa o importante é ressaltar que a presença religiosa e militar na Amazônia durante a colonização formou a base do desenvolvimento da economia ribeirinha na região (PALHA; TOURINHO, 2009).

No caso de Abaetetuba, os principais aldeamentos missionários que se tem registro nas proximidades do município foram: o aldeamento de Montiguar, onde atualmente se localiza a Vila do Conde, no município de Barcarena; o aldeamento de Givier, hoje Vila de

São Francisco, também em Barcarena; e o aldeamento jesuíta de Samaúma, localizado na atual Vila de Beja, em Abaetetuba, por sinal um dos mais desenvolvidos da região (mapa 2). Os índios ditos “civilizados” destes aldeamentos, bem como dos outros, foram denominados pelos europeus de tapuios. Estes são considerados por Arenz (2000) como o embrião do ribeirinho atual e mesclava elementos tanto da cultura indígena como dos colonizadores europeus.

Através do processo de homogeneização cultural nos aldeamentos, começou a surgir o tapuio como um elemento novo genérico dentro da conjuntura populacional amazônica. A auto-suficiência e a estrutura comunitária nos aldeamentos também forneceram as condições para que ele não se torna-se um “mesmo”, isto é, uma mera cópia do colonizador, mas agente de uma cultura de cunho próprio (ARENZ, 2000, p. 34).



MAPA 2: Aldeamentos religiosos dos séculos XVII e XVIII nas proximidades de Abaetetuba.

A partir de 1750, as medidas tomadas através da política pombalina⁸ acabaram diminuindo o poder dos religiosos e fortalecer o poder do estado português. Para os tapuios, as consequências não foram muito boas. Eles foram obrigados a se assemelhar com os colonizadores europeus, perdendo sua autonomia e se tornando escravos dos colonos. Para fugir dessas novas condições, os tapuios recolheram-se para o interior ou espalharam-se ao longo das beiradas dos rios, estabelecendo-se a certa distância das recém-proclamadas vilas⁹. Estes lugares para onde os tapuios se refugiaram são ocupados até hoje pelos seus descendentes: os ribeirinhos (ARENZ, 2000). Para Harris (2006), é nesse momento entre a expulsão dos missionários (1770) e a Cabanagem (1830) que se constitui a principal fase de formação e reprodução dos ribeirinhos na Amazônia.

Em nossas viagens a campo pelas ilhas de Abaetetuba, perguntamos aos moradores mais velhos das localidades se eles conheciam a origem da ocupação delas. Apesar das respostas vagas, a maioria deles como o casal José Raimundo e Marizete, moradores do Rio Urubuéua e Seu Leonardo e Dona Rosa, moradores do Rio Paramajó, falaram que seus antepassados chegaram às localidades fugindo de perseguições e do trabalho forçado nas vilas e cidades próximas buscando um lugar mais “tranquilo e sossegado para viver em paz”. Isso pode ser a confirmação de que o processo exposto acima pelos autores está relacionado à área de estudo de nossa pesquisa.

Nota-se que desde sua origem, os ribeirinhos já enfrentavam dificuldades em se reproduzir diante de condições tão adversas construídas durante o período colonial. De acordo com os autores supracitados, o fato de os ribeirinhos se instalarem a beira dos rios está muito mais ligado a necessidade de sobrevivência diante de uma sociedade que desde o princípio se mostrava excludente e que segregava os tapuios-ribeirinhos dos direitos sociais. Dessa forma, podemos inferir que, desde o início, a história de reprodução dos ribeirinhos da Amazônia está diretamente ligada aos primórdios do desenvolvimento do capitalismo mercantil que já gerava desigualdades claras sobre a região.

Nesse sentido, Arruda (1999) argumenta que essas populações ficaram de fora dos grandes circuitos econômicos da economia nacional e, assim, foram obrigados a se instalarem em lugares menos povoados e com muitos recursos naturais, como a várzea, onde puderam

⁸ Marquês de Pombal foi o primeiro ministro do rei de Portugal D. José I, sendo responsável por implantar uma série de medidas de caráter administrativo, sociopolítico e econômico no intuito de inserir a colônia de vez no mercantilismo. Isso acabou culminando na expulsão das missões religiosas em 1770 (ARENZ, 2000; MOREIRA NETO, 1992).

⁹ De acordo com Arenz (2000) os antigos aldeamentos religiosos foram transformados em vilas pela coroa. Essas vilas eram Diretórios de Administração Civil e representavam a tentativa da coroa em de apropriar massivamente do território.

desenvolver uma cultura e economia rústica baseada em formas de sociabilidade e através de relações de reciprocidade. Esta cultura possibilitou a sobrevivência e a reprodução de uma dinâmica sociocultural sustentada na exploração dos recursos naturais que ainda hoje pode ser vista entre os ribeirinhos da Amazônia.

A volta da legalização da escravidão indígena, em 1798, levou a uma opressão e perseguição cada vez maiores aos tapuios. Estes, por sua vez, fugiam em massa já que conheciam bem a região, aumentando assim o problema da mão de obra. Nos primeiros anos do século XIX, agravou-se a polarização entre a classe dominante e a servil. A independência do Brasil e a consequente adesão do Pará não mudaram esse quadro. A crise da mão de obra e da produção agrícola ameaçava as bases do governo. Estava aceso o estopim para o estouro da Cabanagem.

Para Arenz (2000), a Cabanagem foi um movimento que iniciou uma nova fase no processo de formação do ribeirinho. Uma fase de resistência e repressão, no qual os tapuios deixaram de ser tutelados pelas autoridades. Na Cabanagem, os tapuios “se posicionaram pela primeira vez politicamente, mesmo inconscientemente, como grupo social e étnico contra a elite dominante com a perspectiva de viáveis mudanças” (ARENZ, 2000, p. 47). Aos tapuios se juntaram também negros escravos e camponeses pobres dando mais dinâmica política ao movimento (CRUZ, 1973). Com o fim da Cabanagem, iniciou-se uma retaliação violenta por parte das autoridades contra os tapuios. Diante da violência, o substrato cultural formado durante o movimento forneceu a base para o tapuio não perder, mesmo inconscientemente, a ligação com sua origem indígena como referencial de identidade.

A violência da Cabanagem, especialmente sobre os tapuios, levou também há uma fuga dessas populações para lugares mais distantes das áreas de conflito, principalmente para regiões insulares do Baixo Tocantins e Baixo Amazonas. Outros relatos colhidos durante as atividades de campo dos ribeirinhos mais antigos das ilhas de Abaetetuba caminham nessa direção. Por exemplo, na localidade do Rio da Prata, uma das mais conhecidas de Abaetetuba, as moradoras como Dona Cleonilde, 78 anos, e Dona Maria Mirtis, 65 anos, nos informaram que o rio recebe esse nome porque no século XIX, alguns cabanos fugiram de Belém e se instalaram naquele lugar, pois ouviram falar de uma mina de prata que haveria por lá e eles estariam interessados em explorá-la para conseguir recursos para a revolução. Nunca foi comprovada a existência da mina, porém os cabanos gostaram do lugar e acabaram se instalando iniciando a ocupação da área.

Seguindo o raciocínio de Arenz (2000), a partir da metade do século XIX iniciou a última etapa do processo de formação dos ribeirinhos: fase de integração plena da região ao

mercado externo. Essa fase principiou com o ciclo da borracha e com a navegação a vapor (regatão), quando a Amazônia adentra numa política econômica e social com base no extrativismo vegetal, no trabalho livre¹⁰, favorecendo a imigração em massa de nordestinos como mão de obra mais barata e flexível. A chegada dos nordestinos contribuiu para a perda de importância dos tapuios na economia regional, ficando a parte do quadro de crescimento econômico do final do século XIX (ARENZ, 2000). Entretanto, após um tempo os nordestinos se incorporaram ao universo social e espacial dos tapuios, engrossando ainda mais o caldo cultural deste estrato social. De acordo com Reis (1953), os maranhenses foram os primeiros e mais significativos dos grupos nordestinos a chegar à região, depois vieram os cearenses, os paraibanos e outros. Conforme Canto *et. al* (2009) a vinda desses nordestinos contribuiu para a ampliação do modelo de produção do espaço ribeirinho desenvolvido pelos tapuios.

Os benefícios econômicos advindos da exploração do látex não atingiram os tapuios, nordestinos e seringueiros, muito menos aqueles que não estavam envolvidos diretamente na produção, sendo que tais benefícios ficaram restritos à elite da região (SARGES, 2000). Pelo contrário, a vida dos seringueiros era difícil, pois era totalmente controlada pela produção da borracha, logo o tapuio que se tornara seringueiro acabara perdendo sua autonomia.

Gonçalves (2005) mostra que a exploração do látex era mais concentrada ao longo do rio Amazonas e afluentes, principalmente na Amazônia Ocidental (Amazonas e Acre). Já na área de influência do rio Tocantins, onde se localiza Abaetetuba, a exploração era mais pautada na busca da castanha, cristal de rocha e madeira, até a área de Marabá e Conceição do Araguaia. Entretanto, Leitão (2008) afirma que, em épocas passadas, a região das ilhas de Abaetetuba teve papel de destaque na exploração da seringueira e de algumas espécies madeiras usadas como lenha que abastecia indústrias termoelétricas de Belém.

Com o fim do *boom* da borracha a Amazônia entrou em uma profunda crise econômica. Todavia, a vida dos seringueiros e tapuios parece ter melhorado, pois segundo Gonçalves (2005), os seringueiros abandonados tiveram mais autonomia sobre suas próprias vidas. Isso fez com que a qualidade de vida melhorasse, pois os seringueiros tornaram-se caboclos e ribeirinhos e passaram a se auto sustentar com os recursos da várzea, da floresta e de uma agricultura nascente. A convivência com os antigos tapuios ensinou aos nordestinos chegados toda uma cultura de relação com a natureza que foi sendo incorporado com

¹⁰ Segundo Sarges (2000) a mão de obra usada na exploração do látex na época não era realmente livre já que os seringueiros eram presos ao seringalista através de um sistema de dívidas conhecido como sistema de aviamento.

elementos trazidos pelos próprios nordestinos. É assim que vai aos poucos se formando o sujeito social conhecido hoje por ribeirinho¹¹. Da mesma maneira, “todo um padrão de organização social do espaço geográfico vai sendo plasmado na Amazônia, não só no interior da floresta como também nas várzeas” (GONÇALVES, 2005, p.93).

Com a crise da borracha houve uma retração da competição pelos recursos amazônicos por parte do mercado externo. Para Harris (2006) eram nessas épocas de diminuição da demanda externa dos recursos amazônicos que se reconstruíam ou se reorganizavam as formas de produção social local. Essa reorganização priorizou as necessidades locais, ao invés das externas. Isso quer dizer que os sistemas locais de produção socioespacial, como o do ribeirinho, se fortalecem quando as ligações são mais fracas com o mercado externo. Nesse sentido, podemos inferir que foi durante o início do século XX, após a crise da economia gomífera, que os ribeirinhos se afirmaram definitivamente como um elemento importante na geografia da região.

Contudo, a partir da segunda metade do século XX, com a chegada dos militares ao governo brasileiro, novamente a demanda por recursos do mercado mundial se volta para os da Amazônia. Isso se deve a política de integração da Amazônia implantada pelos militares. A integração tinha como objetivo fortalecer a conexão da região com o resto do país e com o mercado externo, por meio de frentes de ocupação (LOUREIRO, 1989) o que causou profundas transformações socioespaciais resumidas por Arenz (2000, p. 65) em três aspectos: “a ocupação monopolista da terra, a organização da dinâmica do mercado de trabalho e a implantação autoritária de grandes projetos de exploração mineral e energética”.

Esse processo gerou graves consequências para as populações ribeirinhas. A ocupação monopolista da terra, por exemplo, tornou-se o meio principal de se implantar o “progresso” na região amazônica, contrapondo-se, assim, às tradições das populações indígenas e ribeirinha e sua visão coletiva referente à terra. O fato é que os ribeirinhos não foram integrados como protagonistas das transformações socioeconômicas a partir dessa “nova” colonização da Amazônia, mas mantidos como uma massa de mão de obra informal, disponível e flexível, quando necessário (ARENZ, 2000).

Harris (2006) compreende essa fase de ocupação engendrada pelos militares e dinamizada pelo capitalismo global como “segunda conquista da Amazônia”. Para ele, esta fase deve ser entendida como um “outro momento-chave numa série de intervenções e de

¹¹ O termo ribeirinho ainda não era muito usado na época da crise da borracha, sendo que o mais comum era termo caboclo que se popularizou no século XX, pelos trabalhos acadêmicos e pela sociedade em geral.

resistências associadas, cujos efeitos não eram totalmente previsíveis e, em virtude da heterogeneidade da região, improvável de ter consequências homogêneas” (HARRIS, 2006, p. 83).

Moreira (2004) ressalta que as tensões entre os ribeirinhos e outros grupos sociais com relação ao uso dos recursos são frequentes na história da Amazônia. Contudo essas tensões aumentaram dramaticamente a partir da segunda metade do século XX, quando se implantou na Amazônia um modelo de desenvolvimento que tem contribuído para um acelerado processo de mudança socioambiental, por ser baseado em critérios alheios a realidade local e que não contemplam a população.

Dessa forma, cada lugar da Amazônia apresentou consequências diferentes em relação a essa fase de ocupação. No caso de Abaetetuba, em virtude do fato de o município estar localizado em uma área de influência direta de um dos grandes projetos minero-metalúrgicos (o projeto Albras-Alunorte), os ribeirinhos sentem os efeitos diretos desse processo na sua reprodução e em seu gênero de vida, na medida em que a implantação da empresa atraiu uma série de outras empresas que dinamizaram o comércio, trazendo novos produtos ao mercado local que passaram a concorrer com as mercadorias produzidas pelos ribeirinhos desestruturando as suas principais atividades econômicas que são, de acordo com nossas hipóteses, a base de reprodução de seu gênero de vida. Aliado a isso, a presença dessas empresas aumentou a pressão e a degradação dos recursos naturais da região das ilhas de Abaetetuba, como a madeira, o açaí, o pescado, recursos estes que são elementos essenciais do meio geográfico através do qual o gênero de vida ribeirinho se reproduz.

Além disso, Arenz (2000) afirma que outros desafios se apresentam atualmente aos ribeirinhos. A biopirataria, o tráfico da biodiversidade e da sociodiversidade e a biotecnologia se configuram como novas formas de apropriação da natureza que muitas vezes são estruturadas por planejamento do Estado, empresas privadas e ONG's. Contudo, ao que parece o ribeirinho continua sendo marginalizado dentro do planejamento oficial e dessas novas formas de apropriação. Recentemente, porém, observa-se em alguns lugares a organização política dos ribeirinhos no intuito de defenderem seus direitos e defenderem o seu lugar de vivência (os rios e as várzeas).

Observa-se que, na sua história de reprodução, os ribeirinhos passaram por momentos de afirmação e desenvolvimento interno, mas também passaram por momentos de retração e de condições socioeconômicas desfavoráveis. Não obstante, mostraram também um aperfeiçoado grau de adaptação as condições sociais e ambientais locais, bem como, as pressões externas. Nesse sentido, não podemos entender os ribeirinhos apenas como um

produto da colonização e das condições externas, mas sim como sociedades que são, ao mesmo, tempo produto das forças da produção capitalista e dependentes desta, como também sociedades locais e independentes (HARRIS, 2006) e que possuem um gênero de vida próprio. Ou seja, os ribeirinhos são um produto histórico das pessoas que vivem essa realidade. Dessa forma o gênero de vida ribeirinho é fruto da relação cotidiana dessas populações entre si, com o seu ambiente e com os fatores externos que os condicionam. É esse entendimento que levaremos para analisar as mudanças no gênero de vida dos ribeirinhos de Abaetetuba a partir da chegada das novas frentes de produção do capitalismo na região.

CAPÍTULO III – GÊNERO DE VIDA RIBEIRINHO EM ABAETETUBA

O objeto de reflexão deste capítulo é a reprodução socioespacial dos ribeirinhos de Abaetetuba a partir de seu gênero de vida, isto é, buscaremos analisar as variáveis e bases materiais sobre as quais se desenvolve o gênero de vida dos ribeirinhos de Abaetetuba, e de que forma esse gênero de vida se materializa no espaço, produzindo o lugar dos ribeirinhos. Analisaremos o gênero de vida ribeirinho a partir das variáveis selecionadas ao longo do trabalho de discussão teórico-conceitual tecidas no primeiro capítulo, a saber: técnica, cultura e economia.

A origem de Abaetetuba, como tal como a origem da maioria dos municípios mais antigos da Amazônia, está diretamente relacionada ao processo de ocupação dos portugueses através dos rios. Segundo Chamboueyron (2006) esse processo de ocupação da região se deu a partir de três eixos principais: os fortes militares, as missões religiosas e as sesmarias. Estas últimas constituíam-se em uma velha instituição da experiência expansionista portuguesa que foram instituídas pelos reis na região durante o século XVII (CHAMBOULEYRON, 2006).

Dentro desse raciocínio, a ocupação da área onde hoje se localiza Abaetetuba se relaciona a dois desses eixos: as missões religiosas e a distribuição de sesmarias. De acordo com Reis (1969), O aldeamento jesuíta surgido por volta de 1635 originou o primeiro aglomerado humano de origem europeia registrado na área do município, haja vista que antes toda a região era ocupada por tribos nômades. O aldeamento era conhecido por vila de Samaúma, hoje vila de Beja (ver mapa 2).

Francisco Azevedo Monteiro recebeu da coroa portuguesa uma sesmaria às margens do rio Jarumã, localizado ao norte da atual sede municipal e foi apropriar-se dela sonhando encontrar lá as chamadas drogas do sertão, que geravam muita riqueza na época. Viajando de Belém até sua propriedade, alguns ocorridos levaram Monteiro a desviar sua rota original, sendo que no dia 08 de dezembro de 1724, Monteiro aportou no lugar onde hoje se localiza a sede do município de Abaetetuba. A primeira ação foi construir uma capela em homenagem a Nossa Senhora da Conceição naquele lugar, já que dia 08 de dezembro é dia consagrado à

santa¹². Ao povoado formado nesse local, Monteiro denominou de povoado de Nossa Senhora da Conceição do Rio Abaeté¹³.

Desde então o povoado de Abaeté evoluiu para vila de Abaeté e ultrapassou a vila de Beja em tamanho e importância. Isso se deve em parte ao fato de a vila de Abaeté exercer a função de entreposto comercial (e até hoje exerce) entre Belém e a região do baixo Tocantins. Dessa forma, todas as embarcações que traziam ou levavam mercadorias e pessoas (os chamados regatões) das áreas do baixo Tocantins tinham parada obrigatória em Abaeté. Apesar dessa importância, a vila de Abaeté só foi elevada a condição de cidade em 1895, incorporando ao território do município, a vila de Beja¹⁴ e passou a se chamar Abaetetuba a partir de 1944¹⁵.

Desse breve histórico, percebe-se que o processo de formação do município representa bem o padrão de ocupação e organização do espaço amazônico denominado por Gonçalves (2005) de *rio-varzea-floresta*. Esse modelo de ocupação foi forjado por meio de um intercâmbio entre os recursos advindos dos ecossistemas naturais, o ribeirinho como responsável pela extração desses recursos e o comércio mercantil sendo o rio o vertedouro principal, por onde circulava toda a produção. O regatão era o elemento responsável pelo suprimento daquilo que não se produzia localmente, explorando o relativo isolamento do ribeirinho.

A base física do município favoreceu esse modelo de ocupação, pois o município possui uma rede hidrográfica bastante vasta e navegável em quase toda a sua extensão. Sua localização geográfica também, pois Abaetetuba está localizada à jusante do rio Tocantins, em sua confluência com o rio Pará, em uma área que dá acesso via fluvial a toda a região do Baixo Tocantins, Baixo Amazonas, Belém, Marajó e oceano Atlântico. O rio Maratauíra, separa a zona continental em sua margem direita da região insular, conhecida como região das ilhas.

¹² Diz a Tradição que uma forte tempestade teria desviado a rota original de Francisco Monteiro. Temendo por sua vida e de sua família, Monteiro fez uma promessa a Nossa Senhora da Conceição de que construiria uma capela em sua homenagem se poupasse sua vida e dos seus familiares. Porém, é bem provável que ele tenha desviado propositalmente para conseguir uma propriedade maior e com mais recursos.

¹³ Abaeté é o nome do rio que banha a parte sul da cidade. A etimologia do nome é indígena e significa “terra de homens fortes e valentes”.

¹⁴ De acordo com a SEPOF (2008), nem sempre Beja fez parte do território de Abaetetuba. Houve épocas da história em que Abaeté é que fazia parte de Beja. Depois de muitos de muitos conflitos e disputas territoriais, hoje a Vila de Beja é um dos distritos do município de Abaetetuba, estando localizada a nordeste da sede municipal.

¹⁵ A troca do nome para Abaetetuba se deu devido a uma lei que proibia a duplicata de topônimo de cidades e vilas brasileiras, haja vista que já havia uma cidade mais antiga chamada Abaeté, em Minas Gerais (SEPOF, 2008).

3.1 – CARACTERIZAÇÃO GERAL DA REGIÃO DAS ILHAS DE ABAETETUBA

A região das ilhas é o nome popular dado à parte insular do município de Abaetetuba localizada à margem esquerda do rio Maratauíra (vide mapa 1). Ela é constituída predominantemente por áreas de várzea ou planícies de inundação, com solos permanentemente alagados. As várzeas das ilhas de Abaetetuba se enquadram na categoria de várzeas flúvio-marinhas do estuário do Rio Pará, o que significa dizer que os solos dessa área estão sob influência direta da dinâmica das marés (LIMA *et al*, 2001). Segundo os dados do MORIVA (2006), nessa região residem cerca de 43.000 pessoas, quase 32% da população do município (vide tabela 1 e 2). É importante esclarecer que o MORIVA divide a região das ilhas em PAE's (Projetos de Assentamento Extrativista) que são Projetos de Assentamento Agroextrativistas desenvolvidos pelo MORIVA em parcerias com o Governo Federal, através do INCRA. Os dados presentes na tabela 2 correspondem ao número de pessoas atendidas pelos benefícios dos projetos de assentamento. Para facilitar a viabilização e a aplicação dos recursos, o MORIVA agrupou várias ilhas, localidades e rios para compor uma PAE, portanto a coluna localidade é um mero referencial de localização da sede do PAE e não representa uma localidade e sim um conjunto delas.

TABELA 1 – População do municio de Abaetetuba

| População Total | Homens | Mulheres | Urbana | Rural¹⁶ |
|------------------------|---------------|-----------------|---------------|---------------------------|
| 141.100 | 71.630 | 69.470 | 82.998 | 58.102 |

Elaboração: Luzivan Ferreira
Fonte: IBGE, 2012.

¹⁶ A zona rural do município de é dividida em duas partes: a região das ilhas e a área das colônias de Abaetetuba, também conhecido como Centro.

TABELA 2 - População residente nos PAE's das ilhas de Abaetetuba por sexo

| PAE | LOCALIDADE | HOMENS | MULHERES | TOTAL |
|-----------------------------------|-------------------|---------------|---------------|---------------|
| Nossa Senhora das Graças | Ajuai | 1.500 | 1.720 | 3.220 |
| Nossa Senhora da Paz | Arumanduba | 1.400 | 1.600 | 3.000 |
| Bacuri | Bacuri | 1.000 | 1.100 | 2.100 |
| Nossa Senhora do Livramento | Campopema | 880 | 800 | 1.680 |
| Caripetuba | Caripetuba | 1.450 | 1.350 | 2.800 |
| Santo Antônio | Capim | 410 | 500 | 910 |
| Furo Grande | Furo Grande | 1.300 | 1.500 | 2.800 |
| São João Batista | Guajarazinho | 1.774 | 1.530 | 3.304 |
| Santo Antônio | Maracapucu Palmar | 600 | 520 | 1.120 |
| Nossa Senhora de Nazaré | Costa Maratauíra | 1.053 | 1.047 | 2.100 |
| Paruru | Paruru | 2.479 | 2.820 | 5.299 |
| Piquiarana | Piquiarana | 1.200 | 900 | 2.100 |
| Nossa Senhora do Perpétuo Socorro | Quianduba | 2.000 | 2.100 | 4.100 |
| São Francisco | Rio da Prata | 600 | 800 | 1.400 |
| São Raimundo | Sapucajuba | 2.300 | 2.550 | 4.850 |
| Nossa Senhora do Livramento | Sirituba | 1.022 | 700 | 1.722 |
| Tabatinga | Tabatinga | 400 | 468 | 868 |
| Uruá | Uruá | 790 | 750 | 1.540 |
| Santo Afonso | Xingu | 400 | 440 | 840 |
| Total Geral | | 20.580 | 23.221 | 43.801 |

Elaboração: Luzivan Ferreira

Fonte: MORIVA, 2006.

A região das ilhas é o principal lugar de todo o município onde a produção do espaço ribeirinho é mais nítida. Vale ressaltar que não é somente na região das ilhas que existem ribeirinhos, mas na imensa área de várzea dentro da zona continental municipal também moram pessoas com características ribeirinhas, entretanto o recorte desse trabalho se reporta somente a região das ilhas.

Em nossas viagens campo, é claramente observável a diversidade natural, técnica, cultural, ambiental e social presente na região das ilhas de Abaetetuba. O primeiro contato direto com ela é logo na orla da cidade, à margem direita do Rio Maratauíra, rio que separa a sede municipal da região das ilhas e afluente do grande rio Tocantins. Na orla está localizado o cais municipal com pequenos portos, aonde chegam das ilhas vários tipos de produtos fruto do trabalho dos ribeirinhos para serem comercializados, trazidos pelos marreteiros, como são conhecidos os atravessadores na região, ou seja, são pessoas que ganham dinheiro comprando os recursos econômicos produzidos pelos ribeirinhos e revendendo no sempre dinâmico comércio municipal.

A movimentação na orla é dinâmica desde as primeiras horas da manhã, ainda na aurora. Peixes, carnes, açaí, farinha, telhas, tijolos, instrumento de pesca artesanato, frutas

outros produtos são o resultado da produção dos ribeirinhos das ilhas que dinamizam ainda mais o comércio local e contribuem significativamente para a geração de emprego e renda no município. Os sons altos do movimento da cidade, das conversas descontraídas, do barulho das motos, carros e propagandas se mistura com os sons do movimento das marés e das embarcações a motor que vem e vão, trazendo famílias de ribeirinhos em direção cidade para fazer compras, visitar familiares ou resolveram outras questões. O movimento das embarcações é tão intenso que mais parece uma procissão fluvial na frente da cidade (figura 1, 2 e 3).



Figura 1: Orla da cidade de Abaetetuba (maio 2013)



Figura 2: Movimento de embarcações em frente à orla de Abaetetuba (maio de 2013)



Figura 3: Produtos das ilhas sendo revendidos no comércio da cidade (maio de 2013)

A figura 3 revela a importância das atividades produtivas ribeirinhas para a economia da cidade. Os produtos em evidência na fotografia (peixes em primeiro plano, tijolos em segundo plano e açaí em plano de fundo) são alguns dos principais produtos comerciais do município e todos foram produzidos nas ilhas de Abaetetuba. No ato da captura da imagem, perguntamos aos vendedores qual era a procedência dos produtos. O pescado é do rio Tucumanduba, os tijolos vêm do rio Ajuá, e o açaí do rio Maracapucu Mirim. A região das ilhas de Abaetetuba é então fonte de emprego e renda não só para os ribeirinhos para toda a economia do município.

A maior parte dos ribeirinhos tem embarcações motorizadas próprias que vão desde o rabudo, embarcação mais comum que consiste em canoa adaptada com um motor de polpa que faz esta afundar e a proa da embarcação levantar durante a navegação, as rabetas pequenas lanchas de casco fino com um motor mais potente e as voadeiras que são lanchas maiores com motores bem potentes e mais raras de se ver já que pertencem a pessoas de maior poder aquisitivo. Quem não tem embarcação própria pode pagar passagem para viajar nos barcos de particulares que fazem viagens todos os dias. O valor dessas passagens varia de R\$ 1,50 à R\$ 7,00, dependendo da distância percorrida. Para nossas viagens de campo, tivemos que fretar embarcações que nos acompanhavam por todo o dia nos levando a diferentes localidades para visitar famílias de ribeirinhos.

Navegar pelos rios de Abaetetuba é uma experiência rica em termos científicos, acadêmicos e culturais, mas também não deixa de ser algo prazeroso. Na preamar, os barcos parecem trenós deslizando pelas superfícies lisas e espelhadas das águas barrentas e cheias de

sedimentos características do Baixo Tocantins. Durante enchente e a vazante da maré, a formação das ondulações fazem os barcos saltitarem sobre o rio como anfíbios perfeitamente adequados ao ambiente. No meio dos rios as embarcações se encontram e os ribeirinhos nos cumprimentam com sorrisos, acenos e palavras como se fossemos da família ou então velhos conhecidos. Isso revela outro caráter da cultura ribeirinha, o convívio social é muito mais que uma simples regra, é um estilo de vida no qual o conhecer, o conversar, trabalhar junto faz parte da cultura, e do cotidiano dos ribeirinhos.

As casas dos ribeirinhos mantêm um padrão simples e bem adequado à várzea. A maioria das casas é de madeira e construídas na linha limite da maré de sizígia para ficar longe dos alagamentos. Uma porta e uma janela de frente para o rio, e na frente, uma “ponte” improvisada feita de madeira ou de miriti no formato de escada para subir a parte lamente da várzea em direção a residência durante a maré baixa (figura 4). Em algumas localidades podemos observar a existência de casas bem trabalhadas, de padrão alto para a região, com madeira de lei trabalhada e até casa feitas de concreto, como no rio Arumanduba (figura 5).



Figura 4: Padrão das casas dos ribeirinhos (outubro de 2012)



Figura 5: Rio Arumanduba, alto nível das casas (outubro de 2012)

Completando a paisagem da região das ilhas, temos a vegetação típica da várzea amazônica que se ergue as margens dos rios e envolve as casas dos ribeirinhos como um grande lençol verde. O reflexo da vegetação na água provocado pela forte insolação acrescenta tons de verde e musgo às amareladas e barrentas águas dos rios. Nessa rica biogeografia, imperam as palmeiras de forma geral especialmente os açazeiros e miritizeiros que representam não somente elementos de destaque na paisagem como também são fonte de renda sustento para a grande maioria dos ribeirinhos (figura 6). Durante a maré alta os ribeirinhos aproveitam para refrescar e o calor e se divertir mergulhando nas caudalosas águas ou para lavar roupa, louça, a casa e outros objetos grandes (figura 7). Já na maré baixa, eles aproveitam o espaço grande deixado pela água para jogar futebol, colocar redes e matapis para tapar os igarapés e conseguir talvez alguns pescados.



Figura 6: Rio Tucumanduba, ao fundo os açazeiros (outubro de 2012)



Figura 7: Crianças se banhando no rio Ajuai (outubro de 2012)

Não obstante a toda essa diversidade geográfica, para viabilizar nossa pesquisa tivemos que selecionar algumas localidades para visitar, conversar com os ribeirinhos e levantar informações empíricas. Tivemos o cuidado de escolher áreas de todas as partes da região das ilhas, próximas e distantes a sede municipal, na parte norte, na área central na parte sul (mapa 3), já que a posição pode ser um elemento de influência no desenvolvimento das atividades econômicas e conseqüentemente no gênero de vida dos ribeirinhos. Além dessa preocupação em abarcar o maior enfoque espacial possível, também procuramos uma significativa amostragem numérica de localidades. Das 72 ilhas de Abaetetuba, visitamos 15 contabilizando 20% do total (vide tabela 3 e mapa 3).

Além desses critérios, para selecionar as ilhas visitadas levamos em consideração o contingente populacional de cada uma das ilhas (vide mapa 4 e tabela 3), a quantidade de investimentos do setor público e privado, a introdução de novos elementos espaciais que mudam a geografia da localidade e que são introduzidos no gênero de vida dos ribeirinhos, e também a relativa fama que algumas ilhas gozam na cidade. Observando esses critérios destacamos as seguintes localidades: Rio Arumanduba, Rio Ju Pariquara, Rio Maracapucu, Rio Maracapucu-Mirim, Rio Piramanha, Rio Tucumanduba, Rio Quianduba, Furo Grande, Rio Ajuai, Rio Caripetuba, Rio da Prata, Rio Açacu, Rio Urubuêua, Rio Paramajó, Ilha Sirituba.

TABELA 3 – Localidades visitadas durante as atividades de campo

| Localidade | Principal atividade econômica | Nº de famílias¹⁷ |
|-----------------------------|--------------------------------------|------------------------------------|
| Rio Arumanduba | Açaí e roça(mandioca), | 215 |
| Rio Ju Pariquara | Açaí | 140 |
| Rio Maracapucu | Açaí e carpintaria naval | 125 |
| Rio Maracapucu Mirim | Açaí e olarias. | 160 |
| Rio Piramanha | Açaí | 90 |
| Rio Tucumanduba | Pesca, açaí e olarias | 350 |
| Rio Quianduba | Olarias e açaí | 568 |
| Rio Ajuai | Açaí, pesca e olarias | 480 |
| Rio Caripetuba | Açaí e pesca | 140 |
| Rio da Prata | Açaí e pesca | 120 |
| Rio Açacu | Pesca e açaí | 200 |
| Rio Urubuêua | Açaí, carpintaria naval e pesca | 300 |
| Rio Paramajó | Açaí, pesca e roça. | 280 |
| Ilha Sirituba | Pesca, artesanato, açaí | 300 |

Elaboração: Luzivan Ferreira

Fonte: Trabalho de campo/SESMAB/SEMAS

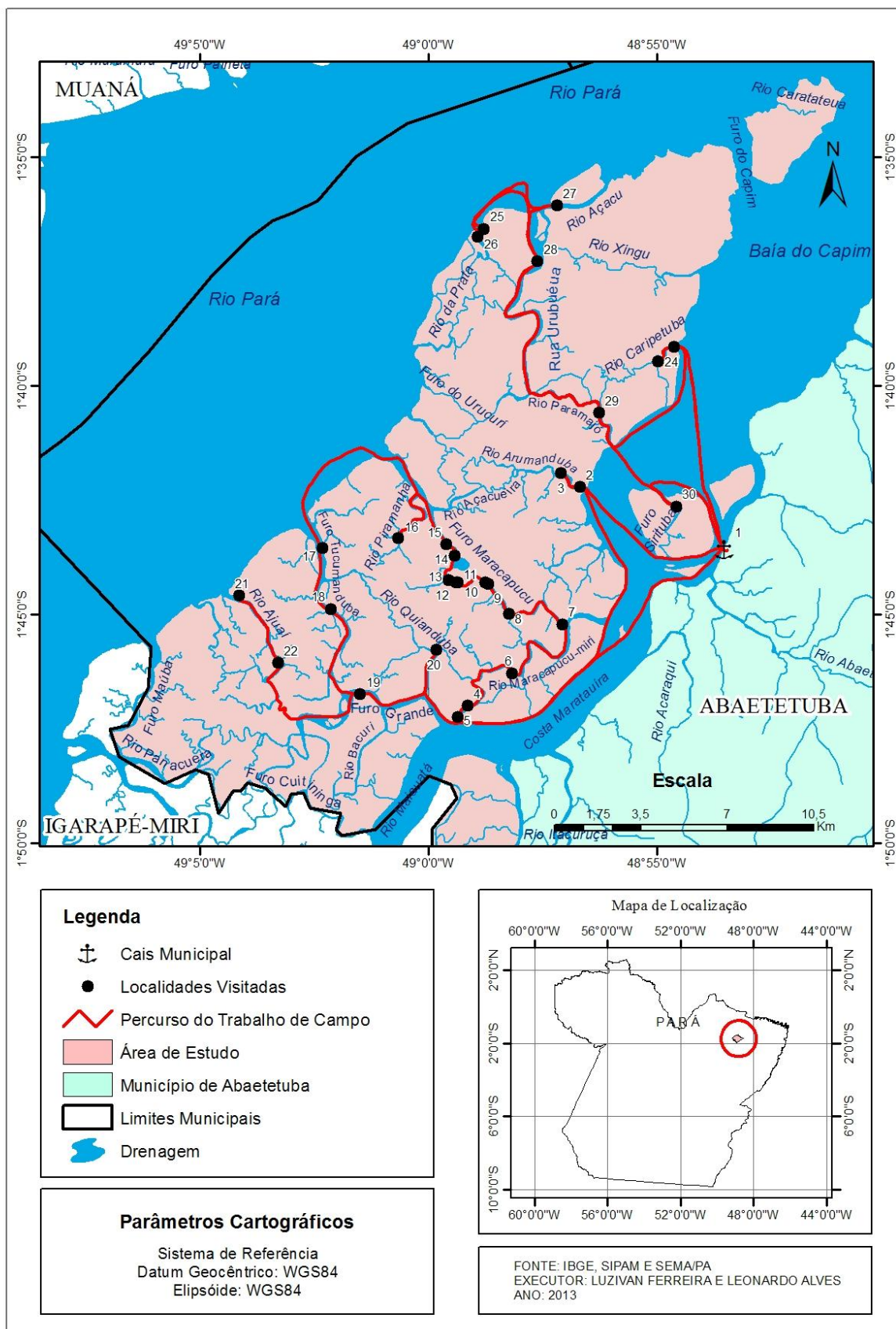
Algumas dessas localidades se destacam pelo grande contingente populacional como o Rio Tucumanduba, Rio Ajuai e Rio Quianduba (vide tabela 3 e mapa 4). Talvez por causa disso, elas sejam constantemente alvo dos investimentos públicos e até privados. Elas apresentam escolas de ensino fundamental e médio completo, com centros de informática e bibliotecas, cais e, no caso do Quianduba, até uma faculdade privada.

Nelas temos também os maiores projetos de assentamento organizados pelo MORIVA e financiados pelo governo federal através do INCRA. De acordo com Domingos Pereira, vice-presidente do MORIVA e conselheiro do CAGROQUIVAIA¹⁸ (Conselhos das Associações Agroextrativistas Quilombolas Nossas Várzeas e Grupos Afins das Ilhas de Abaetetuba) os projetos de assentamento consistem em uma forma de organização dos ribeirinhos para assegurar e reivindicar por direitos sociais como: a posse da terra, apoio financeiro e crédito para projetos econômicos e melhorias em suas propriedades, projetos de habitação de reforma ou construção de casas, energia elétrica, saneamento básico, entre outros. O cadastro das famílias é feito pelo MORIVA que entrega ao INCRA que é responsável pela liberalização do fomento usado pelos ribeirinhos, principalmente para

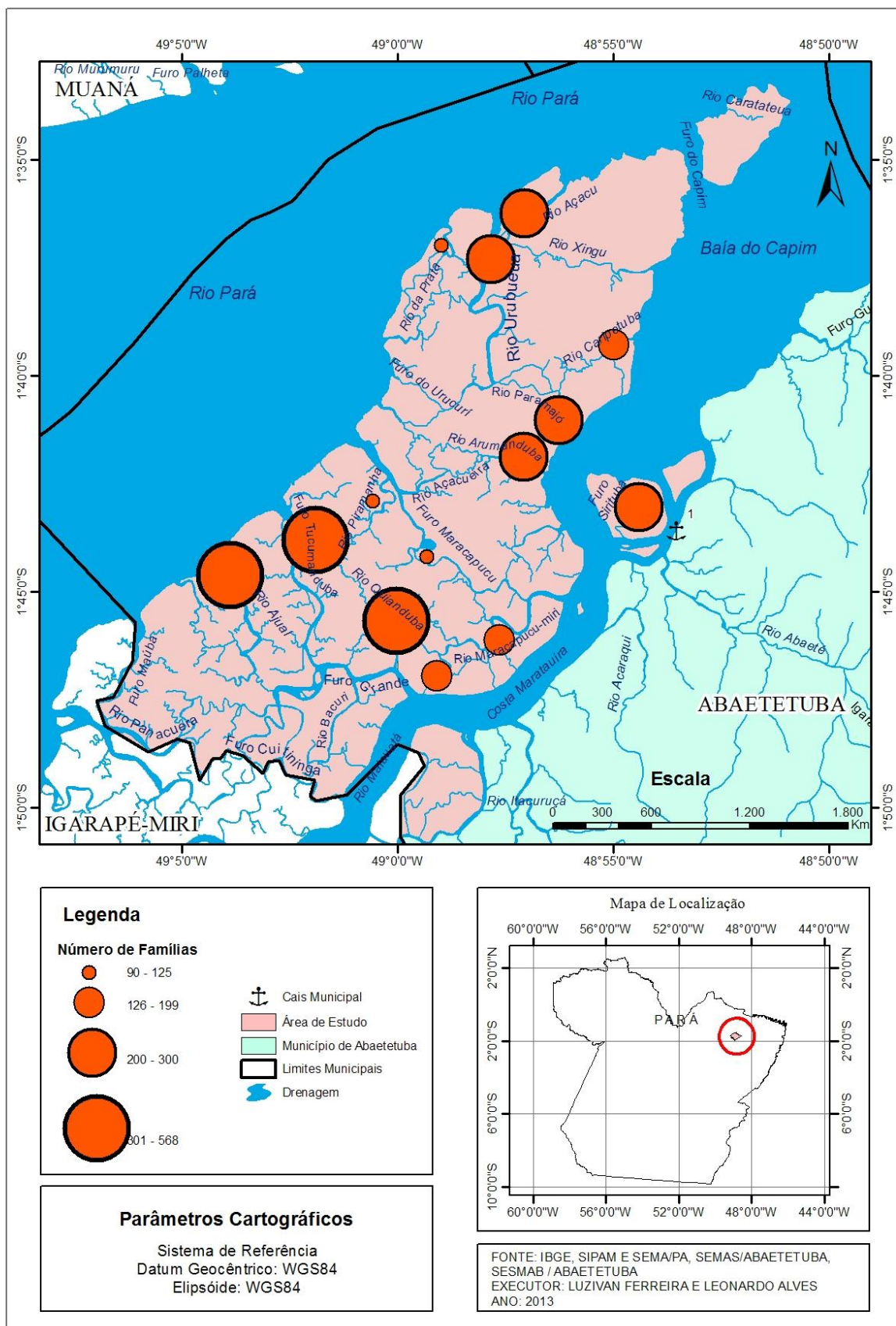
¹⁷ Segundo a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Assistência Social de Abaetetuba, o número de famílias é contado por residência e não por propriedade. Isso significa que cada residência representa uma família, porém em uma propriedade é comum haver mais de uma casa, dessa forma, mais de uma família.

¹⁸ O CAGROQUIVAIA foi criado em 2007 para ser a parte jurídico-legal do MORIVA, já que este era apenas um movimento sem vinculação jurídica. A partir da criação do CAGROQUIVAIA foi possível operacionalizar os projetos de assentamento legalmente haja vista que ele é reconhecido juridicamente.

aquisição de documentos, caixa d'água, bomba d'água, animais, sementes, motores etc. Todas as localidades visitadas pela nossa pesquisa apresentam estes projetos de assentamento.



MAPA 3: Localidades visitadas durante os trabalhos de campo



MAPA 4: Densidade populacional das localidades visitadas

Outras localidades como ilha Sirituba, Rio Caripetuba, Rio Paramajó, e Rio Arumanduba se diferenciam por estarem localizados próximos a sede municipal, por isso tem um relação direta e próxima com a cidade. O Sirituba, por exemplo, é a única localidade visitada que tem energia elétrica da rede de distribuição e não originada de motor como das outras áreas. Os sinais de linha de celular e canais de televisão são mais nítidos, nessas localidades o que evidencia ainda mais essa conexão com a economia e os valores da cidade.

As localidades dos rios Tucumanduba, Rio da Prata, Açacu e Urubuéua estão localizados próximos ao Rio Pará, ou a Baía como chamam os ribeirinhos. Talvez por isso nessas áreas se concentrem a maior quantidade de pescadores já que o acesso ao grande Rio Tocantins, a Baía do Marajó e consequentemente ao oceano Atlântico é facilitado devido a sua localização estratégica.

Já as localidades do Maracapucu, Furo Grande e Maracapucu-Mirim estão localizadas na parte central da região das ilhas, possuem uma quantidade média de população e se destacam principalmente por serem lugares famosos em Abaetetuba, já que muitas pessoas que moram hoje na cidade tem famílias originadas nessas localidades.

A população da região das ilhas de Abaetetuba se caracteriza por ter uma matriz cultural e étnica indígena muito forte já que os índios são a base da constituição do ribeirinho, como discutimos no capítulo II. Mas também nota-se a influencia de brancos, e negros no arcabouço étnico-cultural. Na parte sul da região das ilhas, notamos uma concentração maior de negros especialmente no Rio Ajuai, Rio Quianduba, e Rio Maracapucu. Os brancos estão concentrados mais na parte norte, especialmente nos rios Paramajó, Arumanduba, Campopema, Urubuéua e Açacu. É provável que durante a colonização portuguesa através dos aldeamentos religiosos que se concentraram a norte do município, pela proximidade a população de origem europeia tenha se concentrado nessas áreas do norte, por isso não é incomum ver pessoas loiras e de olhos claros nas localidades supracitadas. A base religiosa é claramente cristão-católica devido a influencia que as missões religiosas organizadas pela Igreja Católica durante a colonização exercem sobre os ribeirinhos em geral (ver capítulo II), entretanto, o crescimento das igrejas cristão-evangélicas é visível. Porém, também é muito clara a influencia das religiões afrodescendentes e indígenas sobre a matriz religiosa e cultural, construindo saberes, tradições e costumes que revelam outra característica da religião dos ribeirinhos da região: o sincretismo religioso.

O sustento econômico da população vem basicamente de suas atividades produtivas, e do dinheiro injetado através dos projetos de assentamento e de programas do Governo Federal como o Bolsa Família. Não obstante, o importante para nossa pesquisa são as

atividades econômico-produtivas dos ribeirinhos, pois como já discutimos anteriormente de acordo com nosso levantamento teórico e histórico, são elas as bases materiais sobre as quais se construiu e se reconstrói o gênero de vida ribeirinho.

Diante de todo o exposto acima, a região das ilhas se constitui em um terreno fértil para nossa investigação a respeito da reprodução do gênero de vida dos ribeirinhos de Abaetetuba frente às transformações em curso na região ligados ao avanço do capitalismo moderno. Para isso, tomamos como elemento base as atividades econômicas ou produtivas dos ribeirinhos, pois entendemos que essas atividades expressam bem o arcabouço técnico-cultural dos ribeirinhos em sua relação como o meio, relação esta que está na base da constituição de seu gênero de vida.

3.2 – AS ATIVIDADES ECONÔMICAS NA CONSTRUÇÃO DA RELAÇÃO COM O AMBIENTE

Como Gonçalves (2005) já nos alertou, os ribeirinhos são produtores polivalentes e os ribeirinhos de Abaetetuba exemplificam muito bem isso. Contudo, entre todas as atividades econômicas desenvolvidas pelos ribeirinhos de Abaetetuba existe uma característica em comum: o rio (rios, furos, igarapés e sua área de influência: leitos, margens várzea) constitui-se em um elemento do meio de fundamental importância para o desenvolvimento dessas atividades. É através da relação de apropriação dos recursos que o rio dispõe que os ribeirinhos aprenderam e desenvolveram historicamente o seu gênero de vida que é responsável por sua sobrevivência econômica e social.

Para a melhor discussão da ideia acima, tomemos para análise principais atividades econômicas dos ribeirinhos das ilhas de Abaetetuba, a saber: olaria, carpintaria naval, pesca e produção agrícola e extrativista ou agro extrativista (açai e miriti).

3.2.1 – Olarias

Não existem dados concretos a respeito da origem da atividade oleira em Abaetetuba, porém é provável que ela advenha do talento que os indígenas tinham no tratamento do barro (argila branca) para a fabricação de utensílios domésticos e outros instrumentos. O fato é que ao longo do século XX, a região das ilhas de Abaetetuba foi tomada por várias olarias artesanais que por intermédio de uma fabricação semimanufaturada eram responsáveis por uma produção que em vezes chegava até a capital Belém.

A produção é até hoje basicamente de tijolos e telhas, os principais produtos, porém na época do auge da produção oleira, vasos, potes, painéis de diversos tamanhos, pratos e aguidá¹⁹ também faziam parte do rol de produtos finais das olarias. Pelos rios de Abaetetuba, diversos tipos de embarcações iam cheias desses produtos em direção ao sempre dinâmico comércio da cidade. Os regatões também levavam grande parte dessa produção para lugares mais distantes como Belém e até mesmo para a região do baixo Amazonas.

O rio, além de via de circulação e distribuição da produção, também representa a fonte de matéria-prima da produção: o barro. Em entrevista concedida em trabalho de campo, Seu Moisés, dono de olaria no Rio Quianduba, nos relatou que a maioria do barro usado nas olarias é retirado da várzea, principalmente das margens dos rios²⁰ e das bocas de igarapés. Dessa forma, os ribeirinhos se aproveitam dos solos aluviais, recém-depositados pelo intenso trabalho das marés e carregados de argila, para a utilização nas olarias.

A técnica e o sistema de produção são simples. O barro é retirado de áreas próximas (ou muitas vezes comprado de ribeirinhos de outras áreas) e levado ao barracão onde funciona a olaria, sempre localizada próximo à casa do dono e, é claro, a beira do rio. Lá o barro é moldado (ou moído como dizem os ribeirinhos) pelas marombas²¹ e prensas²² (figura 8), cortado no tamanho do certo do objeto e colocado para secar (já em no formato do objeto). Depois de um tempo secando (figura 9), o objeto é levado às fornalhas ou fornos onde são “cozidos” (figura 10), saindo de lá já como produto final, sendo vendido geralmente para as estâncias da cidade. A mão de obra utilizada é majoritariamente familiar, ou baseada em laços de vizinhança e amizade, por isso, é muito comum encontrar crianças e adolescentes trabalhando com os pais na atividade oleira. Estes pais, por sua vez, repassavam aos seus filhos as técnicas de produção.

¹⁹ Espécie de prato de barro grande, utilizado pela população local para amassar o fruto do açaizeiro.

²⁰ O barro é geralmente retirado da margem do rio quando este se encontra no seu leito menor.

²¹ Equipamento motorizado, utilizado na fabricação de tijolos e telhas.

²² Instrumento no qual o barro é prensado e moldado, ficando no formato das telhas.



Figura 8: O barro sendo moldado pela maromba (outubro de 2012)



Figura 9: Tijolos secando (outubro de 2012)



Figura 10: Forno de cozimento (outubro de 2012)

Toda a produção oleira foi desenvolvida ao longo do tempo de acordo com as condições sociais e as possibilidades que os recursos da natureza dispõem. Por isso, o gênero de vida é primordial. A relação com a natureza no processo de desenvolvimento dessa atividade permitiu a constituição de um gênero de vida embasado em conhecimentos técnicos e culturais que possibilitam aos ribeirinhos saber detalhes da produção de um bom tijolo e telha adequados às condições naturais e sociais da região. Tratar-se-á dessa discussão no próximo tópico.

Para os ribeirinhos, produzir objetos de barro nas olarias não é apenas um trabalho, faz parte de sua vida cotidiana e familiar. Por isso a família é importante. Os pais ensinam os filhos as técnicas de como sentir o barro com os dedos para saber a consistência e textura para assim saber qual é o mais adequado para fazer tijolo ou para fazer telha. O tempo certo de secagem do barro de acordo com a época do ano e a umidade do ar é outro fator importante. Eles dizem que na época das chuvas, o objeto precisa ficar secando até uma semana mais do que na época menos chuvosa. Todas essas técnicas revelam uma cultura peculiar de relacionamento com a natureza que, constituindo dessa forma o gênero de vida.

Atualmente, as olarias passam por um processo de crise e reestruturação em sua produção e muitos acreditam que elas estão fadadas ao desaparecimento. As causas e as consequências dessa crise serão mais bem discutidas mais adiante. Hoje, as olarias restantes estão em número bastante reduzido em comparação às décadas de 60, 70 e 80 do século XX, sendo que elas se encontram espalhadas por todas as ilhas, mas também concentram-se em algumas áreas com nos rios Quianduba e Ajuai, por exemplo (vide mapa 5). No rio Quianduba, conhecido também como o rio das olarias, temos uma produção marcante de telhas (figura 11), já no Ajuai, a principal produto são os tijolos (figura 12).



Figura 11: Olaria que fabrica telhas, Rio Quianduba (outubro de 2012)



Figura 12: Olaria que fabrica tijolos, Rio Ajuai (outubro de 2012)

3.2.2 – Carpintaria Naval

A carpintaria naval é uma das atividades mais tradicionais e conhecidas de Abaetetuba e seu desenvolvimento está diretamente ligado às condições históricas e geográficas dos ribeirinhos da região das ilhas em seu relacionamento com o rio. O fato de ser a rio a principal via de locomoção e reprodução socioespacial e as embarcações serem o elemento mais concreto dessa relação, sempre garantiu aos carpinteiros navais a uma demanda para sua produção. O conhecimento das condições físicas dos rios e do regime de marés na região propiciou aos carpinteiros navais a construção de embarcações adequadas a essas condições, tendo um desempenho maior do que se fossem produzidas em outras áreas.

Antigamente, também, a vegetação primária da região apresentava espécie de árvores que podiam ser facilmente apropriadas como matéria-prima de qualidade para as construções (atualmente essa vegetação primária é praticamente inexistente, sendo que a maioria da matéria-prima hoje é comprada de outras regiões da Amazônia). Estes, entre outros fatores, levaram Sena (2007) a afirmar que a carpintaria naval “é um dos aspectos mais eloquentes do gênero de vida do ribeirinho de Abaetetuba” (p. 37).

A produção é praticamente artesanal. Existe o mestre carpinteiro que conhece as técnicas de fabricação dos barcos e seus assistentes ou aprendizes que auxiliam na produção e aprendem o ofício. Os instrumentos usados na fabricação são os instrumentos normais de carpintaria (martelo, serrote, compasso, plaina, lixadeira, etc). Recentemente, a chegada de instrumentos elétricos como desengrosso e serra de fita têm facilitado no trabalho manual,

contribuindo para o aumento da produtividade. A produção varia, desde pequenas canoas de remo, passando pelas rabetas, rabudos, reboques, lanchas até os grandes barcos geleiros.

Os famosos “estaleiros” (figura 13) são os elementos físicos da paisagem que representam a atividade da carpintaria naval. Atualmente, apesar da maioria dos mestres carpinteiros serem oriundos da região das ilhas, os maiores e mais importantes estaleiros estão localizados na sede municipal, principalmente na orla. Entretanto, existem nas ilhas vários pequenos estaleiros (aonde chegam a trabalhar às vezes apenas uma ou duas pessoas), a maioria deles situados nas ilhas próximas a sede municipal como no Sirituba e no Campopema, além de existirem importantes estaleiros no Rio Maracapucu e no rio Urubuêua (vide mapa 5).



Figura 13: Estaleiro no rio Maracapucu (outubro de 2012)

A capacidade técnica dos carpinteiros navais ribeirinhos é algo que impressiona qualquer engenheiro naval. Sem conhecimentos científicos elaborados e com poucos instrumentos tecnológicos, eles conseguem construir embarcações especialmente adaptadas aos principais objetivos dos ribeirinhos que moram na região, sejam eles navegar rapidamente, carregar materiais pesados ou pessoas. Essas técnicas evoluíram ao longo do tempo formando um arcabouço cultural que se reproduz através da transmissão oral dos conhecimentos aos seus filhos e/ou aprendizes, como é característico dos gêneros de vida.

Atualmente, os estaleiros foram obrigados a se adaptar ao processo de modernização econômica imposta sobre a região e, através desse contato com novas lógicas produtivas, o gênero de vida teve que se adaptar e evoluir, como discutiremos no próximo capítulo.

3.2.3 – Pesca

Com certeza a pesca é atividade mais comum e característica das populações ribeirinhas, e em Abaetetuba isso não é diferente. A pesca talvez seja também a atividade em que a relação com o rio no processo de construção do gênero de vida seja mais nítida. É no e por meio do rio que o pescador ribeirinho adquire o produto que é o principal responsável pela sua subsistência: o pescado. Para isso, não basta apenas morar a beira do rio, mas é preciso conhecê-lo e saber apropriá-lo, isto é, é preciso um conjunto técnico-cultural que constitui o gênero de vida.

As técnicas de pesca evoluíram ao longo do tempo, de acordo com as condições históricas dos ribeirinhos e as suas necessidades, desde a simples pesca com o arpão, passando pela pesca com anzol, redes e os barcos geleiros. Atualmente, a maioria dos pescadores ribeirinhos das ilhas trabalha com os barcos geleiros e com redes de pescar (figura 14 e 15). Essas redes têm um número de malha que varia em torno de 0,70²³. Geralmente cada família de pescadores ribeirinhos possui de um a cinco barcos pesqueiros e as suas redes quando não são produzidas por eles próprios são compradas de pessoas que se especializaram na fabricação delas.

Anteriormente, os pescadores costumavam pescar nos rios da região das ilhas, hoje, porém, com as dificuldades em capturar os peixes, é cada vez mais comum os ribeirinho saírem para pescar no rio Pará e na Baía do Marajó (para o norte como falam os ribeirinhos) e às vezes até no oceano, dependendo das condições do pescador.

A maior parte dos pescadores comerciais, ou seja, aqueles que vão buscar peixes em áreas distantes e vendem para o mercado da cidade encontram-se localizados na parte norte da região das ilhas (vide mapa 5). Existem também muitos pescadores na parte sul, mas nessa área predominam aqueles que pescam nas proximidades de suas casas e para o consumo próprio.

²³ O número da malha da rede varia proporcionalmente de acordo com a largura da malha, assim quanto menor o número da malha mais fina é a malha da rede, ou seja, os nós da rede são muito mais próximos uns dos outros.



Figura 14: Barco pesqueiro no rio Paramajó (fevereiro de 2013)



Figura 15: Uso de rede de pesca no rio Ajuai (outubro de 2012)

Os pescadores ribeirinhos das ilhas de Abaetetuba também trabalham muito com a pesca do camarão. Essa pesca é realizada com o matapí (figura 16), instrumento artesanal, fabricado com as fibras do jupati²⁴. Geralmente são os próprios pescadores produzem seus matapís, mas já há pessoas que se especializaram na produção e comercialização destes instrumentos. O camarão é usualmente pescado nos rios das proximidades e nos igarapés. A produção final do pescado (peixes e camarão) quando não é totalmente revestida para o consumo das próprias famílias é trazida a sede municipal para ser comercializada.

²⁴ Espécie de palmeira da região que possui fibras bastante resistentes.

Abaetetuba possui uma das maiores e mais antigas colônias de pescadores da região: a Colônia Z-14 fundada em 23 de abril de 1923, com atualmente um número aproximado de sócios de 3.200.



Figura 16: Matapis, objetos usados na pesca de camarão (fevereiro de 2013)

3.2.4 – Produção agroextrativista

Se forem tomados os dados oficiais brutos da produção econômica da região das ilhas de Abaetetuba, chegar-se-á a conclusão de que a principal atividade econômica dessa região é a agricultura. Não obstante, uma análise mais aprofundada dessa questão mostra que ela não é tão simples assim.

O que observamos em nossa pesquisa é que a base dessa produção na região das ilhas é o açaí. O açazeiro²⁵ (*Euterpe oleracea*) árvore típica da várzea está presente em grandes quantidades em todas as ilhas do município e se constitui na base da produção econômica da maioria esmagadora das famílias de ribeirinhos de Abaetetuba. Entretanto, talvez seja meio reducionista caracterizar essa produção como agrícola ou extrativa simplesmente.

O açazeiro, assim como o miritizeiro, (outra palmeira típica da região) é uma árvore que sempre fez parte do ecossistema de várzea da região. Antigamente, a apropriação por parte da população era feita pelo extrativismo simples. Com o passar dos anos, o açaí foi

²⁵ O açazeiro (*Euterpe oleracea*) é uma palmeira que produz um fruto bacáceo de coloração preto arroxeado, o açaí. O açazeiro é semelhante à palmeira-juçara (*Euterpe edulis*) típica da Mata Atlântica diferenciando-se porque cada palmeira-juçara tem somente um caule e os açazeiros crescem em touceiras de 4 à 8 trancos.

crecendo em importância para a economia, não somente para os ribeirinhos, mas para todo o município. Hoje, o açaí é o produto do setor primário da economia que mais gera divisas ao município e também é principal produto de exportação (tabela 4). Para os ribeirinhos das ilhas, que são os principais produtores, o açaí passou de um simples alimento e complemento de renda para o principal produto gerador de renda.

TABELA 4 – Produção extrativa e silvícola do município de Abaetetuba em 2011

| Descrição | Produção (ton) | Valor (R\$) |
|--|-----------------------|--------------------|
| Açaí (fruto) | 750 | 1.170.000,00 |
| Palmito | 32 | 48.000,00 |
| Fibra de Miriti | 10 | 11.000,00 |
| Castanha-do-Pará | 15 | 29.000,00 |
| Madeira – lenha | 27.500 m ³ | 261.000,00 |
| Madeira – toras | 240 m ³ | 46.000,00 |
| Aromáticos, medicinais, tóxicos e corantes. | 90 | 252.000,00 |

Elaboração: Luzivan Ferreira

Fonte: IBGE, 2012

No intuito de atender a essa demanda crescente e em virtude da decadência de outras atividades econômicas (que serão discutidas mais adiante) os ribeirinhos se viram na necessidade de reformular a produção do açaí. Nesse sentido, a produção que era baseada no extrativismo simples passou a ser manejada de forma diferente: o açaí passou a ser cultivado pelos ribeirinhos. As pequenas mudas são tiradas de árvores maiores e são plantadas na várzea, geralmente bem próximos às margens dos rios. Os ribeirinhos também contam com o auxílio dos ventos e dos pássaros que derrubam caroços de açaí nos solos da várzea, renascendo naturalmente. Isso talvez não seja caracterizado como agricultura propriamente dita porque não a um sistema agrícola bem definido, como por exemplo, uma retirada total da mata e o plantio das árvores, mas há sim um manejo das árvores de acordo com os saberes técnico-culturais do gênero de vida e com os recursos que o ecossistema da várzea dispõe (figura 17 e 18).

Outro elemento importante que demonstra essa relação próxima entre o gênero de vida e o desenvolvimento da atividade está no fato de que a produção do açaí não é algo imposto ou externo. Produzir e consumir açaí faz parte do gênero de vida ribeirinho muito antes da valorização atual do fruto, é algo ontológico ao seu cotidiano. Portanto, ao longo de tanto anos, eles construíram um conhecimento técnico sobre o ecossistema onde o açazeiro se desenvolve e sabem da importância do rio que é o elemento que retroalimenta continuamente

as árvores dando os nutrientes necessários à várzea sustentar os açazeiros. Eles conhecem que tipo de árvore é mais frutífera, sabem diferenciar o fruto que fornece uma polpa mais densa e succulenta, daquele que oferece uma mais clara e solúvel (que eles chamam de açáí paral). Dessa forma, eles apenas adequaram algo que já fazia parte do seu gênero de vida a nova demanda do mercado pelo fruto, como veremos no próximo capítulo.

Ao observar o mapa 5, observa-se que, além da produção de açáí ser a que mais se encontra distribuída pelas ilhas, também nota-se que as áreas de concentração da produção do açáí acompanham o caminho dos rios, o que comprova o argumento exposto acima.

Por ser uma produção de baixo custo e de certa rentabilidade, praticamente todas as famílias ribeirinhas possuem uma renda associada de alguma forma ao açáí, inclusive (e principalmente) aquelas que desenvolvem outras atividades já vistas aqui. Este fato é comprovado quando se observa a orla da cidade no início do dia, dezenas de embarcações chegam trazendo várias rasas²⁶ (figura 19) de açáí para vender na cidade a preços que variam em torno de R\$13,00 na época da safra indo até R\$140,00 na época da entressafra por rasa. Porém, praticamente 80% da produção é vendida para fora da cidade principalmente para a capital Belém, por onde é exportado para o mundo, chegando ao Estados Unidos, Europa e Ásia.



Figura 17: Ribeirinho manejando o açazeiro (outubro de 2012)

²⁶ Espécie de paneiro feito a base de fibra de miriti utilizado como unidade de comercialização do açáí. Cada rasa equivale em média a 10kg do fruto do açáí.



Figura 18: Colheita do açáí (outubro de 2012)



Figura 19: Ribeirinho levando as rasas de açáí (outubro de 2012)

O fruto do miritizeiro (*Mauritia flexuosa*), conhecido na região como miriti, também representa um importante produto do município, não somente o fruto como toda a árvore (figura 20). Antigamente, a fibra do miriti era matéria-prima para a fabricação de vários instrumentos dos ribeirinhos como brinquedos, móveis, paneiros, utensílios domésticos em geral. Este trabalho ao longo do tempo passou a incorporar a cultura dos ribeirinhos e da cidade de Abaetetuba que ficou conhecida nacionalmente pelo artesanato do miriti, sendo até hoje uma importante fonte de renda dos ribeirinhos artesãos. O suco do fruto do miritizeiro também é apreciado como um importante elemento na mesa dos ribeirinhos e da população

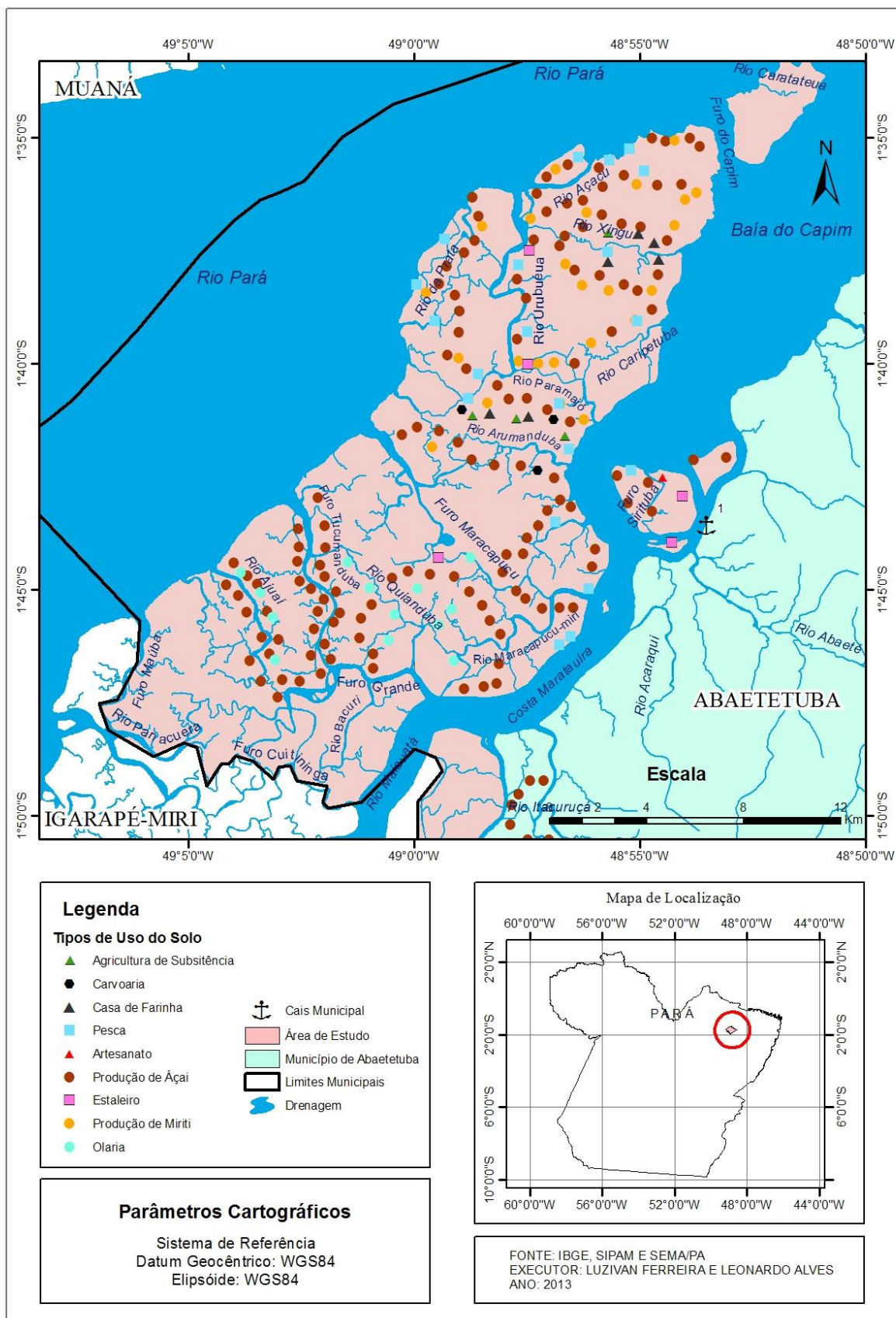
em geral. Contudo, com a chegada dos objetos artificiais, como os descartáveis, e com o crescimento do açaí, o miriti foi perdendo importância, tanto que até hoje sua produção ainda é baseado no extrativismo simples.



Figura 20: A imponência do miritizeiro (outubro de 2012)

Outros produtos agrícolas, não necessariamente cultivados na várzea, também se destacam. A cana de açúcar, por exemplo, já foi a base de sustentação da principal atividade econômica dos ribeirinhos no século XX, os engenhos. Com a queda dos engenhos, a cana de açúcar perdeu importância também, o que de certa forma foi bom para os trabalhadores rurais ribeirinhos atrelados aos engenhos de aguardente, que tiveram a liberdade de investir em novas atividades, já que na época de auge dos engenhos, os trabalhadores estavam presos à produção de cana e a um sistema de crédito como dono do engenho muito parecido com o sistema de aviamento.

A produção de farinha, atrelada ao cultivo de mandioca também se destaca, porém como a mandioca se desenvolve melhor em solos de terra-firme e estes são mais raros na região das ilhas de Abaetetuba, a produção de farinha é mais localizada nas poucas áreas de terra-firme (mapa 5). O cacau e o cupuaçu são outros produtos que merecem destaque.



Mapa 5: Espacialização das principais atividades econômicas das ilhas de Abaetetuba

Sendo assim, observa-se a importância dos recursos naturais, especialmente os relacionados ao rio para o desenvolvimento das principais atividades econômicas ou produtivas dos ribeirinhos da região das ilhas de Abaetetuba, que constituem a base de sua subsistência e de seu gênero de vida. Isso se deve ao fato de que é por intermédio do rio e de sua área de influência que os ribeirinhos extraem os recursos essenciais para a realização dessas atividades. Além disso, o rio é principal via de circulação e escoamento de todas as etapas da produção. Não obstante, a intenção aqui não é fazer uma análise baseada no determinismo ou possibilismo ambiental da questão aos moldes da geografia clássica. A intenção é comprovar que o ribeirinho de Abaetetuba, como sujeito social e histórico que é, se reproduz espacialmente a partir de uma relação íntima de apropriação dos recursos do ambiente (o rio aqui se constitui como principal elemento da natureza com o qual os ribeirinhos se relacionam) e suas atividades econômicas são exemplos claros e materiais dessa relação de apropriação.

As atividades econômicas são, então, um ponto de partida importante para se entender a reprodução espacial dos ribeirinhos. Porém, existe nessas atividades econômicas um elemento histórico fundamental que fez com que essas atividades sejam a base da constituição do seu gênero de vida por vários anos: essas atividades, além de econômicas, são também técnico-culturais. Essa discussão será mais bem esmiuçada a seguir.

3.3 – AS ATIVIDADES ECONÔMICAS NA CONSTITUIÇÃO DO GÊNERO DE VIDA RIBEIRINHO

Gonçalves (2005) ressaltou que as atividades econômicas dos ribeirinhos são baseadas na visão que eles têm sobre a natureza, na qual os elementos que compõem os ecossistemas estão interligados. No mesmo raciocínio, Rieper (2007) fala que as atividades econômicas desenvolvidas pelos ribeirinhos do baixo São Francisco constituem a base material das formas de relação dos ribeirinhos com a natureza. Estas são ideias que, segundo esta pesquisa, ajudam a entender as atividades econômicas dos ribeirinhos de Abaetetuba no desenvolvimento do seu gênero de vida e a consequente reprodução espacial.

Nesse sentido, observa-se que a forma com que os ribeirinhos de Abaetetuba realizam suas atividades econômicas trabalhadas anteriormente revela que estas atividades não são apenas formas de garantir sua subsistência, mas são também expressões materiais do gênero de vida ribeirinho, em seu caráter mais vinculado a cultura de relação com a natureza. Ou seja, essas atividades econômicas revelam um aparato técnico-cultural construído e

reconstruído historicamente por essas populações e é por intermédio dessas atividades econômicas que esse gênero de vida é reproduzido através do tempo, mas é também reformulado de acordo com as necessidades históricas.

Para o melhor entendimento dessa ideia, tornemos as atividades econômicas dos ribeirinhos de Abaetetuba para observar dessa vez seu caráter técnico-cultural. A atividade oleira, por exemplo, sempre dependeu dos recursos oferecidos pela natureza para se desenvolver, como já foi dito. Porém, se este fosse o limite da análise, a ideia recairia em um determinismo ambiental, o qual, já foi dito, não é a intenção. Todavia, existe o elemento cultural por traz dessa relação de apropriação que dá a essa atividade econômica um caráter histórico e social. Esse elemento cultural é representado basicamente por duas coisas: pela visão que o ribeirinho oleiro tem dos recursos do rio, do solo, da várzea e das formas de se apropriar desse recurso. As entrevistas de campo mostram que os ribeirinhos sabem qual é o melhor momento da maré para se retirar o barro, qual é o melhor lugar para a retirada dele, qual o melhor barro para a fabricação de tijolos e telhas de melhor qualidade, quanto tempo o tijolo ou a telha deve ficar secando antes de ir ao forno de acordo com a umidade do ar e com a época do ano. Todos esses saberes não foram adquiridos através de um curso superior de Hidrologia, Pedologia, Geologia ou Climatologia, mas foram construídos historicamente por intermédio dessa atividade econômica e da visão que eles têm de natureza, e fazem parte de seu gênero de vida.

Esses conhecimentos são adquiridos através da vivência cotidiana, do toque, do usar, fazer dos ribeirinhos que diariamente, reproduzem essas técnicas no processo produtivo. Por isso, conhecer a dinâmica do ambiente é fundamental.

A carpintaria naval é outro exemplo material do gênero de vida colocado em prática na relação com a natureza. É o conhecimento dos rios da região, das dinâmicas das marés, das condições físicas de navegabilidade, das espécies da vegetação que proporciona ao ribeirinho carpinteiro a possibilidade de potencializar o desempenho de suas embarcações, sem nunca ter feito curso de engenharia civil e até mesmo, como frequentemente acontece, sem nem mesmo ter terminado o ensino fundamental. Além disso, a convivência cotidiana com o rio faz com que o carpinteiro naval se beneficie de seu próprio trabalho, já que ele também precisa dos barcos, caracterizando, então, sua atividade produtiva como mais do que uma simples atividade para gerar renda, mas uma atividade que está ligada à reprodução do seu cotidiano e de seu gênero de vida.

Na pesca, o gênero de vida criado a partir da relação dos pescadores ribeirinhos com a natureza talvez seja mais nítido. Os pescadores ribeirinhos vão aprendendo com os pais o

conhecimento dos rios e igarapés aonde os peixes se concentram, o ciclo dos peixes de acordo com a dinâmica das marés, quais as melhores iscas, a arte de fabricar matapis com a matéria-prima que a própria natureza dispõe. Entretanto, esse conhecimento transmitido pelos pais não é estanque, inerte, ele é sempre reformulado pela prática cotidiana. Essa ideia é explícita na entrevista dada pelo senhor Claudomiro Pereira, pescador e morador do Rio Sirituba, quando questionado por nós sobre como ele aprendeu a pescar. Ele respondeu: “Olha, nosso pai ensina, mas tu aprende mesmo é com a prática, é indo pescar, é indo para baía. É assim que a gente aprende”.

A produção do miriti e do açaí é também uma expressão concreta do gênero de vida dos ribeirinhos. Quando o “miritizeiro” era a matéria-prima base de grande parte dos instrumentos dos ribeirinhos, existia (e ainda existe) todo um conhecimento das características naturais da árvore que baseava a apropriação. O sistema extrativista do miriti era baseado em alguns costumes: para a utilização da fibra do miriti só se costuma derrubar os chamados “miritizeiros machos” que são aqueles que não dão frutos, sendo que aqueles que dão são preservados para o aproveitamento do fruto. Os que dão frutos só costumam ser derrubados para aproveitar suas fibras, quando são derrubados pela força da maré ou port algum raio. Com esse entendimento, os ribeirinhos aproveitavam quase tudo do miritizeiro, desde suas folhas utilizadas como palha, até o suco de seu fruto, conhecido como vinho de miriti.

O manejo do açaí praticado pelos ribeirinhos, como já foi dito não se constitui em uma agricultura aos moldes de um sistema fordista. Pelo contrário, o cultivo do açaí é baseado no conhecimento que os ribeirinhos têm o ecossistema da várzea. Entre as técnicas do seu gênero de vida, destacamos o fato de que eles costumam cortar os açazeiros mais altos para não atrapalhar no desenvolvimento dos outros e sempre procuram mesclar os açazeiros com outras árvores que lhes dão suporte físico como a andiroba, a ucuuba e o piquiá. A várzea é limpada regularmente para que as mudas possam nascer dentro de um sistema de cultivo sombreado. Além disso, eles conhecem os lugares aonde o açaí pode se desenvolver melhor e dar um fruto de melhor qualidade. A fala do senhor Bertino, trabalhador rural do rio Urubuéua, exemplifica essa ideia: “O pessoal às vezes quer plantar açaí na terra firme. Não dá! Mesmo que nasça não vai ser um açaí do bom. Na terra firme, eu planto mandioca, é melhor”.

Dessa forma, observa-se que as atividades econômicas dos ribeirinhos revelam todo um saber técnico-cultural, construído e reconstruído através da relação do ribeirinho com a natureza. Essa cultura é, como já afirmou Milton Santos (2006; 2007), uma cultura que nasce do cotidiano e nutre a sua reprodução socioespacial. Ora, se a partir da leitura e análise de

autores como Heder, La Blache, Sorre e Moreira tecidas no primeiro capítulo, identificamos que os elementos constituintes do gênero de vida são a técnica e a cultura aplicadas na apropriação dos recursos da natureza para garantir a produção dos elementos básicos a sua existência, podemos dizer que as atividades econômicas dos ribeirinhos revelam o seu gênero de vida. Logo, as atividades econômicas constituem a base através da qual o gênero de vida ribeirinho se materializa, em um processo de construção e reconstrução histórica.

Esse gênero de vida está diretamente relacionado com o desenvolvimento das atividades econômicas dos ribeirinhos, pois ele foi desenvolvido por e a partir dessas atividades e sua reprodução se dá por intermédio delas, num jogo dialético de interação mútua. Ou seja, se por um lado o gênero de vida rege o desenvolvimento das atividades econômicas, essas atividades dão o suporte material para reprodução do gênero de vida ao longo do tempo e do espaço. O gênero de vida se expressa materialmente também por intermédio das atividades econômicas, isto é, as atividades econômicas são as bases materiais pelas quais se constitui o gênero de vida ribeirinho.

Por outro lado, as atividades econômicas dos ribeirinhos não se constituem como atividades externas a sua vivência diária. Elas fazem parte do seu cotidiano, de sua reprodução social e espacial. O próprio espaço de moradia dos ribeirinhos é mesmo espaço para o seu trabalho. Assim, eles produzem seu espaço a partir de sua relação com a natureza que se dá principalmente por intermédio de suas atividades econômicas, ou seja, de seu gênero de vida. O espaço ribeirinho das ilhas de Abaetetuba é então o lugar de sua reprodução cotidiana, que envolve o econômico, o técnico e cultural.

Todavia, as transformações socioespaciais ocorridas na região de Abaetetuba a partir da segunda metade do século XX têm trazidos graves consequências para as atividades econômicas dos ribeirinhos e conseqüentemente para o seu gênero de vida, o que tem reestruturado, assim, suas formas de produção espacial. Desenvolveremos melhor essa discussão no próximo capítulo.

CAPÍTULO IV – AS (RE)CONFIGURAÇÕES DO GÊNERO DE VIDA RIBEIRINHO EM ABAETETUBA

Neste capítulo, analisamos as mudanças na reprodução espacial dos ribeirinhos de Abaetetuba a partir de transformações ocorridas no seu gênero de vida, após a fase de integração da região ao mercado nacional e internacional aos moldes do capitalismo global, que teve início a partir da década 1980, e que tem como principal manifestação material a implantação dos grandes projetos e das rodovias de integração. A intenção é compreender as relações entre o gênero de vida ribeirinho e a nova lógica econômica capitalista hegemônica que se espacializa nos lugares, buscando incessantemente se apropriar do espaço e/ou excluir as populações nativas dos benefícios gerados, reforçando mais ao espaço ribeirinho, produto de seu gênero de vida, a condição de lugar fonte de reprodução e resistência.

Para isso, apresentamos um sintético panorama das principais transformações em curso nos últimos 30 anos, na região da qual o município de Abaetetuba está inserido, mostrando posteriormente as consequências dessas transformações para os ribeirinhos especialmente no que toca as suas atividades econômicas que, como já discutimos, são as principais bases de constituição e reprodução do seu gênero de vida. Por último, traçamos a discussão de como o gênero de vida ribeirinho vem se adaptando a essa nova dinâmica espacial imposta pela modernidade capitalista e de que forma isso se materializa no espaço geográfico.

4.1 – PANORAMA DAS TRANSFORMAÇÕES EM CURSO NA REGIÃO

As transformações ocorridas na Amazônia a partir da segunda metade do século XX foram representadas pelo governo militar através do slogan “integrar para não integrar”, mas isso acabou se tornando em uma faca de dois gumes. De fato, para a concretização dos planos do governo brasileiro da época, a região amazônica precisava ser integrada muito mais do que ao mercado internacional, a Amazônia precisava ser integrada a dinâmica socioeconômica do país, pois antes disso, o que se percebe é uma região desconectada do restante do Brasil. Contraditoriamente, as políticas adotadas desde o governo militar até hoje foram responsáveis pela entrega total da região amazônica aos interesses econômicos do capital privado nacional e internacional que potencializaram a exploração dos recursos da região em grande escala nos sentidos econômicos, cultural, político e ambiental.

Os motivos para essa integração já estavam delimitados há muito tempo, porém foi somente a partir da década de 1960, com chegada dos militares ao poder que esses motivos se encorpam. De acordo com Loureiro (1992) os motivos foram, resumidamente: aproveitar o potencial natural da Amazônia; abrir mais mercados consumidores para a crescente indústria do Centro-Sul; expandir os mercados de trabalho, no intuito de conseguir mão de obra barata para trabalhar nos projetos de infraestrutura; a demanda por terras, tanto por parte de empresários investidores em busca de terras para o arrendamento, especulação e capitalização, quanto por parte de trabalhadores rurais que faziam pressão em áreas de conflito de terra; e motivos de “segurança nacional”, visto que a Amazônia estava se tornando um lócus para o desenvolvimento de movimentos ditos “ilegais” (guerrilha camponesa, narcotráfico), movimentos de caráter socialista, e possíveis planos de invasão da região por países estrangeiros.

A construção de uma infraestrutura era o mínimo necessário para a concretização do projeto, especialmente no que se refere a vias de transporte e circulação. Nesse sentido, contrariando a vocação natural da região de usar os rios para esses fins, o governo iniciou a construção de megarodovias que interligavam a Amazônia ao Centro-Sul do país. Belém-Brasília (BR-010), Transamazônica (BR-230), Cuiabá-Santarem (BR-163) são alguns exemplos mais famosos. Mas além destas, uma série de rodovias menores dentro dos estados surgiram para ligar microrregiões, facilitar o escoamento da produção e levar até os lugares mais afastados os produtos industrializados vindos de várias partes do Brasil e do mundo.

Os exemplos mais próximos à Abaetetuba dessas estradas foram: a finalização da PA-151, na década de 1980, que liga a região do Baixo Tocantins ao Terminal Hidroviário do Arapari, no município de Barcarena, onde as embarcações e balsas fazem a conexão com Belém; a integração da PA-151 com a Rodovia Dr. João Miranda que dá acesso ao município de Abaetetuba; a conexão de toda a malha rodoviária que dá suporte ao complexo Albrás-Alunorte a rodovia Dr. João Miranda; e mais recentemente a implantação, em 2002, do Projeto Alça Viária que ligou todo o conjunto rodoviário ao redor do município diretamente a BR-316, BR-010 e com o sudeste do Pará, através de uma extensa rede de estradas e pontes que se sobrepujaram aos rios.

Associando-se a essa malha rodoviária vieram os avanços nos meios de transporte e comunicação, característicos do capitalismo moderno. Novos meios de mídia, sinais de televisão, rádio, internet e telefonia fixa e móvel. Através e com estes, chegaram os produtos e ideias do sistema econômico atual, baseadas em um consumismo voraz, facilidade de crédito,

capitalização das relações sociais desde as relações pessoais até as trabalhistas, e propagação da imagem e da informação como mercadorias modernas de alto valor lucrativo.

A economia de Abaetetuba era baseada principalmente nas atividades dos ribeirinhos, em uma indústria incipiente, e no comércio da cidade. As novas estradas representavam para a economia de Abaetetuba a entrada de produtos industrializados de outras regiões. De acordo com Machado (2008) a entrada desses produtos liquidou a pequena indústria urbana, quase artesanal que existia em Abaetetuba e que era responsável pela produção de sapatos, bolsas, roupas, sabões, velas e bebidas em geral, pois a fraca economia local não aguentou essa reordenação. Além disso, as políticas econômicas governamentais favoreciam o grande capital nacional e internacional, sendo consideradas pelo autor como autoritárias e concentradoras de renda e de terra, que negligenciavam ou excluíaam a vida cultural local e o interesse das classes mais pobres, principalmente as rurais, como os ribeirinhos. Isso ocorre em parte porque a expansão e o desenvolvimento desigual do capitalismo moderno, em geral, tendem a dominar as formas de organização econômica anteriores a eles, acabando por apropriá-las ou substituí-las.

A partir da construção das rodovias na Amazônia iniciaram os incentivos fiscais a projetos agropecuários e de exploração mineral financiados pelo governo federal. A “tríplice aliança” entre capital nacional, Estado e capital estrangeiro foi responsável pela formulação da base financeira para a implantação das mudanças que o governo almejava, baseadas em um novo modelo de ocupação, sendo as estradas o vetor principal desse modelo (BECKER, 1991; GONÇALVES, 2005).

Desde então, o padrão de organização espacial predominante na região, caracterizado por Gonçalves (2005) como rio-várzea-floresta foi sendo suplantado por um novo padrão de organização espacial, denominado pelo mesmo autor de estrada-terra firme-subsolo. Nesse padrão, não era mais o rio o principal elemento de acessibilidade, transporte, circulação e sociabilidade, mas sim as estradas. Muito embora a estrada esteja aberta a todos, “nem todos dispõe das mesmas condições sociais econômicas e políticas para tirar proveito dessa acessibilidade” (GONÇALVES, 2005, p. 104), por isso grande parte da população não pode usufruir plenamente de seus benefícios, especialmente aquelas que tinham uma relação mais próxima com os rios. São duas formas de produção do espaço diferenciadas porque são duas formas diferenciadas de apropriação da natureza. O autor ainda argumenta que essa mudança se deve em grande parte pela troca da hegemonia do capital comercial para o capital financeiro e industrial na região. Para este novo capital, o que importa é se apropriar da natureza como fonte de lucro, como matéria-prima, como mercadoria. Isso gera

consequências graves para os ribeirinhos, pois se “antes o capital comercial convivía com o caboclo ribeirinho (...) agora o capital financeiro e industrial irá disputar seus recursos naturais” (GONÇALVES, 2005, p. 116).

Os estudos de Furtado (1997) apontam que o atual modelo de desenvolvimento econômico implantado na Amazônia tem contribuído para um acelerado processo de mudança socioambiental, por ser baseado em critérios estranhos à realidade local, e por isso não contempla as populações nativas. Para o autor, esse modelo tem ameaçado a reprodução das populações locais e que, de alguma forma, ainda resistem em seus lugares de origem, confrontado sem nenhum apoio do Estado, as queimadas e desmatamento, a pressão pelos recursos naturais das grandes fazendas e empresas e a crescente escassez do pescado. Toda essa dinâmica marca profundas transformações na reprodução e no modo de vida dos caboclos.

Para Abaetetuba e região das ilhas, esses efeitos não vieram apenas da construção das estradas já citadas, mas também da implantação do projeto minero-metalúrgico Albrás-Alunorte e todo arcabouço técnico, econômico e geográfico que o acompanhou.

O contexto da implantação do projeto Albrás-Alunorte no município de Barcarena, limítrofe a Abaetetuba (vide mapa 1), na década de 1980, também tem importância fundamental para o entendimento das transformações pelas quais o município passa, pois ele está sobre influência direta do projeto. Albrás-Alunorte constitui em grande projeto de exploração mineral e uma grande façanha nipônica que implantou a 20.000 km de distância a maior fábrica japonesa de alumínio fora do continente asiático, capaz de abastecer grande parte das necessidades japonesas de alumínio.

Nesse sentido, o projeto Albrás-Alunorte se constitui como um elemento representativo da integração da Amazônia ao capital nacional e internacional. Apesar do grande investimento do governo brasileiro na implantação do projeto (em infraestrutura, em ações financiadoras, em reduções de impostos) as consequências drásticas desse projeto para região do Baixo Tocantins como um todo (mas principalmente para Abaetetuba e Barcarena) não foram sequer minimizadas.

De fato, autores como Guimarães (2005) já nos alertavam sobre os principais efeitos dos projetos de exploração econômica como o Albrás-Alunorte sobre a região amazônica, o que também se aplica para Abaetetuba. A estrutura produtiva regional sofreu grandes alterações, pois aumentou a importância de setores como a indústria de bens de produção (especialmente a metalurgia a siderurgia e as madeiras) e a mineração. Por outro lado, quase todos os outros setores declinaram de importância na economia amazônica,

principalmente atividades ligadas aos ribeirinhos como o extrativismo vegetal não madeireiro (GUIMARÃES, 1995).

Não obstante, essa modernização econômica não modificou a já tradicional base produtiva regional sustentada na exploração e exportação de matérias-primas baratas, pois a implantação dos grandes projetos implicou na implantação de indústrias eletrointensivas poluentes voltadas à fabricação de produtos semi-elaborados de baixo valor comercial, a exemplo da fabricação do alumínio metálico na Albrás. Esse modelo impediu até os dias de hoje uma verticalização da produção, ou seja, o desenvolvimento de uma cadeia produtiva completa, que possibilitasse a formação de grande parque industrial distribuído pela região e a geração de muitos empregos.

Além disso, a implantação do complexo Albrás-Alunorte atraiu para toda a região do Baixo Tocantins um grande contingente de imigrantes que vieram à procura de emprego e outras fonte de renda no complexo ou nas empresas adjacentes que prestam serviços. Grande parte dessas pessoas conseguiram empregos temporários ou não conseguiram empregos regulares inundando dessa forma os municípios da região de desempregados e subempregados. Em decorrência disso, se intensificaram problemas como o aumento exagerado da população, inchaço urbano, favelização, aumento da violência e da criminalidade tanto nas áreas urbanas quanto rurais do município de Abaetetuba e região, inclusive na região das ilhas, onde segundo os relatos dos ribeirinhos, cresce cada vez mais a ação de piratas dos rios (bandidos que assaltam as embarcações e casas dos ribeirinhos) e do tráfico de drogas.

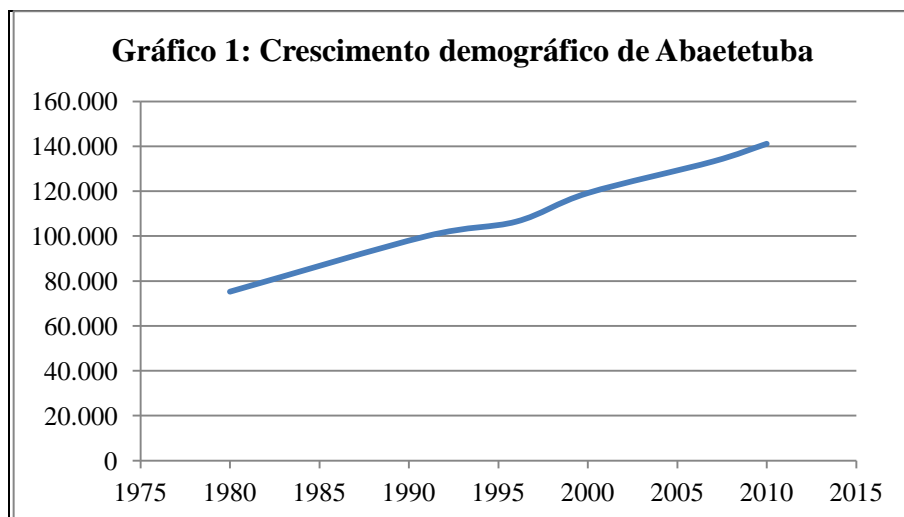
Dentro desse raciocínio, a população do município cresceu exponencialmente, o que se evidencia pelos dados do IBGE: dos seis bairros que Abaetetuba tinha nos ano 1980, passou para dezesseis em 2010; dos 75.226 habitantes que o município tinha em 1980, passou para 141.100 em 2010 (vide tabela 4 e gráfico 1).

TABELA 5 – Crescimento da população de Abaetetuba (hab.)

| Ano | 1980 | 1991 | 1996 | 2000 | 2007 | 2010 |
|-----------|--------|--------|---------|---------|---------|---------|
| População | 75.226 | 99.989 | 106.430 | 119.152 | 133.222 | 141.100 |

Elaboração: Luzivan Ferreira, 2013.

Fonte: IBGE, 2012.



Elaboração: Luzivan Ferreira

Fonte: IBGE, 2012

De acordo com Alves (2009), esse crescimento demográfico de Abaetetuba está diretamente relacionado às circunstâncias da implantação do Projeto Albrás-Alunorte. Para o autor, as habitações e os comércios que antes estavam espalhadas por toda a área do município, inclusive na região das ilhas, agora estão concentradas no núcleo urbano ocupando os terrenos de mata através da destruição desta. Neste sentido, os problemas urbanos e ambientais se expandiram na medida em que o crescimento da população se dava de maneira desordenada. É possível então verificar um deslocamento da ocupação humana no município que era realizado seguindo o rumo dos rios em função do fluxo de comércio e de pessoas em direção à rodovia Dr. João Miranda, a qual se integra a PA-151 que integra os municípios do Baixo Tocantins a capital Belém (ALVES, 2009).

Para Machado (2008) os “saldos” dessas transformações para a população do município foram, principalmente, a desestruturação da economia local, haja vista que o grau de monetarização e o desnível tecnológico em relação ao modo de vida e a produção local aceleraram o processo de desmembramento das estruturas econômicas locais. Além disso, o autor ressalta também que os hábitos e costumes da região são modificados, ocasionando numa reestruturação da identidade cultural. Isso ocorre porque uma nova concepção de tempo e de relacionamento com a natureza, ligados aos princípios de “modernidade, racionalidade e eficiência” que acompanha os grandes projetos econômicos buscam moldar o morador local a novos métodos de produção, gerados fora de sua realidade, próprios ao capitalismo global, considerados os únicos métodos racionais e aceitáveis a nova ordem econômica.

Evidentemente que todas essas transformações iriam afetar os ribeirinhos das ilhas de Abaetetuba. E elas atacaram a sua principal base de reprodução e de seu gênero de vida: as atividades econômicas.

4.2 - AS CONSEQUÊNCIAS PARA OS RIBEIRINHOS DE ABAETETUBA

Como já vimos anteriormente, as atividades econômicas dos ribeirinhos de Abaetetuba são a base constituição e reprodução do seu gênero de vida, pois estão baseadas em uma técnica e uma cultura peculiar de relação com a natureza que é totalmente oposta a relação de apropriação da natureza pregada pelo capitalismo moderno, materializada nas novas formas de produção do espaço relatadas acima. Nesse sentido, para o gênero de vida ribeirinho a natureza é um elemento fundamental para sua reprodução social. No entanto, para a lógica trazida pelos grandes projetos, a natureza é uma mera mercadoria passível de ser transformada em lucro, ou seja, ela é um elemento fundamental para a reprodução do capital.

Esse conflito de pressupostos acabou trazendo consequências para o gênero de vida dos ribeirinhos de Abaetetuba, tendo em vista que atingiu negativamente suas atividades produtivas, já que sua estrutura econômica é bem mais simples e frágil do que a estrutura que rege as novas atividades produtivas, não suportando, dessa forma, a concorrência com os novos produtos, empresas e propagandas que chegam recentemente. Nesse sentido, a maior parte das atividades econômicas dos ribeirinhos de Abaetetuba passa por crises estruturais, e perdem tanta importância que algumas chegam a desaparecer.

O exemplo mais claro e famoso desse processo foi o que aconteceu com os engenhos de aguardente de cana-de-açúcar que havia as dezenas na região das ilhas, constituindo-se como a principal atividade econômica de Abaetetuba no século XX, tanto que o município ficou conhecido regionalmente como “terra da cachaça”. Entretanto, recentemente o único engenho que ainda funcionava foi desativado, pois não conseguia produzir em escala para a comercialização.

De acordo com Machado (2008) os engenhos de Abaetetuba surgiram inicialmente de pequenas moendas familiares onde se fabricava a rapadura o mel e o açúcar mascavo. Com os regatões, houve a possibilidade de aumentar o mercado consumidor através das linhas iam para o rio Amazonas. A demanda cresceu, os regatões facilitavam o escoamento da produção, e iniciaram as instalações das primeiras máquinas a vapor, destinadas a produção da aguardente, sendo que daí em diante a qualidade da cachaça produzida ganhou fama e mercado por toda a região, gerando importantes divisas aos donos de engenhos e

principalmente para o Estado que, percebendo as possibilidades de arrecadação de impostos, angariou grandes lucros com essa atividade.

Machado (2008) aponta como um dos possíveis motivos para a decadência dos engenhos a pouca inserção de tecnologia.

Os engenhos funcionaram sempre de acordo com uma concepção primitiva de produção e de relação econômica. Os mesmos maquinários do século XIX que iniciaram a produção ainda eram utilizados no seu ocaso o final dos anos 1970. Nenhum melhoramento tecnológico nos equipamentos [...] foi introduzido e, talvez aí esteja a razão de sua decadência (MACHADO, 2008, p. 19)

Em entrevista com o senhor Jurandir Pacheco, dono do último engenho ainda ativo em Abaetetuba situado no Furo Grande e que muito raramente produz para consumo próprio, nos revelou as dificuldades que encontra para continuar desenvolvendo a atividade do engenho: as dificuldades em conseguir mão de obra para trabalhar, já que quase ninguém mais trabalha nisso e os filhos (que eram quem geralmente continuavam as atividades dos pais) se interessaram por novas possibilidades e não querem atuar no ramo; dificuldade em encontrar matéria-prima já que os ribeirinhos pouco se dedicam a plantação de cana depois da decadência dos engenhos; a baixa quantidade de venda da cachaça, em virtude da concorrência com as bebidas destiladas e fermentadas produzidas em outras regiões do Brasil, trazidas através das estradas e massificadas pela propaganda.

Essas dificuldades começaram a ser sentidas por todos os donos de engenho a partir da década de 1960 se intensificando nos anos 1970 quando foram inauguradas as primeiras estradas que ligam o município de Abaetetuba a outras regiões do Pará e do Brasil, levando todos após vinte anos, quase todos os engenhos a falência.

Seu José Pereira, que já foi dono de engenho, nos revelou em outra entrevista que entre os anos de 1970 e 1980, as dificuldades se acentuaram e o governo nada fez para ajudar a produção que lhe gerava tantos lucros. Além disso, ele reforçou a concorrência desleal das bebidas vindas de fora a preços baratos e ainda ajudadas pelo governo. Para ele, a inflação do final dos anos 1980 foi o estopim da falência dos engenhos. Ele também ressalta um elemento importante, também destacado pelo senhor Jurandir, que foi responsável pela decadência dos engenhos: a ação da Justiça do Trabalho e o início da aplicação das leis trabalhistas. De fato, esta é uma ideia muito divulgada no município: com a chegada da Justiça do Trabalho e de advogados “proveitadores” os trabalhadores dos engenhos começaram a processar os donos de engenho, com base nas leis trabalhistas mais sofisticadas que eram bastante recentes a

época. Nesses processos, quase sempre era dado ganho de causa aos reclamantes que conseguiam na justiça grandes quantias em dinheiro dos donos de engenho que, ao pagarem, perdiam os fundos para a produção, e acabavam falindo.

O próprio Machado destaca isso em seu livro, contudo, para ele essa ideia é grande um equívoco, uma vez que o real motivo para a decadência dos engenhos, segundo ele, foi o atraso tecnológico e a recusa à substituição do sistema de aviamento (que regia a produção) por algo mais moderno.

O que podemos concluir da análise desses relatos é que todos os motivos acima relacionados têm relação com as novas formas de produção capitalista que invadiram toda a região a partir da segunda metade do século XX. Com a abertura econômica da Amazônia ao grande capital, chegaram através das estradas, as bebidas destiladas e fermentadas produzidas no nordeste e Centro-Sul, amparadas por uma publicidade implacável, disseminada pelos meios de comunicação em massa, a preços sem possibilidade de concorrência. Essa invasão destruiu a indústria de aguardente local que não contou com nenhuma espécie de apoio, financiamento, protecionismo ou modernização da produção que seriam ações essenciais por parte do Estado, que pelo contrário facilitava esse processo.

Além disso, a Justiça do Trabalho e as leis trabalhistas mais avançadas não levavam em consideração que a produção dos engenhos não era baseada em um sistema de mão de obra para o qual essas leis foram elaboradas, ou seja, essas leis servem para ser aplicadas a sistemas produtivos típicos do capitalismo moderno, onde exista uma clara distinção entre detentor dos meios de produção e vendedor da força de trabalho, não em sistemas como o dos engenhos em que a mão de obra era relacionada a graus de parentesco e vizinhança, além do fato de que o trabalhador era também um aprendiz do ofício. Esse tipo de produção e relação de trabalho não está preparada nem adaptada para essas novas leis, o que acabou gerando esse colapso no sistema produtivo.

As outras atividades econômicas que ainda persistem também enfrentam problemas advindos da chegada dessas novas formas de produção econômica. As olarias, por exemplo, passam por uma crise muito parecida com que aconteceu com os engenhos e muitos dizem que elas terão mesmo fim, o que de fato já está acontecendo.

A pesquisa de campo mostrou que entre as principais dificuldades enfrentadas pelos ribeirinhos oleiros vão desde problemas com Justiça do Trabalho (mesmo raciocínio do que aconteceu com os engenhos) até a dificuldade em tirar o mínimo de lucro com a venda do produto final. Os produtos feitos de barro já foram bastante utilizados pela população do município. Todos tinham em suas casas panelas, jarros e potes de barro produzidos nas ilhas.

Porém, com a invasão maciça dos produtos derivados do petróleo, dos descartáveis, dos produtos derivados do alumínio, acompanhados também de grande propaganda, os utensílios de barro foram caindo na desvalorização. Atualmente, as olarias só trabalham com a fabricação de tijolos e telhas que também estão muito desvalorizadas no mercado, frente aos tijolos e telhas vindas de outras regiões e vendida a preços mais baratos. Os ribeirinhos oleiros argumentam que na tentativa de conseguir competir com os preços dos materiais de fora, eles cada vez mais vêm baixando o preço, o que têm comprometido a rentabilidade da produção no final. A falta de apoio do governo também é uma ressalva sempre feita pelos ribeirinhos entrevistados. Para eles, o governo só ajuda trazer esses produtos de fora e não valoriza a produção local.

Essas dificuldades são muito nítidas especialmente nas olarias que fabricam telha como as que existem no rio Quianduba, visto que recentemente ocorreu uma invasão no mercado do município de telhas feitas de material sintético ou de metal trazidas pelas estradas, vendidas a preços baratos e de comercialização facilitada pelo empresariado local e pelo governo. A maior parte dessas telhas é trazida do município de Barcarena, pois são fabricadas e/ou distribuídas por empresas empreiteiras subsidiadas da Albrás ou de empresas que prestam serviços à ela. As olarias de tijolos, mais concentradas no rio Ajuai, também sofrem com a concorrência dos tijolos que são produzidos em outros municípios do Pará, principalmente dos distritos industriais da Região Metropolitana de Belém, que por produzirem em grande escala e com um melhor nível tecnológico conseguem vender o seu produto a preços mais baratos e de melhor qualidade do que os dos ribeirinhos de Abaetetuba.

Esse fator tecnológico aliado às condições de trabalho são outros fatores determinantes para explicar a decadência das olarias em Abaetetuba. O processo de produção dos objetos de barro é bem tradicional, carente de modernização e avanços tecnológicos. O barro é prensado manualmente nas marombas que o suga através do movimento de espirais feitas de ferro que moldam o barro no formato dos tijolos ou telhas (figuras 21 e 22). Esse processo é extremamente perigoso, pois num descuido do oleiro, os braços ou pernas podem ser sugados pela maromba e dilacerados ou decepados por ela. São comuns os casos em que isso acontece, tendo como resultado pessoas com os membros superiores e inferiores amputados, muitas vezes com crianças e adolescentes. Esses casos aumentam a quantidade de processos movidos através da Justiça do Trabalho contra os donos das olarias, levando a indenizações vultosas e a consequente falência das olarias. Além disso, esses casos foram massivamente divulgados pela mídia em geral nos últimos vinte anos o que construiu uma

reputação negativa das olarias de Abaetetuba, dificultando assim a venda de seus produtos tanto para o comércio local, mas principalmente para exportação.



Figura 21: Ribeirinho pisoteando o barro na maromba (outubro de 2012)



Figura 22: A maromba (outubro de 2012)

Alguns projetos desenvolvidos por órgãos públicos e por empresas privadas foram apresentadas aos ribeirinhos como tentativas de resolver os problemas de amputação gerados pela maromba, como por exemplo, a utilização de instrumentos de madeira ou metal para empurrar o barro na maromba ao invés de usar as mãos ou os pés. Porém, esses mecanismos enfrentam uma resistência muito grande por parte dos ribeirinhos, que argumentam que com

os instrumentos, além da sucção do barro ser mais lenta, não dar para sentir o barro entrando da maneira correta e sendo encaixado de uma forma com que o produto final apresente uma qualidade melhor. Pode parecer estranho e até sem sentido para nós esses argumentos, mas é um fato que uma das principais características do gênero de vida dos ribeirinhos é o contato, é o toque, é sentir os elementos do seu trabalho no processo de produção. O uso de todos os sentidos é muito valorizado no desenvolvimento de suas atividades para a obtenção do que eles acreditam ser um produto de qualidade, especialmente a visão, o tato e o olfato. Logo essas inovações tecnológicas acabam indo de frente com o seu gênero de vida e por isso sofrem tanta resistência.

Não deixa de ser contraditório o fato de que no atual momento de expansão urbana da cidade de Abaetetuba, em que se aumenta consideravelmente a demanda de produtos da construção civil como telhas e tijolos, a produção e a comercialização destes produtos feitos nas ilhas de Abaetetuba tenham decaído tanto. Porém, sem o apoio financeiro e tecnológico do Estado para dar suporte à adaptação da produção oleira ribeirinha as novas regras de produtividade, segurança e relações de trabalho, seus produtos perdem em competitividade para os produtos mais modernos feitos em outras regiões, levando as olarias locais a falência.

Dessa forma, cada vez mais os ribeirinhos abandonam suas olarias para se dedicarem à outra atividade ou até vão para a cidade tentar conseguir um emprego e a atividade oleira cada vez mais perde importância econômica na região.

A atividade da carpintaria naval talvez seja a que mais tenha se adaptado às transformações econômicas na região. Por um lado, há uma evidente perda de importância do rio como o principal meio de locomoção da região, frente ao avanço das estradas, e com isso as embarcações e a carpintaria naval também perderam importância e demanda de produção. Por outro lado, a importância do rio ainda muito grande não só para os ribeirinhos, mas também para comerciantes que ainda utilizam o rio para a circulação de matérias-primas e mercadorias. Houve então, uma sobreposição de padrões de organização espacial, um padrão mais antigo baseado no rio, porém ainda importante e um padrão mais recente que cada vez mais cresce em importância, baseado nas estradas.

Nesse sentido, a principal mudança que se percebe na carpintaria naval de Abaetetuba é uma certa capitalização da produção. Antes o mestre carpinteiro trabalhava e morava nas ilhas, trabalhando por conta própria e dono de sua produção, hoje os principais mestres carpinteiros trabalham na sede municipal, nos grandes estaleiros, agora não como donos da produção, mas inseridos em um trabalho mais empresarial, como vendedores de sua força de trabalho para os donos destes grandes estaleiros (a maioria desses donos são também

carpinteiros e têm suas origens ligadas aos ribeirinhos e a região das ilhas), sendo que podem receber regularmente na forma de um salário ou trabalhar por empreitada (SENA, 2007).

Essa reorganização da carpintaria naval iniciou a partir dos anos 1970 por causa da crescente demanda por embarcações maiores e mais velozes tanto por parte dos pescadores como por causa da crescente da malha rodoviária, que impôs uma concorrência ao transporte hidroviário. Além disso, com essa reestruturação da produção, se tornou mais viável a implantação desses estaleiros de caráter mais empresarial na sede municipal, por causa da maior facilidade de comercialização interna e externa (visto que estes estaleiros recebem encomendas de diversos municípios do Pará), energia elétrica contínua, facilidade no transporte e na compra de matéria-prima (já que a madeira apropriada da região das ilhas atualmente está muito escassa, então agora a madeira é quase toda comprada de fora), entre outros motivos (SENA, 2007).

Isso fez com que os estaleiros da região das ilhas perdessem importância no mercado frente a esse estaleiro da sede municipal, sendo que agora a área de atuação desses pequenos estaleiros das ilhas se restringe às suas comunidades próximas, com algumas exceções como no rio Maracapucu, rio Urubuá e rio Paramajó onde se encontram alguns estaleiros de maior porte. Os carpinteiros navais das ilhas revelaram-nos em entrevistas que as principais dificuldades encontradas hoje por eles estão relacionadas a: escassez de mão de obra já que a maioria dos carpinteiros preferem trabalhar nos estaleiros da sede municipal, aonde recebem um salário melhor; diminuição significativa de encomendas que agora se restringem mais ao concerto de pequenas embarcações; pouco dinheiro para investir na modernização dos equipamentos de trabalho; falta de incentivo, etc.

A falta de matérias primas é um dos problemas atuais enfrentados pelos carpinteiros navais que está diretamente relacionado com as mudanças em curso na região. Antigamente, a madeira apropriada para a construção de barcos ao estilo do gênero de vida ribeirinho de Abaetetuba era largamente encontrada na própria região das ilhas e áreas próximas. Espécies como itaúba, cedro, piquiá, e andiroba faziam parte da biogeografia local. Todavia, o aumento da demanda por embarcações maiores e mais rápidas, aliado ao desmatamento na região e a disputa desses recursos com empresas de fora que se instalaram no complexo industrial de Barcarena (especialmente empresas madeireiras e de papel.) tem esgotado esses recursos madeireiros, forçando os ribeirinhos carpinteiros comprarem a madeira de outros lugares o que aumenta o custo da produção e diminui a rentabilidade, haja vista que o aumento dos preços diminuiria a comercialização. Isso explica porque os estaleiros da sede municipal se

especializaram em fazer embarcações maiores para pessoas de maior poder aquisitivo que podem pagar pelo aumento dos preços.

Outra mudança verificada foi a introdução de tecnologia (ainda bem simples) na produção dos barcos. Anteriormente, nos relataram os ribeirinhos, o trabalho de construção das embarcações era praticamente todo manual, onde a força física era fundamental. A chegada de novas formas de produção econômica e a concorrência com as embarcações feitas em outros lugares forçou os carpinteiros navais a uma modernização, utilizando agora cada vez mais equipamentos elétricos. Os antigos pregos grandes e pesados, os martelos robustos, as furadeiras e os ferros de plaina foram substituídos por parafusos e porcas, furadeiras automáticas e plainadeiras elétricas. Para a Dona Benedita Negrão, herdeira de um dos estaleiros mais antigos de Abaetetuba (segundo ela o mais antigo) no rio Maracapucu, essa modernização foi boa, pois a produção continuou com nível alto de qualidade e rentabilidade, porém com menor esforço físico. De fato, para os ribeirinhos que conseguiram realizar essa insipiente mecanização, foi muito produtivo, pois conseguiram se adaptar relativamente às demandas atuais de embarcações. Entretanto, para aqueles que não conseguiram, perderam muito espaço e atualmente dedicam-se somente a pequenos consertos e construção de canoas, ao estilo mais antigo.

Esse é outra transformação que vale ressaltar: a mudança nos modelos de embarcação fabricados. Os carpinteiros navais nos relataram que os modelos de barcos mais antigos que navegavam com tração eólica (à vela) ou manual (à remo) como o faia não são mais fabricados e não se encontram mais nos rios. Outros pedidos de modelos de embarcação de motor de força como o batelão e o reboque, que são embarcações com casco profundo usadas para o carregamento de materiais pesados como tijolos, telhas e madeira, são cada vez menos frequentes. A tendência atual dos pedidos são barcos menores de casco fino e não muito profundos, como motores leves e velozes acoplados à polpa, como as rabetas²⁷ e os rabudos²⁸ (figura 23). Apesar de terem uma capacidade de carga menor e transportarem menos pessoas, essas embarcações são mais rápidas, econômicas e baratas. Isso explica em parte a popularidade atual desses barcos. Além disso, o financiamento trazido pelos projetos de assentamento e ajuda de programas assistencialistas do governo federal contribuem para um relativo aumento na renda das famílias permitindo que cada vez mais os ribeirinhos tenham acesso a esse tipo de embarcação.

²⁷ Pequenas lanchas de casco fino com um motor mais potente.

²⁸ Canoa adaptada com um veloz motor de polpa.



Figura 23: Rabetas e rabudos na frente da cidade (maio de 2013)

Isso traz outro elemento novo e fundamental para o conjunto de técnicas e saberes que constituem o gênero de vida dos ribeirinhos carpinteiros: o conhecimento sobre a mecânica de motores. Nesses tempos atuais, onde a velocidade é uma necessidade, uma preocupação constante das encomendas é o tipo de motor usado, como pode ser consertado em caso de quebra, que tipos de peças podem ser repostas, etc. Partes dos pedidos de conserto nos estaleiros não são nas embarcações e sim nos motores. A maior parte dos carpinteiros sente dificuldade em lidar com esse elemento novo, pois não fazia parte da construção histórica de seu gênero de vida. Porém, é necessário se adaptar e alguns que tem condições fazem cursos de mecânica e buscam outras formas de qualificação. Os que não podem, tentam aprender de outras formas, observando, mexendo, tentativa e erro. Eles também se queixam da falta de iniciativa por parte do Estado em oferecer alternativas para qualificá-los e ajudar nesse processo de adaptação.

Com relação às consequências para a atividade pesqueira, as transformações são sentidas com graus de intensidade diferenciada para os diversos ribeirinhos pesqueiros de Abaetetuba. Alguns sentem dificuldade com mais intensidade ao ponto até de abandonar a pesca como principal atividade econômica. O que é comum a praticamente todos os pescadores é sensação da diminuição da quantidade de peixes. Alguns associam essa diminuição à ação cada vez maior da pesca industrial na região. Para os ribeirinhos

pescadores, a técnica de arraste²⁹ usada pelas grandes barcas da pesca industrial que utilizam redes de malhas 0,20, ou seja, muito finas são extremamente nocivas à continuidade pesca semi-artesanal desenvolvida pelos ribeirinhos porque, como eles mesmos dizem “elas levam tudo”. A concorrência com esse tipo de pesca é desleal, além de ela ser prejudicial ao ambiente. Os pescadores reclamam também que os órgãos responsáveis pela fiscalização nada fazem com relação a isso e, como eles mesmos dizem, “só sabem cobrar de nós”.

A pesca realizada em escala industrial vem crescendo realmente nas proximidades da região das ilhas de Abaetetuba. Não obstante, ela é realizada na foz do rio Pará e no oceano Atlântico e nesses lugares não são todos os ribeirinhos que tem condições de pescar. Parece evidente que essa concorrência contribui, mas não podemos afirmar que esse é único fator responsável pela considerável diminuição do pescado em toda a região.

Os pescadores ribeirinhos também falam sobre a poluição das águas dos rios da região causada principalmente pelo despejo de resíduos industriais pelas empresas instaladas em Barcarena em virtude do complexo Albrás-Alunorte e também pelo crescimento urbano das cidades da região que despejam seus esgotos diretamente nas águas dos rios. Segundo eles, essa crescente poluição afugenta todo o tipo de pescado, especialmente o camarão que tem pouca tolerância à poluição. De fato a qualidade das águas dos rios tem decaído muito e é possível observar isso a olho nu. Os ribeirinhos dos rios localizados mais ao norte nos mostraram ao coletar um pouco da água dos rios a presença de minúsculas, porém visíveis partículas de alumina e caulim na água. Estudos como os de Bordalo, Silva e Santos (2012) comprovam que grande parte dessa poluição advém das empresas instaladas em Barcarena e que isso de fato vem causando impacto na quantidade de peixes nos rios da região.

Outra hipótese levantada pelos ribeirinhos sobre a diminuição do pescado é a construção de várias barragens ao longo do rio Tocantins para a produção de energia elétrica, sendo a principal delas a barragem que abastece a Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Para os pescadores essas barragens impedem a passagem de peixes a montante do Rio Tocantins e de todos os seus afluentes no alto curso. Essa é outra hipótese comprovada por estudos científicos como o de Moreira e Rocha (1995) que buscaram analisar as mudanças provocadas na pesca artesanal no baixo Tocantins, gerados pelos impactos ambientais dos projetos de desenvolvimento (Hidrelétrica de Tucuruí e Albrás-Alunorte). Para os autores, esses projetos prejudicaram a pesca dos tradicionais peixes da região, principalmente o mapará

²⁹ O chamado arraste constitui na ação de duas grandes embarcações que se atrelam em cada ponta de uma rede de pescar de malha fina e arrastam tudo o que a rede conseguir levar, pois quase nada passa por uma rede de malha 0,20.

(*Auchenipterus nuchalis*) e o tucunaré (*Cichla spp*), forçando o deslocamento dos pescadores para áreas mais distantes para manterem sua pesca.

É possível que existam outras causas para a diminuição do pescado. A poluição das águas geradas pelos próprios ribeirinhos que sem nenhum tipo de saneamento básico ou sistema adequado de coleta de lixo, jogam o seus resíduos nos rios, é uma delas. Esse é um costume antigo dos ribeirinhos, porém antigamente os objetos do seu cotidiano eram feitos de elementos naturais como o barro, fibras de palmeira e madeira que ao serem despejados no ambiente se decompunham rapidamente e voltavam a fazer parte do ecossistema. Atualmente, a invasão de produtos sintéticos (feitos principalmente de derivados do petróleo, como o plástico) tem mudado o padrão dos objetos usados pelos ribeirinhos, mas o costume continua, só que agora com consequências muito mais sérias para o ambiente. Recentemente, os próprios ribeirinhos têm tomado consciência dessa mudança e eles mesmos têm desenvolvido sistemas incipientes para dar fim ao lixo. Alguns queimam, outros enterram e já há também barcos que coletam o lixo das casas trazem a sede municipal para serem despejados em camburões de lixo da prefeitura. Ainda é insuficiente, mas já é uma iniciativa.

Há também o aumento do número de pescadores ribeirinhos filiados a Colônia de Pescadores de Abaetetuba (Z-14) que faz intensificar a pressão da demanda por peixes na região. Na verdade, o que se percebe é que grande parte desses ribeirinhos não tem a pesca como a primeira fonte de renda da família, nem a segunda ou terceira. O número aumentou recentemente devido ao pagamento do seguro defeso realizado através da colônia que repassa um salário mínimo para cada mês em que os peixes da região estão em reprodução (inicia em dezembro e termina em março). Para essas famílias ribeirinhas, esse dinheiro é muito bem-vindo porque ele é pago no mesmo período da entressafra do açaí, em que a produção do fruto diminui em virtude da chegada da estação das chuvas. Então, alguns ribeirinhos mantêm uma insipiente atividade de pesca, que é mais para o consumo próprio, somente para garantir o dinheiro do seguro.

Acreditamos que a conjunção de todos esses fatores é responsável pela dramática queda na quantidade de pescado nos rios da região, e conseqüentemente na produção dos pescadores. Sob tais condições, o ribeirinho é forçado a ir pescar em lugares mais distantes, como na Baía do Marajó e no oceano Atlântico, onde eles podem passar até quatro meses ininterruptos.

Através da análise dessas transformações, observamos que todas elas estão intimamente relacionadas ao mesmo processo de inserção da região num sistema de produção atrelado a reprodução do capital moderno. A concorrência com a pesca industrial, a poluição

dos rios com resíduos artificiais dos próprios ribeirinhos, de fábricas ou das cidades, a construção de barragens no alto e médio Tocantins são representações materiais dessas novas formas de reprodução de capital que se apossam da região, aparadas por sistema técnico e moderno, facilitadas pelo Estado e aceitas passivamente pela maior parte da sociedade. Não obstante, elas passam a disputar, se apropriar e impactar, direta e indiretamente, os elementos dos quais o trabalho dos pescadores ribeirinhos dependem: o pescado e o rio.

Frente a todas essas transformações pelas quais atividades dos ribeirinhos vêm passando, a principal fonte de renda dessa população se tornou mesmo a produção do açaí.

Os ribeirinhos de Abaetetuba sempre tiveram no açaí uma fonte de alimento fundamental na mesa. A produção era basicamente extrativista já que o açaizeiro é uma árvore que se desenvolve naturalmente na várzea. A colheita sempre foi feita para o consumo da família e o excedente era vendido a preços baratos para os regatões que levavam para as diferentes cidades próximas. A demanda era pouca já que as cidades eram pouco povoadas e os açaizeiros existiam em grandes quantidades. Os ribeirinhos mais antigos nos contaram que era comum na safra³⁰ o açaí estragar na várzea e até ser jogado fora nos rios já que a demanda não era grande. Isso se comprova se observarmos o valor que o açaí era comercializado, a 20 anos atrás, quando a rasa na média valia R\$ 3,00 reais no centro o comercial e o sumo do açaí era vendido em estabelecimentos modestos, identificados pelas bandeiras vermelhas fixadas na fachada, popularmente denominadas de vitaminosas na cidade, por R\$0,50 o litro.

Entretanto, nos últimos 15 anos a demanda do açaí aumentou vertiginosamente, devido a grande aceitação que o produto passou a ter dentro do mercado atual. Vejamos alguns fatores que explicam essa mudança.

Construiu-se todo um conjunto de imagens sobre o açaí que passou a ser largamente usado como elemento primordial da cultura paraense na mídia e nos meios de telecomunicação em geral. Com a expansão desses meios pela região, cada vez mais pessoas pelo mundo inteiro passam a conhecer a cultura da Amazônia através do açaí. O açaí que era então um elemento da cultura local passou a ser apropriado pela cultura de massas (SANTOS 2005; 2006), como uma mercadoria a ser explorada, no sentido industrial, comercial e cultural. Antes o açaí só era consumido *in natura* pela população regional, agora ele é consumido globalmente de todas as formas³¹.

³⁰ A safra do açaí coincide com o período menos chuvoso da região que vai de julho á dezembro. Nesse período um açaizeiro pode fornecer até 5 cachos de açaí no mês.

³¹ É possível observar o consumo do açaí hoje na forma de imagem (propagandas, marcas, logomarcas), na forma alimentos industrializados (sorvetes, sucos, iogurtes, refrigerantes, energéticos, etc) e de produtos estéticos (perfumes, sabonetes, cremes para o corpo, etc).

As descobertas das propriedades nutricionais do açaí, como fonte natural de energia, calorias e ferro e que pode até ajudar na prevenção de doenças como o câncer tem aberto ainda mais o mercado para o açaí em uma sociedade em que a preocupação com a imagem e com a saúde física é cada vez maior.

Contribuindo para esse processo, recentemente se instalaram várias empresas de extração e beneficiamento do açaí e do palmito do açazeiro em Belém e em toda a região do Baixo Tocantins o que tem aumentado a pressão sobre o recurso, disputando com o consumidor habitual local. Além disso, a construção das estradas facilitou o escoamento da produção do açaí, permitindo assim a exportação do produto para outras regiões do Pará, do Brasil e do mundo. Os ribeirinhos e atravessadores nos informaram que as empresas que compram o açaí chegam a ser de Castanhal, Goiás e Minas Gerais e até empresas estadunidenses, portuguesas e sul coreanas.

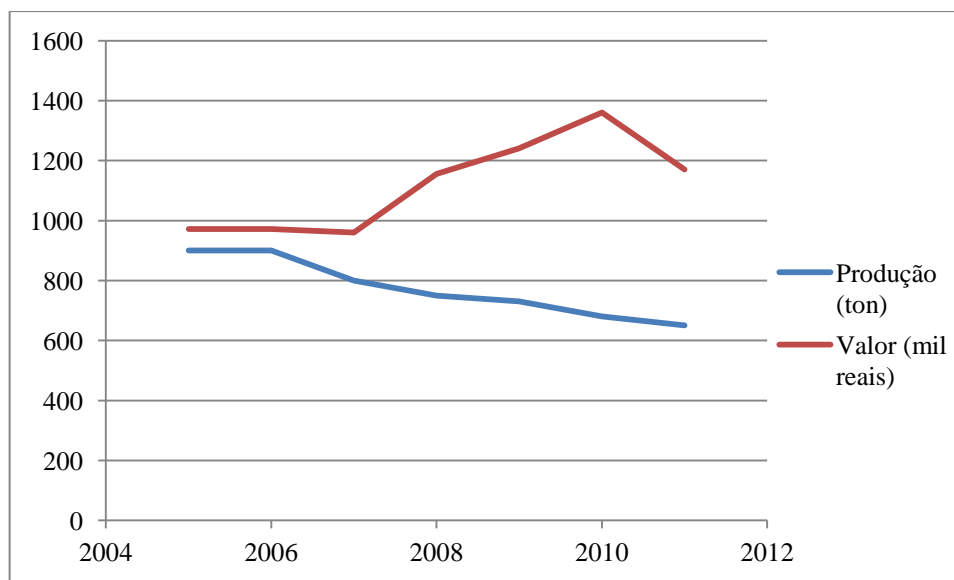
Por fim o crescimento considerável da população de Abaetetuba e região que consequentemente gerou o aumento dos consumidores do açaí no município, já que o costume de tomar açaí é ensinado para as crianças desde pequenas além de ser bem aceito pelos migrantes que se instalam na cidade.

Portanto, a expansão das novas formas de produção capitalista atingiu diretamente o açaí. Com essa valorização o açaí se transformou numa das principais fontes de renda do município nos últimos anos, chegando ao recorde no ano de 2004 onde a produção atingiu as incríveis 10.500 toneladas, gerando uma renda de 4,2 milhões de reais (IBGE, 2012). De lá para cá, apesar de a produção apresentar quedas consecutivas, já que ela depende de questões naturais, o ganho com a produtividade é cada vez maior por causa do aumento da demanda, e consequentemente, dos preços (vide tabela 6 e gráfico 2).

TABELA 6 - Produção de açaí em Abaetetuba

| Ano | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|--------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Produção (ton) | 900 | 900 | 750 | 730 | 680 | 650 | 630 |
| Valor (mil reais) | 972 | 972 | 960 | 1.155 | 1.241 | 1.360 | 1.170 |

Elaboração: Luzivan Ferreira
Fonte: IBGE, 2012

GRÁFICO 2 – Produção de Açaí em Abaetetuba

Elaboração: Luzivan Ferreira
 Fonte: IBGE, 2012

Os ribeirinhos, percebendo essa valorização do fruto, transformaram a produção do açaí, que antes era comum e banal e agora passou a ser principal fonte de renda das famílias ribeirinhas de Abaetetuba. Cem por cento dos entrevistados por essa pesquisa têm a maior parte da renda atrelada ao açaí que se constituiu dessa forma como a principal saída quando as outras atividades passam por momentos críticos. Oleiros, pescadores, carpinteiros navais, agricultores todos eles têm no açaí uma fonte de renda mais segura quando “a situação aperta”, como eles mesmos dizem. Alguns desenvolvem suas atividades de origem e mais o açaí como uma fonte extra de renda, outros abandonaram suas atividades e vivem totalmente em função da produção de açaí.

Por consequência os ribeirinhos tiveram que se adaptar a sua produção à essas mudanças, introduzindo novos aspectos ao seu gênero de vida. O açazeiro passou então ser a principal árvore da propriedade, para o qual se dedicam os maiores cuidados. A produção que antes era puramente extrativa agora passa ser manejada de forma cuidadosa e controlada. Os açazeiros mais altos e que já deram muitos frutos e os chamados açazeiros “machos” (aqueles que não dão frutos) são derrubados para dar espaço às novas mudas que nascem naturalmente da queda das sementes das outras árvores. O terreno é frequentemente limpo para evitar a proliferação de insetos e pragas e eles tomam o cuidado de deixar apenas uma camada fina de matéria orgânica que serve de adubo para o solo.

Como o solo da várzea é muito instável, eles não derrubam todas as árvores para plantar o açaí. As plantas de raízes mais densas e forte como a ucuuba, andiroba e pripioca

são deixadas. De acordo com os ribeirinhos, essas árvores além de fortalecer o solo, ainda fornece sobreamento.

Outra mudança verificada na forma de manejo é o surgimento de uma insipiente divisão do trabalho para facilitar a produção. Antes, todo o processo produtivo, da extração a venda do produto final era feito por um ou duas pessoas. Atualmente, existem em toda a região das ilhas, pessoas que se especializaram em realizar determinada atividade e são pagos para realizá-las, principalmente por famílias compostas basicamente de idosos, mulheres e crianças de colo que por condições físicas não podem fazê-las. Temos então o roçador (aquele que prepara e limpa o terreno), o peconheiro (aquele que através do uso da peconha, sobe no açazeiro e apanha o açaí) o debulhador (aquele que retira o açaí do cacho, lava e coloca nas rasas) e o atravessador, conhecido como marreteiro (aquele que compra o açaí dos ribeirinhos leva e revende na cidade). Apesar da existência desses trabalhadores, na grande maioria das famílias, essas atividades são feitas pelas próprias pessoas da casa.

A exceção que se faz é ao marreteiro, sujeito que adquire importância nesse sistema produtivo. Para se tornar um bom marreteiro, tem que ser uma pessoa forte, como uma embarcação grande e veloz e acima de tudo ter bons contatos com os ribeirinhos e com os compradores de açaí. Antes, os marreteiros eram poucos e todos eram ribeirinhos das ilhas. Agora, com a valorização do açaí eles são muitos e alguns deles são pessoas da cidade que largaram tudo compraram um barco e se embrenharam na atividade, pois o lucro é grande. Em alguns casos o marreteiro pode ganhar até 50% acima do valor que comprou do ribeirinho.

Algumas empresas e órgãos públicos já estabeleceram parcerias com famílias e comunidade ribeirinhas para ter facilidade e privilégios nas compras de açaí deles. Outros têm interesse em modernizar a produção e/ou aprender técnicas com eles para dinamizar a produção em outros lugares. É o que acontece no rio Ju Pariquara, onde conversamos com o Sr. Lucenildo, que é presidente de uma Cooperativa que coordena Projetos de Produção do açaí. De acordo com eles esses projetos são de iniciativa dos ribeirinhos com as empresas que estabeleceram parcerias para aumentar a produção e facilitar a comercialização. Entre os projetos, merece destaque um projeto recentemente desenvolvido, que junta o conhecimento adquirido dos ribeirinhos, com o conhecimento técnico de profissionais da EMATER e o capital das empresas privadas para desenvolver açazeiros que cresça e produza bem na terra firme e na época da entressafra. O projeto ainda se encontra em fase de testes.

Há também empresas que compram o palmito para o beneficiamento. Inicialmente os ribeirinhos pensaram que poderia ser uma boa nova alternativa para a geração de renda. Porém, agora eles falam que não vale apenas derrubar o açazeiro para a produção de um

pouco de palmito, haja vista que árvore viva produzindo açaí gera uma produção mais rentável e sustentável. Dessa forma, eles só pegam palmito dos açazeiros “machos” e velhos, que são aqueles que já iriam ser derrubados no processo de manejo.

Sendo assim, os ribeirinhos tiveram que adequar os seus conhecimentos sobre a várzea e sobre o açazeiro as novas tendências produtivas e a nova demanda que cresce na região com a expansão dos sistemas técnico-produtivos do capitalismo moderno. Nesse processo dialético de confronto, alguns novos elementos e novas dinâmicas são postas diante do gênero de vida ribeirinho forçando-o a se adaptar. Algumas atividades e conhecimentos são negligenciados como as olarias e outras são valorizadas como as relacionadas à produção de açaí.

Além dessas mudanças observadas por nossa pesquisa, vale ressaltar também outras transformações ocorridas no gênero de vida ribeirinho nos últimos anos, engendradas pela expansão de elementos ligados produção econômica global. Uma dessas mudanças é a forma como a relação entre os ribeirinhos e a cidade de Abaetetuba ficou muito mais próxima.

Antigamente, os ribeirinhos pouco iam à cidade, especialmente aqueles que moram em rios distantes da sede municipal, como o Ajuai e o Quianduba. De acordo com as entrevistas, as visitas à cidade eram esporádicas por causa da dificuldade de se navegar distâncias longas com embarcações a remo e a vela. Além disso, os serviços oferecidos na cidade não eram tão fundamentais para suas vidas como são hoje. O atendimento de saúde era feito pelos próprios ribeirinhos, que sem condições de acesso a medicamentos e tratamento mais elaborados, eram obrigados a desenvolver um rústico sistema de saúde, baseado em tradições míticas e remédios caseiros. Parteiras, pajés e curandeiros existiam em quantidades significativas na região e eram os principais responsáveis por esses tratamentos. A educação necessária para os ribeirinhos manterem sua reprodução econômica era de responsabilidade dos pais que ensinavam aos filhos aquilo que foi transmitido para ele por seus antepassados e o adquirido através da experiência. Serviços civis como a retirada de documentos, certidões e atestados eram desnecessários para sua vida desprovida de direitos civis. O comércio e as trocas de mercadorias eram feitas pelos regatões que se aproveitavam do isolamento dos ribeirinhos para lucrarem através de práticas mercantis e construía uma teia de dependência que envolvia os ribeirinhos

Atualmente, o avanço dos meios de transporte também chegou, mesmo que de forma bem precária, a região das ilhas de Abaetetuba. A temporalidade rápida do período atual exige uma conexão mais rápida entre os ribeirinhos e a cidade, por isso o desenvolvimento, a expansão e a popularização de embarcações mais rápidas como a rabeta e o rabudo que

permitem esse contato mais rápido e próximo com a cidade, fomentadas por projetos de financiamento e assentamento do INCRA. Assim, o acesso à cidade e a seus serviços ficaram mais rápidos e fáceis. Por isso, é mais viável a eles terem acesso à serviços de saúde um pouco mais elaborado, através de consultas, tratamento médico e medicamentos mais precisos. Como a educação hoje é uma condição fundamental para se destacar na sociedade da informação, muitas crianças e jovens se deslocam diariamente para a cidade para estudar nas escolas. Ter acesso a documentos e outros serviços civis é algo fundamental até para os ribeirinhos de Abaetetuba, já que através destes é possível ter acesso ao dinheiro de programas sociais do governo federal, regularização das terras, e a projetos de assentamento.

Dentro desse processo, não é somente os ribeirinhos que vão ter acesso aos serviços das cidades, mas também cada vez mais os serviços urbanos se deslocam para a região das ilhas. A grande maioria das ilhas já possui escolas de ensino fundamental e, nas mais populosas existem também escolas de ensino médio. No caso do Quianduba (figura 24), já existe até a oferta de cursos superiores. Com relação a saúde a situação é bem pior. Os postos de saúde são raríssimos e o trabalho é todo concentrado em agentes de saúde que existem espalhadas pelas ilhas e procuram fazer visitas regulares as famílias. Regularmente também são feitas campanhas em que são fornecidos nas ilhas serviços civis gratuitos como a retirada de documentos e certidões.



Figura 24: Escola de ensino fundamental, médio e superior no rio Quianduba (outubro de 2012)

Nesse processo de aproximação relacional entre as ilhas e a cidade, possibilitada pelos avanços, mesmo que rudimentares no transporte fluvial, novos elementos materiais e imateriais são introduzidos no gênero de vida dos ribeirinhos. Os novos métodos de

tratamento de doenças e serviços de saúde são incorporados aos tradicionais medicamentos e técnicas populares. A educação escolar que os jovens recebem nas instituições de ensino lhes abre novas perspectivas e formas de se ver o mundo além de criar novas necessidades que se somam a já rica cultura e tradições dos ribeirinhos. Os serviços civis criam a possibilidade para os ribeirinhos de terem acesso a direitos que antes eram impossíveis, como documento de posse de sua propriedade, financiamento bancário para suas atividades econômicas, etc. As trocas comerciais já podem ser realizadas diretamente com a cidade, desde o comércio varejista que abastece as famílias, até a compra e venda da produção dos ribeirinhos. Dessa forma o gênero de vida dos ribeirinhos vai sendo moldado a esses novos elementos, a partir do aparato histórico cultural que o caracteriza, numa justaposição de elementos que são filtrados a partir de suas condições sociais e de seus objetivos.

Outras modificações observadas estão relacionadas aos avanços nos meios de transporte, sistemas técnicos e de telecomunicações sobre as ilhas. A falta de eletricidade, por exemplo, sempre foi uma barreira tecnológica que afastou os ribeirinhos de um contato maior com o mundo. Sua vida obedecia aos ritmos e tempos da natureza e os elementos que ela dispunha. A comunicação e o acesso à informação era quase nulas.

Nos últimos 15 anos esse aspecto vem demonstrando outro caráter. Os projetos de fomento e financiamento do Estado aliados a um aumento na renda dos ribeirinhos, sobretudo em virtude da produção de açaí, tem permitido cada vez mais a aquisição de motores a diesel geradores de energia elétrica. Todos os lugares visitados por nossa pesquisa de campo apresentavam energia elétrica, a grande maioria gerada por motor, geralmente um Yammar de 20 mW. Alguns motores pertencem a comunidades ligadas à Igreja Católica e são usados nos rituais religiosos, nas festividades dos santos e, às vezes, ligados para fornecer energia para a população. Outros pertencem a famílias ou grupos familiares que se organizaram para adquirir um motor e racionalizar juntos o uso da energia. No caso de localidades mais próximas à sede municipal, já existe fornecimento de energia elétrica disponibilizado pela rede de distribuição oficial. Isso foi viabilizado por projetos do Governo Federal como o Luz para Todos no início dos anos 2000 que instalou torres de transmissão de energia para abastecer as ilhas do rio Sirituba (figura 25) e Campopema. E há casos também, mais raros, onde algumas famílias ribeirinhas conseguiram adquirir sistemas de energia solar, como na casa da Dona Maria Paula, moradora do rio Arumanduba.



Figura 25: Poste de transmissão de energia elétrica no rio Sirituba (fevereiro de 2013)

Observamos que o acesso à energia elétrica tornou-se uma nova necessidade muito importante imposta pelo mundo moderno ao gênero de vida ribeirinho. As antigas necessidades não são descartadas, porém novas são adaptadas ao gênero de vida. Martins (2000) já nos alertara que essa é uma das principais características reprodução de comunidades rurais no mundo atual. Se o pressuposto básico da reprodução socioespacial é a produção dos bens necessários a sua subsistência, a energia elétrica se transformou em bem necessário para os ribeirinhos de Abaetetuba, por isso eles vão se organizar e trabalhar para conseguir abastecer essa nova necessidade, adequando-a as características do seu gênero de vida, para continuarem se reproduzindo.

Nesse sentido, a introdução da energia elétrica muda o cotidiano e as atividades econômicas dos ribeirinhos de Abaetetuba. Os carpinteiros navais podem adquirir instrumentos elétricos para facilitar a produção dos barcos; os oleiros tem uma fonte contínua de energia para fazer funcionar as marombas; os pescadores podem adquirir geladeiras e congeladores para armazenar seu pescado quando lhe for conveniente; os moradores podem ter acesso facilitado ao consumo do sumo do açaí com a aquisição de máquinas batedoras do fruto, deixando para trás, aos poucos, o cansativo sistema manual de amassar o açaí para tirar o sumo. Nas ilhas próximas a cidade onde existe fornecimento de energia elétrica ou em casas que apresentam uma fonte mais segura de energia, é possível a aquisição de eletrodomésticos como ventiladores, televisões, antenas parabólicas, filtros de água. Com isso o cotidiano acaba sendo reorganizado. A programação da televisão já passa a influenciar também os horários dos ribeirinhos. Através dela chegam propagandas de produtos novos que aos poucos

vão criando novas necessidades. O horário de preparar o almoço passa a ser mais flexível por causa da possibilidade que armazenar os alimentos que a geladeira oferece.

Outros elementos novos se destacam na paisagem da região das ilhas. As antenas parabólicas surgem ao lado e acima das casas dos ribeirinhos trazendo os sinais da televisão e do rádio que antes eram tão distantes (figura 32). Trazidas por elas, vem todo um conjunto ideológico baseado no consumismo e na informação, características do nosso modo de produção. As caixas d'água (figura 33) também fazem parte desses novos elementos devido à necessidade cada vez maior de saneamento, armazenamento e tratamento de água. A água para o uso dos ribeirinhos que antes vinha de poços artesanais e dos próprios rios, em virtude do atual estágio de contaminação e poluição e com proliferação de doenças precisa ser tratada e armazenada nesses imensos vasilhames azuis que destoam da tonalidade verde da vegetação. Devido ao trabalho dos agentes de saúde, os ribeirinhos tem tratado a água através da fervura e de produtos químicos entregues a eles. As caixas d'água são adquiridas através de financiamentos e projetos de assentamento realizado pelo Governo Federal em parceria com o MORIVA.



Figura 26: Antena parabólica no rio Caripetuba (fevereiro de 2013)



Figura 27: Rio Açacu, destaque para as caixas d'água (fevereiro de 2013)

Outra mudança verificada pelos ribeirinhos nos últimos anos está relacionada à diminuição da oferta de trabalho e fontes alternativas de renda. Eles reclamam que anteriormente, existiam várias fontes de renda na região das ilhas, especialmente aquelas ligadas à roça como a produção e comercialização de mandioca, cana-de-açúcar, cupuaçu, manga e outros. Além dessas, outras atividades como os engenhos, a extrativismo do látex da seringueira, castanha-do-pará, azeite de ucuuba, produção de lenha e carvão e o comércio de caças praticamente não existem mais, reduzindo significativamente a oferta de trabalho para a população. Observamos que essas atividades destacadas pelos ribeirinhos não se adaptaram bem as novas dinâmicas de produção econômica que se implantaram na região.

A desvalorização dos produtos da agricultura de subsistência fez com ela fosse substituída pelo manejo do açaí, que agora é muito mais valorizado. As extrações da castanha, do látex e do azeite de ucuuba tiveram uma grande importância para a economia até a metade do século XX, mas em virtude da drástica queda da demanda por esses produtos, os ribeirinhos foram aos poucos abandonando essas práticas. A produção e comercialização de lenha, carvão e caça ficou dificultosa com a criação de leis ambientais mais rígidas que proíbem esse tipo de práticas, além do crescimento de serrarias, carvoarias e caçadores clandestinos que chegaram de outras regiões. Sendo assim, as principais fontes de renda dos ribeirinhos se reduziram bastante, obrigando os ribeirinhos a desenvolverem novas atividades e reformularem antigas às novas dinâmicas econômicas para continuarem produzindo sua subsistência, isto é, para continuarem se reproduzindo.

Isso demonstra o caráter polivalente e resiliente do gênero de vida ribeirinho de Abaetetuba, que mesmo diante as transformações e as consequências muitas vezes negativas para suas atividades, sempre buscam outras formas de continuarem na sua reprodução espaço-temporal. Além disso, mostra a imensa capacidade adaptativa destes ribeirinhos que mesmo em condições históricas desfavoráveis, conseguem manter a essência de sua reprodução socioespacial, caráter este que será mais bem discutido a seguir.

4.3 - O ESPAÇO RIBEIRINHO: LUGAR DE RE-PRODUÇÃO E (R)EXISTÊNCIA DO GÊNERO DE VIDA

Anteriormente vimos que as atividades econômicas dos ribeirinhos das ilhas de Abaetetuba se constituem as bases sobre as quais se constrói o seu gênero de vida. Isso porque é por intermédio dessas atividades que os ribeirinhos produzem seu espaço através de uma relação bastante peculiar com a natureza. Além disso, através das atividades econômicas que é criado e recriado ao longo do tempo todo um construto técnico e cultural dos ribeirinhos que caracteriza o seu gênero de vida, ou seja, essas atividades econômicas refletem uma cultura que os ribeirinhos têm de relação e uso da natureza que foi construída, reelaborada e repassada historicamente. Essas atividades integram o cotidiano dos ribeirinhos, por isso elas produzem um lugar no e através do qual o seu gênero de vida se reproduz, onde a cultura se manifesta material e imaterialmente, onde a vida dos ribeirinhos se faz presente.

Entretanto, as transformações ocorridas na região a partir da segunda metade do século XX têm reestruturado a dinâmica econômica local e tem engendrado consequências para o desenvolvimento das atividades ribeirinhas. Dessa forma, muda-se as atividades econômicas dos ribeirinhos e conseqüentemente revela-se uma reestruturação de seu gênero de vida e sua reprodução socioespacial.

Não obstante, vimos também que a expansão e desenvolvimento desigual e combinado do sistema capitalista pela região amazônica relegou aos ribeirinhos um difícil processo de reprodução, obrigando-os a passarem por várias fases de condições desfavoráveis a sua reprodução. Porém, com uma incrível capacidade de adaptação e seu caráter de resiliência, conseguiram manter firmes suas bases de reprodução socioespacial, sustentando o seu gênero de vida.

Atualmente, uma fase já consolidada de mudanças econômicas, políticas, sociais e espaciais na região impostas por condições externas, advindas da implantação de grandes projetos econômicos, rodovias de integração e da expansão cultural e ideológica da

informação global, característica do capitalismo atual, coloca novamente os ribeirinhos diante de condições sociais adversas a sua reprodução. Nesse sentido, algumas atividades econômicas são forçadas a se reestruturar e outras estão, aos poucos, se desestruturando completamente, e, com isso, o seu gênero de vida é posto diante de novos desafios.

Diante disso, como podemos analisar a reprodução do gênero de vida ribeirinho? Poderíamos questionar então que o espaço ribeirinho de Abaetetuba se constitui como um lugar de desistência e não de resistência? Entretanto, uma análise mais apurada mostra que essa questão é bem mais complexa.

La Blache (1954), Sorre (2002) e Moreira (2006) nos alertaram que os gêneros de vida são abertos e não são algo inerte ou estanque, pelo contrario, os autores ressaltam a capacidade adaptativa e evolutiva dos gêneros de vida em contato com outras variáveis. Deste contato, há um processo de resistência e adequação que faz com que esses gêneros de vida evoluam e se perenizem. Essa é a linha de raciocínio para compreender o que acontece com o gênero de vida dos ribeirinhos de Abaetetuba no seu processo de reprodução socioespacial.

Harris (2006) afirma que os ribeirinhos da Amazônia dificilmente rejeitam ou resistem a influências externas através de uma ação política manifesta. Mas, segundo o autor, essa resistência pode estar oculta sob formas simples de oposição. Ora, a reprodução socioespacial dos ribeirinhos de Abaetetuba é baseada em pressupostos culturais e ideológicos que estão de acordo com o seu gênero de vida, como por exemplo, a temporalidade ligada a dinâmica da natureza e atividades produtivas relacionadas ao conhecimento técnico dos recursos do meio. Esses pressupostos são opostos ao modelo de produção econômica imposta pelas novas formas de reprodução capitalista que espalham pela Amazônia. Mesmo assim, os ribeirinhos mantêm a essência de seu gênero de vida que é o seu arcabouço cultural e técnico que direciona a sua forma de relacionamento com o meio, manifestada materialmente pelas suas atividades econômicas.

A constituição do gênero de vida ribeirinho funda-se no desenvolvimento de suas atividades econômicas, pois é a partir delas que se materializa a relação dialética entre sua base técnica e cultural e o meio no qual eles se reproduzem. Essa relação sociedade e meio também é, de acordo com Santos (2006), a base do processo de produção espacial além de ser condição material humana essencial, pois a partir dela o homem produz os seus meio de subsistência e se reproduz historicamente (MARX e ENGELS, 2010). Portanto, podemos dizer então que o gênero de vida é um elemento fundamental no processo de produção e reprodução socioespacial dos ribeirinhos de Abaetetuba, pois é por e a partir do gênero de vida que se desenvolveram as suas atividades produtivas através das quais eles se enraízam no

território, se relacionam com o meio, produzem os seus meios de subsistência, se constituem enquanto sujeitos sociais e históricos.

Todavia, como nos alertou Sorre (2002), este meio não é mais somente composto de elementos naturais como antes e está em constante modificação, sobretudo nos dias atuais cheio de vicissitudes geográficas, que vão da escala global a local. Essas mudanças ameaçam a existência do gênero de vida ribeirinho haja vista que elas novamente impõem condições desfavoráveis a sua reprodução. Porém, não acontece uma imposição e homogeneização total do modo de vida do capitalismo moderno sobre a região das ilhas de Abaetetuba já que a reprodução dos ribeirinhos impõe resistência a esse processo.

Contudo, não podemos entender essa resistência como uma negação de tudo o que é produzido fora de seu âmbito social, de tudo o que é imposto pela dita modernidade e trazido pelas transformações sociais recentes. Assim, recairíamos na concepção de que os ribeirinhos de Abaetetuba são atrasados socialmente, primitivos, tradicionais (no sentido mais reducionista da palavra tradicional) e carentes de “modernização”, da qual Harris (2006) alertou, o que não é a intenção deste trabalho.

A capacidade de adaptação, a flexibilidade e a resiliência, de que fala Harris (2006) que os ribeirinhos apresentaram ao longo de tempo, permite que eles absorvam elementos de fora da sua realidade social para seu gênero de vida, sem perder a essência de sua reprodução. Para exemplificar essa ideia tomemos novamente como referência as atividades econômicas dos ribeirinhos. O desenvolvimento dessas atividades esteve historicamente a serviço de sua própria reprodução, mas que sempre foi incorporando elementos de fora para se adequar às estruturas sociais vigentes. A base de sua reprodução econômica e cultural se manteve sem grandes alterações. No caso das transformações recentes de que trata esta pesquisa, apesar delas terem reestruturado em grande parte as atividades econômicas dos ribeirinhos de Abaetetuba, essas atividades continuam presentes e cada vez mais incorporando elementos trazidos de fora.

A redimensionalização da carpintaria naval, por exemplo, que perdeu um pouco seu aspecto rústico e vem ganhando um caráter mais empresarial, também introduziu elementos novos, como os instrumentos elétricos, o conhecimento sobre a mecânica dos motores, a necessidade de fabricação de barcos mais velozes e adaptados aos nossos tempos ágeis. Com isso, porém, o gênero de vida não se desconfigurou completamente, pois não se perdeu os conhecimentos historicamente adquiridos das técnicas de construção dos barcos e sobre a navegabilidade dos rios da região. Os ribeirinhos carpinteiros nos contaram que apesar de toda a introdução desses novos elementos, ele mantém o jeito de fazer. Para eles, é muito

difícil explicar com palavras como é esse “jeito de fazer”, é algo ontológico e intrínseco ao seu gênero de vida, que só se materializa e se explica através da ação. Algo que se aprende com o mestre carpinteiro (geralmente um pai ou alguém mais velho da família) e vem aprimorando e aprofundando cada vez mais com a prática. Uma técnica muito usada na carpintaria naval pelos ribeirinhos é o uso dos sentidos, especialmente o tato. Através do toque com as mãos na superfície da madeira, eles conseguem saber se o polímero está bom, se a espessura e a impermeabilidade da madeira está adaptado ao tipo das águas dos rios da região. Através do cheiro, eles descobrem se madeira é boa e resistente. Por intermédio do olhar, eles conseguem tirar medidas perfeitas a respeito do tamanho da proa, da polpa, da profundidade e da inclinação do casco, adequado ao objetivo da embarcação, seja ela um barco pesqueiro um reboque para carregar materiais pesados, ou uma rabeta para transporte rápido de pessoas. Essas técnicas não são esquecidas nem negligenciadas com a introdução de novos elementos. Elas são mantidas e repassadas pelas gerações através da tradição oral e da observação.

Os pescadores ribeirinhos também mantêm todo um aparato técnico e cultural que adoeceu historicamente e foi lhes repassado pelos seus antepassados, mas que só se concretiza com a prática. O uso dos instrumentos de pesca seja ele o anzol, a tarafa, a rede, a malhadeira, o espinhel, o matapi e o conhecimento de como usá-los de acordo com o tipo de pesca que quer conseguir e o momento exato de quando usá-lo não se perde com a concorrência com a pesca industrial ou com a diminuição do pescado. Pelo contrário, são esses conhecimentos que permitem a r-existência dessas atividades, pois é por causa deles que, mesmo com essas dificuldades, os ribeirinhos ainda conseguem tirar dos rios da região o sustento para suas famílias. Isso explica porque, de acordo com os próprios ribeirinhos, pescadores de outras regiões tem dificuldade de se adaptar e conseguir uma boa produção de pescado, tendo em vista que eles não tem esses conhecimentos previamente adquiridos.

A reestruturação da produção de açaí é um bom exemplo para mostrar a capacidade adaptativa do gênero de vida ribeirinho ao se relacionar com elementos externos. O açaí que antes era produto de um extrativismo simples para o consumo interno, agora, em virtude da crescente demanda e da valorização do produto, passou a ser manejado para abastecer as novas necessidades do mercado, principalmente o externo. Porém, contrariando a nossa própria previsão antes do início da pesquisa, o açaí não é produzido aos moldes de uma monocultura fordista, ou qualquer tipo de produção agrícola moderna. Pelo contrário, ele é manejado de acordo com as características da árvore e de seu ecossistema, técnicas estas

adquiridas por intermédio do conhecimento do ambiente, desenvolvido ao longo da história. Dessa forma, eles conseguem aliar o seu gênero de vida as novas condições do mercado.

Os ribeirinhos nos relataram que foram várias as tentativas de órgãos públicos, como a EMATER, e também de empresas privadas de potencializar a produção de açaí, através do desenvolvimento de novas técnicas. Entretanto, os fracassos também foram muitos já que essas tentativas muitas vezes não levaram em consideração os conhecimentos técnico-culturais do gênero de vida local, e “às vezes eles vem aqui para nos ensinar, mas são eles que aprendem com a gente”, diz o senhor Leonardo, morador do rio Paramajó. É importante frisar que os ribeirinhos não são avessos a essas tentativas de aumentar a produção de açaí, pelo contrário, eles querem isso e até arriscam iniciar em suas propriedades alguns projetos. Mas quando percebem que não vai funcionar, pois não está adequado a realidade geográfica da região, eles voltam a produzir de acordo como eles sabem e se acostumaram.

A atividade oleira é a qual apresenta maior dificuldade para se adequar as novas condições de produção e corre sério risco de desaparecer. Por isso, as olarias carecem de investimentos do poder público para modernizar a produção e melhorar as condições de trabalho dos ribeirinhos oleiros. Entretanto, essa adequação sofre oposição na medida que tenta trocar rapidamente e arbitrariamente as suas técnicas de produção a muito desenvolvidas por um conjunto de conhecimentos externos produzidos a despeito de seu gênero de vida, como foram as últimas tentativas. Esse processo deve ser feito através de um diálogo constante com os ribeirinhos respeitando ao máximo o seu tempo e seus costumes, ou então, de fato as olarias vão desaparecer por completo.

Apesar dessas mudanças e do surgimento de novas dificuldades e desafios os ribeirinhos se mantém com sua reprodução econômica, cultural e geográfica, produzindo e reproduzindo seu espaço através de seu gênero de vida e das condições estruturais e ideológicas impostas pelo atual modo de produção. Talvez o exemplo mais claro disso seja expresso através da vontade que os ribeirinhos têm de permanecer no seu lugar de origem, nas ilhas de Abaetetuba, desenvolvendo suas atividades cotidianas, mesmo que as condições sociais sejam desfavoráveis, contrariando a tendência de êxodo rural tão comum nas comunidades rurais do mundo subdesenvolvido. Os resultados das entrevistas realizadas por este trabalho, mostram que apenas 5% dos ribeirinhos entrevistados mostraram alguma vontade em sair do seu lugar, na região das ilhas. Estes argumentam que querem sair por causa de um elemento que vem crescendo na região das ilhas de Abaetetuba: a violência manifestada pela pirataria. Porém eles não saem de lá, pois eles têm uma ligação muito próxima e pessoal de construção de vida naquele espaço. A grande maioria não tem a mínima

intenção de sair de lá e nos falaram que são realmente muito poucas as pessoas que fazem isso. Sobretudo agora, com a maior facilidade de ter acesso a cidade através de embarcações a motor.

Um fato interessante de exemplifica bem essa ideia foi a entrevista realizada, com a Dona Marineide, moradora do Rio Quianduba. Ela, que é professora de uma das escolas da localidade, e nos falou que as poucas pessoas que abandonam a região das ilhas, são pessoas que vão à busca de trabalho e educação por serem forçados a isso, e não por vontade própria. E ela acrescenta ainda que se todas as ilhas fossem tivessem a mesma estrutura que a do Rio Quianduba tem, essas pessoas não sairiam. Para ela, “não há lugar melhor para viver do que o lugar onde você construiu sua vida” e acrescenta mais quando perguntada por que gosta de morar nas ilhas: “Porque aqui é nosso paraíso. A gente tem tudo o que precisa conforto, uma vida tranquila e sossegada”.

Esse depoimento é um exemplo claro da relação de proximidade e de vivência que os ribeirinhos têm com seu lugar de reprodução, pois é nele que se desenrola a vida em seu aspecto mais cotidiano. Este também pode ser considerado como um depoimento genérico, pois mostra o mesmo sentido dos depoimentos dos outros ribeirinhos, revelando assim o caráter de resistência que a reprodução de seu gênero de vida representa.

Podemos concluir a partir de todo o exposto que a reprodução socioespacial dos ribeirinhos, baseada nas suas atividades econômicas, também apresenta elementos, materiais ou não, que são impostos a partir de outra dimensão espacial e apropriados pelos ribeirinhos em seu gênero de vida. Essa ideia demonstra o caráter dialético do espaço dos ribeirinhos, onde se encontram as influências endógenas e exógenas ao seu gênero de vida. As influências externas são globais, pois são fruto de um processo hegemônico de expansão das atuais formas de produção capitalista pela região, trazendo novas variáveis características das condições sociais que mundo atual exige. Essas variáveis por sua vez são apropriadas e dimensionadas a partir das necessidades e possibilidades da realidade local dos ribeirinhos e do seu gênero de vida. Isso demonstra que os ribeirinhos não estão excluídos ou imunes a todas essas mudanças. O que acontece é que as consequências desse processo são diferenciadas para os ribeirinhos em virtude de suas características locais próprias de seu gênero de vida.

Além disso, mesmo quando alguma atividade econômica é totalmente desestruturada ou sofre sérias consequências negativas, os ribeirinhos sempre reelaboram suas atividades, mantendo-se as mesmas bases culturais e técnicas de relação com a natureza que são os pressupostos básicos de seu gênero de vida e de sua reprodução. Como exemplo, dentre

tantos, podemos citar o senhor Osvaldino Rodrigues, morador do Rio Urubuêua, conhecido na região como Seu Pimpa. Ele é um pescador, mas aprendeu também o ofício da carpintaria naval através da convivência com outros mestres carpinteiros. Sempre que a pesca atravessa uma fase de dificuldade não dando conta de sustentar sua família, ele busca serviços na área da carpintaria naval e sempre encontra. Além disso, a produção do açaí é sempre uma saída para a sua manutenção em momentos que ambas as atividades encontram-se pouco desenvolvidas. Segundo ele, nunca passou necessidade nenhuma, pois sempre buscou desenvolver várias atividades, pois a natureza dá diversas possibilidades para isso.

Isso também mostra o caráter de r-existência destacado por Gonçalves (2005) no qual os ribeirinhos sempre buscam novas formas de existência de seu gênero de vida e da sua reprodução socioespacial, a partir de diferentes modos de agir, pensar e produzir. Estas diferentes formas r-existir são materializadas nas diferentes formas de produção econômica e cultural encontrada pelos ribeirinhos frente às transformações em curso.

Assim, o espaço ribeirinho da região das ilhas de Abaetetuba se constitui em um lugar onde sua reprodução socioespacial é baseada em seu gênero de vida e materializada nas suas atividades econômicas. Esse gênero de vida também apresenta um caráter dialético, pois possui elementos internos da constituição local histórica dos ribeirinhos, mas também possui elementos impostos por lógicas externas do capitalismo global que se materializam nas transformações recentes ocorridas na região. Não obstante, o espaço dos ribeirinhos além de apresentar um caráter de reprodução do gênero de vida dos mesmos, apresenta também um caráter de r-existência dos ribeirinhos frente a essas transformações. Resistência esta não entendida no sentido de se fechar e negar todas as influências externas impostas, mas apesar e a partir delas, encontrar formas de (re)existir e continuar se reproduzindo ao longo do tempo e do espaço.

CONCLUSÕES

No atual contexto da globalização econômica, onde os espaços geográficos se conectam a uma grande rede produtiva mundial e o atual modo de produção capitalista impõe sobre todos os lugares a sua lógica de acumulação, pensar na utilização de conceitos da geografia clássica como a noção de gênero de vida para analisar a reprodução socioespacial de sociedades pode parecer um grave anacronismo. No entanto, sustentamos a ideia de que a noção de gênero de vida pode ser usada para compreender importantes e significativos fragmentos da realidade geográfica da região Amazônica, especialmente os ribeirinhos de Abaetetuba.

Durante os últimos anos, toda a herança deixada pela geografia clássica foi sensivelmente negligenciada pelos geógrafos. Isso porque a gênese da geografia foi taxada de tradicional, ultrapassada e ideologicamente imperialista. Não podemos negar o fato de que grande parte desses estudos estavam permeados de ideologias que atendiam os interesses de alguns grupos que buscavam se manter expandir seu poder, como nos alertara Lacoste (1988). Contudo, não se pode avaliar esse trabalho apenas por seu aspecto negativo, deixando de lado um rico arcabouço teórico, metodológico e epistemológico e ainda muito útil para a análise da geografia do mundo atual.

Um exemplo disso é a noção de gênero de vida. Pensada primeiramente pelo filósofo alemão J. Herder e imortalizada na geografia por Vidal de La Blache, esse conceito foi um dos primeiros que buscou interpretar a interação do ser humano com o seu meio, relação esta considerada o cerne dos estudos em geografia. Tendo como elementos básicos, a cultura e a técnica, o gênero de vida consiste num conjunto de práticas materiais e imateriais pelas quais um grupo é capaz de utilizar os recursos de seu meio físico para a sua reprodução socioespacial. Apesar de ter surgido em um momento de intensa discussão filosófica, de ter uma grande importância epistemológica para a geografia e por isso apresentar riqueza e utilidade, essa noção foi renegada ao esquecimento em função de preconceitos arbitrários.

Entretanto, alguns autores como Max Sorre (2002) se empenharam em resgatar essa noção mostrando o seu valor, ainda nos dias atuais, apesar de intenso processo de homogeneização cultural por qual passa o mundo, engendrado pela expansão do processo de acumulação capitalista em escala global. Sorre resgata então o caráter evolutivo e adaptativo do gênero de vida, dos quais La Blache já nos falara, para mostrar que, mesmo sendo pensado para estudar povos rurais autônomos e relativamente isolados, o gênero de vida ainda pode ser

aplicado já que ele evolui e se adapta as mudanças atuais, nos ajudando assim a compreender as relações e as transformações pelas quais passa os grupos humanos na atualidade, principalmente no que tange a sua relação com o meio, mostrando dessa forma que pensar o gênero de vida atualmente não é um anacronismo arbitrário.

Rui Moreira também caminha nessa direção nos mostrando que o mesmo processo de expansão capitalista que durante muito tempo atuou na tentativa de destruir os gêneros de vida locais ou subjugar-los sob sua óptica, atualmente os valoriza e busca compreendê-los na perspectiva de poder usar seus costumes e saberes para ajudar na solução de problemáticas características do mundo atual, como a financeirização da produção, a biotecnologia, o desenvolvimento sustentável, a engenharia genética entre outros.

Há então indícios de que o gênero pode ser revalorizado em estudos atuais. Nesse sentido, a noção aparece com um importante elemento para se analisar as relações entre as atuais tendências hegemônicas de produção do espaço em nível global e as dinâmicas de produção espacial locais. Isso ganha uma relevância maior ainda quando se pensa na reprodução socioespacial de populações rurais do mundo subdesenvolvido, como no caso dos ribeirinhos de Abaetetuba, porque as consequências da globalização para elas são totalmente diferentes do que para uma sociedade urbana, em virtude do diferente grau de densidade técnica que os espaços apresentam.

Pensar então o gênero de vida dos ribeirinhos das ilhas do municio de Abaetetuba de forma isolada das atuais formas de produção capitalista que se espalham pela Amazônia seria uma arbitrariedade. Mas pensar também este gênero de vida somente a partir dessa lógica de acumulação impostas pela região seria um reducionismo.

Para nossa análise do gênero de vida dos ribeirinhos das ilhas de Abaetetuba, tomou-se como ponto de partida as atividades econômicas dos ribeirinhos de Abaetetuba e a partir da análise delas chegamos as seguintes conclusões:

As atividades econômicas de subsistência dos ribeirinhos de Abaetetuba são as condições matérias básicas e necessárias sobres as quais se produz e reproduz o gênero de vida dos ribeirinhos de Abaetetuba. Isso se deve ao fato de que a partir da realização das atividades econômicas, os ribeirinhos desenvolveram ao longo do tempo todo um aparato técnico e cultural de uso dos recursos do meio, elementos estes que são os constituintes de um gênero de vida. Dentre essas atividades destacam-se, principalmente: pesca, olaria, carpintaria naval, e o manejo do açáí. Através dessas atividades, os ribeirinhos criaram um estilo próprio de se relacionar com o meio a partir conhecimento cultural adolecido ao longo de anos de experiência e convivência cotidiana neste ambiente. Percebe-se, então, que a subsistência dos

ribeirinhos de Abaetetuba está baseada na interação entre eles e seu meio natural, tendo o gênero de vida como elemento principal dessa interação que se materializa através das suas atividades econômicas.

Por outro lado, o gênero de vida dos ribeirinhos de Abaetetuba não é fechado ou inerte, ele é dinâmico, pois a partir dele se constitui o processo de reprodução socioespacial dos ribeirinhos ao longo do tempo. Isso porque o gênero de vida, materializado nas atividades econômicas dos ribeirinhos, é utilizado como elemento fundamental no processo de reprodução econômico, cultural, social e geográfico dos ribeirinhos. Isto é, através do gênero de vida se desenvolveram as atividades econômicas que são as bases materiais de reprodução socioespacial dos ribeirinhos, pois a partir delas, eles produzem os bens necessários a sua subsistência e reproduzem a estrutura das relações sociais e ideológicas nas quais e pelas quais se realizam e legitimam as atividades de produção.

Nesse sentido, o gênero de vida ribeirinho se apresenta como o elemento mediador entre a reprodução material dos ribeirinhos (através das atividades produtivas) e a sua reprodução ideológico-cultural, ou seja, a reprodução de uma cultura de relação entre eles e a natureza, peculiar aos ribeirinhos da região, construída e reconstruída ao longo do tempo e do espaço. Isso significa que o gênero de vida é o elemento fundamental para o entendimento das bases materiais em que se constroem historicamente e permanentemente as formas de relação com a natureza criada pela população ribeirinha. É através do gênero de vida que são construídas e transmitidas pelas gerações de ribeirinhos os costumes e saberes acumulados ao longo do tempo. Dessa forma, o gênero de vida não é apenas fonte de subsistência desses ribeirinhos, mas é também o elemento de reprodução de sua cultura de relação com o meio, a partir das atividades econômicas. Nessa produção dialética, ao mesmo tempo em que as suas atividades econômicas são expressões materiais de seu gênero de vida, o gênero de vida é base técnica e cultural de reprodução econômica dos ribeirinhos de Abaetetuba.

Além disso, acreditamos que pelo fato de o gênero de vida ribeirinho ser um elemento fundamental no constante processo de produção e reprodução do espaço cotidiano da região das ilhas de Abaetetuba, ele se expressa em um lugar, aonde sua reprodução socioespacial dos ribeirinhos é concretizada. Por outro lado, essa forma de reprodução vem sofrendo transformações e influências materiais e ideológicas do processo de expansão das atuais formas de produção e acumulação do sistema capitalista para a Amazônia, o que vem impingido ao gênero de vida dos ribeirinhos de Abaetetuba elementos que não tiveram sua origem dentro do seu processo de reprodução. Na tentativa de se adequar a essas novas formas de produção exógenas, o gênero de vida ribeirinho absorve elementos materiais e

ideológicos da cultura hegemônica, o que acarreta em modificações na sua forma de reprodução. Entretanto, os elementos internos basilares de seu gênero de vida não deixam de existir, pelo contrário, eles coexistem com os elementos externos, sendo utilizados a partir de uma lógica própria. Por se tratar de um jogo dialético, é evidente que o contrário também aconteça, ou seja, elementos internos do gênero de vida ribeirinho sejam usados para fins da lógica do capitalismo global, o que explica em grande parte, a tendência atual de valorização da cultura e de produtos dos ribeirinhos pelo grande capital, como o açaí, por exemplo.

Além disso, as atividades econômicas que são as bases do gênero de vida ribeirinho de Abaetetuba, cada vez mais perdem mercado local para os produtos fabricados nas grandes indústrias que chegam com cada vez mais facilidade ao comércio da cidade. A concorrência desleal faz com que os ribeirinhos reestruturem suas atividades econômicas, para não desaparecerem, por completo.

Nesse sentido, os ribeirinhos são obrigados a reformular o seu gênero de vida a fim de ainda de manterem a sua reprodução socioespacial. Reestruturando e adaptando o seu gênero de vida, segundo o raciocínio de nossa pesquisa, eles encontram novas formas de se reproduzirem e resistirem, e com isso o seu gênero de vida evolui. Os ribeirinhos apresentam uma capacidade muito grande de se reinventar com suas atividades econômicas, pois não se trata somente de sua subsistência, mais de todo um aparato técnico-cultural desenvolvido ao longo da história. E está força de resistência é materializada geograficamente no espaço ribeirinho, pois é um lugar de temporalidade própria, onde o viver em sociedade ainda guarda características marcantes de seu gênero de vida, que muitas vezes são antagônicas as tendências atuais de modernização hegemônica.

Os exemplos desse processo são muitos: o fato das pessoas se cumprimentarem no meio do rio quando as embarcações se cruzam pelas águas, mesmo essas embarcações sendo mais velozes, a despeito do fato dessas pessoas se conhecerem ou não, porém, em virtude de elas terem em comum a raiz ribeirinha, são compadres, vizinhos; mesmo com a existência da geladeira que permite armazenar os alimentos para serem consumidos posteriormente, eles fazem questão de sentar juntos à mesa para fazer as refeições; mesmo com a educação escolar e com as informações que chegam através da televisão, o ensinamento dos pais e o conhecimento passado dentro da família ainda é o mais importante e valorizado; apesar da existências dos instrumentos mecânicos que são usados para a fabricação dos barcos, eles ainda mantém técnicas de tradicionais de produção, nas quais o uso dos sentidos é muito importante; apesar da pressão do mercado pela produção do açaí, eles continuam manejando a

produção a partir de seus conhecimentos, respeitando as características do meio geográfico; dentre outros exemplos.

Dessa forma, a reprodução socioespacial, materializada nas atividades econômicas se expressa espacialmente como um lugar onde coexistem elementos tanto internos como externos ao seu gênero de vida, ou seja, é um lugar de conflito dialético entre esses elementos, mas também um lugar onde o gênero de vida dos ribeirinhos se adapta e evolui frente a essas transformações.

Sendo assim, observou-se então que existe uma relação dialética entre a reprodução socioespacial dos ribeirinhos e as formas de produção ligadas à lógica do capitalismo global que se espalharam por toda a região amazônica. Essa relação, entretanto, não é somente de submissão e/ou destrutiva, mas também de resistência e de (re)produção do gênero de vida dos ribeirinhos da região das ilhas de Abaetetuba.

Temos consciência que esta discussão não se encerra aqui. Ainda há outros elementos envolvidos nesta problemática que merecem aprofundamento. Entre esses elementos podemos destacar: a importância de identidade ribeirinha e sua influência na reprodução socioespacial; um aprofundamento sobre a questão da temporalidade; o crescimento de movimentos sociais organizados na região das ilhas como a AMIA, MORIVA, CENTRILHA, as CEB's das ilhas, dentre outros movimentos que buscam uma afirmação dos direitos dos ribeirinhos frente aos conflitos que eles passam nos últimos anos: será que estes movimentos se constituem materializações da resistência do gênero de vida ribeirinho frente às transformações dos últimos anos? Estas, porém, são questões para uma próxima oportunidade.

Por agora nos basta considerar sobre esse significativo fragmento da realidade amazônica que está relacionado aos ribeirinhos. Nesse sentido, entendemos que nossa investigação ganha importância uma para a contribuição do entendimento de como um dos mais antigos sujeitos sociais da Amazônia, os ribeirinhos, em particular os de Abaetetuba, se reproduziram ao longo do tempo por intermédio de um gênero de vida que estabeleceu uma relação diferenciada com o ambiente no qual e eles estão inseridos, sendo esta relação a base de sua economia, mesmo quando de subsistência. Não se trata aqui de fazer apologia ao primitivismo, ou ao *small is beautiful*, como já diria Lara (2001, apud GONÇALVES, 2005), trata-se, porém, de mostrar a importância dessas formas de integração do ser humano com o ambiente através da consciência de sua utilidade.

Além disso, faz-se necessário chamar atenção de toda a sociedade para a discussão sobre os problemas e dificuldades enfrentados pelos ribeirinhos da Amazônia para manter a

sua reprodução social frente à expansão de ideologias, modos de produção e organização social impostos pelos atuais padrões de acumulação capitalista. Entendemos, portanto, que este debate é importante haja vista que a reprodução socioespacial dos ribeirinhos e ribeirinhas se constitui em uma riqueza social, não somente para eles mais para toda sociedade.

Não podemos, no entanto, impor a essas pessoas o que nós pensamos ser o melhor para elas, como muitas vezes acontece. Neste debate, é a voz desses sujeitos sociais que deve ser ouvida: suas necessidades, suas ambições, suas pretensões. Os ribeirinhos não podem mais continuar sendo vistos como sujeitos atrasados, isolados e que devem continuar assim para a simples contemplação do “primitivo”. Deve-se sim, pensar em meios para dar condições aos ribeirinhos de se apropriarem dos elementos que a globalização oferece, sem que isso acarrete na desestruturação de seu gênero de vida, se isso for o que eles querem.

Temos consciência que esta é uma questão extremamente difícil e complicada. Porém, uma das funções da ciência é justamente investigar questões como esta e propor possíveis soluções. Para isso, no entanto, é necessário uma socialização maior do debate, principalmente às pessoas que estão diretamente envolvidas na questão.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ACEVEDO MARIN, R.; CASTRO, E. *Trombetas/Pará. Impasses na conquista da terra coletiva*. Revista Tempo e Presença, ano 20, n° 298, mar./abr, 1998.

ADAMS, C. *et al.* Sociedades caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade. In: _____ (Orgs). *Sociedades caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 15-32.

ALVES, C. N. Políticas governamentais urbanas: breve comentário sobre o Estatuto da Cidade, Plano Diretor, Agenda 21 e a Prática pelo Poder Público em Abaetetuba – PA. In: MOTA, G. *et al.* *Caminhos e lugares da Amazônia: ciência, natureza e territórios*. Belém: GAPTA/UFPA, 2009. p. 171-194.

ARENZ, K. *Filhos e filhas do beiradão: a formação sócio-histórica dos ribeirinhos da Amazônia*. Santarém: Faculdade Integrada do Tapajós, 2000.

ARRUDA, R. “Populações Tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. *Ambiente e Sociedade*. Campinas: Scielo Brasil, 1999. n° 5.

BECKER, B. K. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1991.

BOERCHAT, C. A. *Região do colonato: mobilização do trabalho e automização do capital na área de Olímpia (1857-1964) do Oeste Paulista*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo 2009.

BORDALO, C. A. L.; SILVA, F. A.; SANTOS, V. C. O. Por uma gestão dos recursos hídricos no estado do Pará: estudo de caso da bacia do rio Murucupi em Barcarena. *Revista Geonorte*. Edição especial, v. 3, n. 4, p. 1216-1228, 2012.

CÂNDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito*. 7 ed. São Paulo: Duas cidade, 1987.

CANTO, O. *et al.* Ribeirinhos do Mapuá. In: MOTA, G. *et al.* *Caminhos e lugares da Amazônia: ciência, natureza e territórios*. Belém: GAPTA/UFPA, 2009. p. 225-236.

CARDOSO, E. S. *Pescadores artesanais: natureza, território e movimento social*. São Paulo (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2001.

CASTRO, F. Economia familiar cabocla na várzea do Médio-Baixo Amazonas. In: ADAMS, C. *et al.* (orgs). *Sociedades caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 173-194.

CHAGAS, C. A. N. O nacional desenvolvimento e o Projeto Albrás/Alunorte. In: MOTA, G. *et al.* *Caminhos e lugares da Amazônia: ciência, natureza e territórios*. Belém: GAPTA/UFPA, 2009. p. 109-132.

CHAMBOUREYLON, R. *Plantações, sesmarias e vilas: uma reflexão sobre a ocupação da Amazônia sessentista*. Disponível em: <<http://www.nuevomundo.revues.org/document2260.html>>. Acesso em: 15 mai. 2008.

CRUZ, E. *História do Pará*. 2º vol. Belém. Gráfica do Governo do Estado do Pará, 1973.

CRUZ, M. J. M. *Territorialização camponesa na várzea da Amazônia*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CRUZ, V. C. *Pela outra margem da fronteira: território, identidade e lutas sociais na Amazônia*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2006.

_____. O rio como espaço de referência identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia. In: TRINDADE JÚNIOR, S. C.; TAVARES, M. G. C. (Orgs). *Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências*. Belém: Edufpa, 2008, p. 49-72.

FERREIRA, L. S. G. *Qual o lugar do ribeirinho na Amazônia globalizada: produção do espaço ribeirinho das ilhas de Abaetetuba*. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

FRAXE, T. J. P. *Cultura Cabocla-Ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade*. São Paulo: Annablume, 2004.

FURTADO, L. G. Problemas ambientais e pesca tradicional na qualidade de vida na Amazônia. In: FURTADO, L. G. *Amazônia: desenvolvimento, sociodiversidade e qualidade de vida*. Belém: UFPA/NUMA, 1997. p. 146-165.

GAMA, J. R. V.; BENTES-GAMA, M. M. Aspectos culturais e socioeconômicos da comunidade de Santana, município de Afuá, Estado do Pará. In: GAMA, J. R. V. *et al.* (Orgs). *A natureza e os ribeirinhos*. Belém, Universidade Federal Rural da Amazônia, 2009. p. 27-46.

GARCIA JR, A. *O Sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

GOMES, P. C. C. *Geografia e Modernidade*. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

GONÇALVES. C. W. P. *Amazônia, Amazôniaas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

GUIMARÃES, J. R. Nos Caminhos do Sonho: Grandes Projetos e Desenvolvimento Industrial: Estado, poder e planejamento do desenvolvimento no Pará. In: XIMENES, T. *Cenários da Industrialização na Amazônia*. Belém: UNAMA, 1995. (Série Cooperação Amazônica).

GUIMARÃES, L. A. *et al.* A produção e comercialização do açaí no município de Abaetetuba, Pará. In: JARDIM, M. A. G.; MOURÃO, L. GROSSMANN, M. (Ed.). *Açaí:*

possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2004.

HARRIS, M. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, C. *et al.* (Orgs). *Sociedades caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 81-108.

HÉBETTE, Jean (Org.). *O cerco está se fechando*. Petrópolis: Vozes/FASE, NAEA, 1991.

HEIDTMAN NETO, H. G. C. *A sensibilidade territorial das políticas públicas: um estudo em comunidades ribeirinhas da Amazônia Legal*. Tese (Doutorado em Administração) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Canal Cidades 2010*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 30 abr. 2012.

LA BLACHE, P. V. *Princípios de Geografia Humana*. 2 ed. Lisboa: Editora Cosmos, 1954.

LACOSTE, Y. *A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para se fazer a guerra*. Campinas: Papyrus, 1988.

LEITÃO, W. M. *Na proa da canoa, ou como se tornar pescador: a identidade do trabalhador da pesca no estuário do rio Amazonas*. Belém: Anais do Seminário Internacional Amazônia e Fronteiras do Conhecimento. NAEA/UFPA, 2008.

LIMA, R. R. *et. al.* *Várzeas flúvio-marinhas da Amazônia brasileira: características e possibilidades agropecuárias*. Belém: FCAP, 2001.

LOUREIRO, V. R. História social econômica da Amazônia. In: SEDUC; IDESP. (Orgs). *Estudos e problemas amazônicos*. Belém: SEDUC; IDESP, 1989, p. 9-56.

MACHADO, J. *História de Abaetetuba*. Abaetetuba: Alquimia, 2008.

MARTINS, J. S. A escravidão nos dias de hoje e as ciladas da interpretação. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*. São Paulo: CPT, 1999. p. 127-164.

_____. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MELLO, N. A. *Território e Gestão Ambiental na Amazônia: terras públicas e os dilemas do Estado*. São Paulo: Annablume, 2011.

MONTEIRO, M. A.; COELHO, M. C. N. *As políticas federais e reconfigurações espaciais na Amazônia*. Novos Cadernos NAEA. Vol. 7, nº 298, 2004.

MOREIRA, E. *Amazônia: o conceito e a paisagem*. Rio de Janeiro: Coleção Araújo Lima – Agência da SPEVEA, 1960.

MOREIRA, E. S.; ROCHA, R. M. *Pesca estuarina: uma contribuição ao estudo da organização social da pesca no Pará*. Belém: MPEG. V. 11, n.1, 1995. p. 57-86.

_____. *Tradição em tempos de modernidade: reprodução social numa comunidade varzeira do rio Xingu/PA*. Belém: EDUFPA, 2004.

MOREIRA, R. *Sociabilidade e espaço*. Revista Agrária, São Paulo, ano 2, p. 93-108, 2005.

_____. *Pensar e ser em geografia*. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. *O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes clássicas originais*. São Paulo: Contexto, 2011.

MOREIRA NETO, C. Os principais grupos missionários que atuaram na Amazônia brasileira entre 1607 e 1759. In: HOORNAERT, E. (Org). *História da Igreja na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1992, p. 63-120.

MORAIS, A. C. R. *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo: EDUSP, 2001.

MOVIMENTO DOS RIBEIRINHOS E RIBEIRINHAS DAS ILHAS E VARZEAS DE ABAETETUBA. *Memória e Revitalização Identitária*. Abaetetuba: CPT, 2006.

MORIVA. *Crianças e adolescentes ribeirinhos e quilombolas de Abaetetuba*. Abaetetuba: Nova Cartografia Social da Amazônia, 2008.

NAHUM, J. S. De ribeirinha a quilombola: dinâmica agrária de comunidades rurais na Amazônia paraense. *Campo Território: revista de geografia agrária*, v. 6, n.12, p. 79-103, ago.,2011.

_____. Região, Discurso e Representação: A Amazônia nos planos de desenvolvimento. *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v.7, n. 985, jul., 2012.

OLIVEIRA, A. *Modo Capitalista de Produção e Agricultura*. São Paulo: Editora Ática, 1987. (Série Princípios).

PALHA, M. D. C.; TOURINHO, M. M. Religiosidade e racionalismo ambiental no estuário do Rio Amazonas. In: GAMA, J. R. V. *et al.* (Orgs). *A natureza e os ribeirinhos*. Belém, Universidade Federal Rural da Amazônia, 2009. p. 15-26.

PALHETA, J. M. Organização Econômica do Território na Amazônia Paraense. In: MOTA, G. *et. al.* *Caminhos e lugares da Amazônia: ciência, natureza e territórios*. Belém: GAPTA/UFPA, 2009. p. 55-88.

PINTO, Lúcio Flávio. *Amazônia: a fronteira do caos*. Belém: Falângola, 1992.

REIS, A. C. F. *O seringal e o seringueiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1953.

REIS, L. *Abaetetuba*. Belém: Falângola, 1969.

RIEGER, A. *A economia ribeirinha e os tempos da natureza*. Disponível em: <<http://www.canoadetolda.org.br/MemoriaBSF/A%20economia%20ribeirinha%20e%20os%20tempo%20da%20natureza.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2007.

RODRIGUES, E. T. *Organização comunitária e desenvolvimento territorial: o contexto ribeirinho em uma ilha amazônica*. Belém (Dissertação de Mestrado). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2006.

SANTOS, M. *Técnica, Espaço e Tempo*. Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: UCITEC, 1996.

_____. *Por uma geografia nova*. 6 ed. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005.

_____. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. *O espaço do cidadão*. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SANTOS, R. S.; COELHO-FERREIRA, M. *Estudo etnobotânico de Mauritia flexuosa L. f. (Arecaceae) em comunidades ribeirinhas do Município de Abaetetuba, Pará, Brasil*. Acta Amaz. vol.42 n°1. Manaus Mar. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0044-59672012000100001>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

SARGES, M. N. *Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2000.

SECRETARIA DE ESTADO, PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E FINANÇAS DO ESTADO DO PARÁ. *Estatística Municipal: Abaetetuba*. Disponível em: <<http://iah.iec.pa.gov.br/iah/fulltext/georeferenciamento/abaetetuba.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2008.

SENA, E, A, L. *Gênero de vida, populações tradicionais e ecodesenvolvimento: o caso do ribeirinho de Abaetetuba*. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, Belém. 2007.

SILVA, M. A. P.; MALHEIRO, B. C. P. Faces ribeirinhas na orla fluvial de Belém: espaços de (sobre)vivência na diferença. In: TRINDADE JÚNIOR, S. C. da; SILVA, M. A. P. da. *Belém: cidade e o rio na Amazônia*. Belém: Edufpa, 2005.

SORRE, M. A noção de gênero de vida e sua evolução. In: MEGALE, J. F. (org). *Max. Sorre: Geografia*. São Paulo: Ática, 1984. p. 99 – 123.

_____. A noção de gênero de vida e seu valor atual. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs). *Geografia Cultural: um século (3)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002, p. 15 – 62.

TOCANTINS, L. *O rio comanda a vida*. Uma interpretação da Amazônia. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

TRINDADE JÚNIOR, S.C.; ROCHA, G. M. (Orgs.). *Cidade e Empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local*. Belém: PakaTatu, 2002.